DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASILIA, quarta-feira, 17 de março de 1976 — ANO IX - Nº 41

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.196 DE 12 DE MARÇO DE 1976

Aprova o detalhamento da aplicação de recursos no valor de Cr$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de cruzeiros) dos Projetos que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item II do Art. 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 007308/76,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica aprovado na forma do quadro anexo o detalhamento dos recursos alocados no elemento de despesa 4.1.2.0- Serviços em Regime de Programação Especial dos Projetos 1.055- Reequipamento da Rede de Ensino de Primeiro Grau e 1.057- Ampliação e Melhoramentos da Rede de Ensino de Primeiro Grau, do anexo orçamentário da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 12 de março de 1976

88º. da República e 16º. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3.196 DE 12 DE março DE 1 976.

CÓDIGO	FUNÇÃO, Programa, Subprograma e Projetos	
08	EDUCAÇÃO E CULTURA	
07	ADMINISTRAÇÃO	
021	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1.055	Reequipamento da Rede de Ensino de Primeiro Grau	
025	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	
1.057	Ampliação e Melhoramentos da Rede de Ensino de Primeiro Grau	
CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
3.1.2.0	Material de Consumo	400.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	1.250.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços de Terceiros	1.000.000,00
3.1.4.0	Encargos Diversos	350.000,00
4.1.1.0	Obras Públicas	77.130.000,00
4.1.3.0	Equipamentos e Instalações	5.950.000,00
4.1.4.0	Material Permanente	11.920.000,00
	S O M A	98.000.000,00

DECRETO Nº. 3.198 DE 15 DE MARÇO DE 1976

Altera a estrutura da Categoria Funcional de Agente Administrativo, do Grupo-Serviços Auxiliares, a que se refere o Decreto nº. 2.417, de 23 de outubro de 1973, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º., da Lei nº. 5.920, de 19 de setembro de 1973,

DECRETA

Art. 1º. - O Grupo-Serviços Auxiliares, a que se refere o artigo 2º. da Lei nº. 5.920, de 19 de setembro de 1973, passa a ter a estrutura constante do Anexo deste Decreto.

Art. 2º. - A escala de níveis do Grupo-Serviços Auxiliares, prevista no artigo 2º do Decreto nº. 2.417, de 23 de outubro de 1973, passa a ser a seguinte:

Nível 4

I- atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas a estudos e pesquisas preliminares e planejamento, em grau auxiliar, visando à implementação das leis, regulamentos e normas referentes à administração geral e específica;

II - atividades de secretariado, envolvendo chefia de secretarias de unidades da mais elevada linha divisional da organização, conhecimento de idiomas estrangeiros, taquigrafia e datilografia;

III - atividades de supervisão da aplicação das técnicas de pessoal, orçamento, material;

IV - atividades de supervisão de trabalhos administrativos desenvolvidos por equipes auxiliares.

Nível 3

I- atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas a estudos e pesquisas preliminares, em grau auxiliar, realizados sob supervisão, com vistas à implementação das leis, regulamentos e normas referentes à administração geral e específica;

II - atividades de secretariado, envolvendo chefia de secretarias de unidades não compreendidas no nível 4 e conhecimento de taquigrafia e datilografia;

III - atividades de coordenação, orientação, execução especializada e revisão da aplicação das técnicas de pessoal, orçamento, material, organização e métodos desenvolvidos pelas equipes auxiliares;

IV - atividades de coordenação e orientação dos trabalhos administrativos executados por equipes auxiliares.

NÍVEL 2

I - atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas à execução, sob supervisão e orientação, de trabalhos em que se apliquem as técnicas de pessoal, orçamento, material, organização e métodos;

II - atividades de coordenação e execução de trabalhos relacionados com processos e métodos de arquivamento de documentos e sua conservação;

III - atividades de supervisão e coordenação de trabalhos datilográficos, bem como de revisão e execução de trabalhos especializados de datilografia, abrangendo, inclusive, texto em idioma estrangeiro.

Nível 1

I - atividades de nível médio e de natureza repetitiva, de revisão e execução, sob orientação superior de trabalhos datilográficos.

Art. 3º. - Os vagos previstos na lotação das extintas classes "A" e "B" de Agente Administrativo Auxiliar, serão incluídos na nova Classe "A" da Categoria Funcional de Agente Administrativo, nos limites da lotação fixada para a referida classe.

Art. 4º. - Na aplicação do disposto neste Decreto serão observadas as normas constantes do Decreto nº. 2.417, de 23 de outubro de 1973.

Art. 5º. - A reestruturação de que trata este Decreto vigorará a contar de 1º. de março de 1976.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 15 de março de 1976.

88º. da República e 16º. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER.

ANEXO

(Decreto nº 3.198 , de 15 de março de 1976)

GRUPO : SERVIÇOS AUXILIARES

CÓDIGO : SA - 400

NÍVEL	CATEGORIAS FUNCIONAIS			
	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	AGENTE ADMINISTRATIVO	SA-401	DATILÓGRAFO	SA-402
4	Agente Administrativo C	SA-401.4	-	
3	Agente Administrativo B	SA-401.3	-	-
2	Agente Administrativo A	SA-401.2	Datilógrafo B	SA-402.2
1	-	-	Datilógrafo A	SA-402.1

DECRETO Nº 3.199 DE 15 DE MARÇO DE 1976

Altera o Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº. 3.198, de 15 de março de 1976,

DECRETA:

Art. 1º - A lotação aprovada pelo Decreto nº 2.996, de 1º de setembro de 1975, para a Categoria Funcional de Agente Administrativo, do Grupo-Serviços Auxiliares Código SA—400, fica alterada na forma dos Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º - A alteração de que trata este Decreto vigorará a contar de 1º de março de 1976

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 15 de março de 1976

88º da República e 16º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

ANEXO I

(Decreto nº 3.199 de 15 de março de 1976)

L O T A Ç Ã O

SECRETARIAS DE ESTADO, PROCURADORIA GERAL, GABINETE DO GOVERNADOR, ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS

A Nº DE ORDEM	B GRUPOS / UNIDADES CATEGORIAS FUNCIONAIS E FUNÇÕES	C UNIDADES ORGANIZACIONAIS																				D TOTAL
		SEG	SEA	SEF	SEO	SEB	SSS	SVO	SUP	SAP	SEP	SBG	GAO	ADMCSB	ADMGSA	ARAG	ARAE	ARBSO	ARPLA	NMDF	CBDF	
05	SERVIÇOS AUXILIARES - SA-400																					
	Agente Administrativo	87	455	253	88	93	18	93	74	30	500	100	73	31	44	50	110	45	36	25	115	47	2.367

ANEXO II

(Decreto nº 3.199 , de 15 de março de 1976)

GRUPO : SERVIÇOS AUXILIARES - CÓDIGO SA-400

CATEGORIA FUNCIONAL	CLASSES			TOTAL
	A	B	C	
Agente Administrativo	996	800	571	2.367

Secretaria do Governo

DECRETO DE 11 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, FAUZI NACFUR, Agente Administrativo, Código SA-401.6, matrícula nº 6.217, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão símbolo FC—06, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de Brazlândia da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 11 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista os resultados finais do Concurso Público, conforme Edital nº 001/76-IDR, de 16/02/76, publicado no "Distrito Federal" nº 30, de 24 de fevereiro de 1976,

RESOLVE:

Nomear para o cargo de Escrivão de Polícia, Classe "A", Código PC—204.1, do Grupo-Polícia Civil, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por ordem de classificação no referido Concurso Público, os seguintes candidatos:

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	Renan de Oliveira Duarte
2º	Luiz das Chagas Apolônio
3º	Gary Francisco Marques
4º	Airton Rocha Nóbrega
5º	Paulo César de Sousa Ribeiro
6º	Maria Osanette de Medeiros Apolônio
7º	Rubens Neres dos Santos
8º	Ugo Solon Custódio
9º	João Carlos Cavalcante
10º	Geraldo de Assis Alves
11º	Audálio Lôpo de Oliveira
12º	Manoel Pinheiro Filho
13º	Dorivan Matias Teles
14º	Lázaro Justo da Silva
15º	Philomeno de Carvalho Romero
16º	José Augusto Queirós dos Santos
17º	Antonio Fernandes de Souza
18º	Gildemar Dias da Silva
19º	Cícero Antônio de Araujo
20º	Sandra Xavier
21º	João Gonçalves Alencar
22º	Antonio Vitalino da Rocha
23º	Oton Gomes de Amorim
24º	Marcílio Sanches
25º	José Alberto Roriz
26º	Djalma Eleutério da Silva
27º	Adiles de Carvalho Fátima
28º	Francisco Rijo do Nascimento
29º	Arlete Maria Pelicano
30º	Tássio Erlânge Crizosimo da Costa
31º	Ildete Ambrósia Sobral
32º	Agostinho Ferraz dos Santos
33º	João de Deus Cunha Fonseca
34º	Francisco Martins de Oliveira
35º	Gentil Soares Silveira
36º	Maria Victória Marinho Couto
37º	Hamilton José Brito
38º	Zaqueu Barros Costa
39º	Primário Francisco de Carvalho
40º	Marcelo Pereira da Silva
41º	Marlene Camargo
42º	José Augusto Ribeiro
43º	Cristovam Amaral de Medeiros
44º	Suhail Alves Machado
45º	Marcos Estevão Vajas Hernandez
46º	Jandira Pereira de Paula
47º	Pedro Vidal da Silva
48º	Joathan Gomes
49º	Hernandi Eduardo de Abreu Souza
50º	José de Jesus Oliveira
51º	José Braga Costa
52º	Hilton Nascimento
53º	Clealdo Melo de Araújo Lopes
54º	Francisco Inácio de Oliveira

Distrito Federal, 12 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar EVANDIR RODRIGUES DO VALLE, Professora do Ensino Elementar, Nível 13-B, matrícula n.º 8068 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-5, de Assessor Auxiliar do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar RENATO DOS REIS, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Assistente do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar MARIA ÂNGELA DE MACEDO FRANÇA BRITO, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-3, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar CLAUDETE PESSOA DA LUZ, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-3, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar DIRCE DE OLIVEIRA SOUZA MONTEIRO, Professora do Ensino Elementar, Nível 13-B, matrícula n.º 4842 do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-3, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar LEDA GURGEL PIRES, Professora do Ensino Médio, Nível MGI.02.19, matrícula nº 3012 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC—5, de Assessor Auxiliar do Conselho de Educação do Distrito Federal, em virtude de estar sendo designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar LEDA GURGEL PIRES, Professora do Ensino Médio, Nível MGI. 02.19, matrícula nº 3012 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC—3, de Secretário Geral do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar LUCIA YOLANDA DE ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 18076, da Função em Comissão, símbolo FC—8, de Assistente do Conselho de Educação do Distrito Federal, em virtude de estar sendo designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 09 de março de 1976.

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar LUCIA YOLANDA DE ALMEIDA SANTOS, matrícula n.º 18.076, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-03, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar JOANNA D'ARC LIMA TORRES, matrícula n.º 10063, da Função em Comissão, símbolo FC-8, de Assistente do Conselho de Educação do Distrito Federal, em virtude de estar sendo designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOANNA D'ARC LIMA TORRES, matrícula n.º 10063, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-3, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar THEREZINHA VIEIRA INSERTI, Professora do Ensino Elementar, Nível 13-B, matrícula n.º 3603, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função

em Comissão, símbolo FC—8, de Assistente do- Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar MÁRCIA MARIA ALVES DE SOUZA, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Assistente do Conselho de Educaçãodo Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar SEVERINA NOGUEIRA DE ANDRADE, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-8, de Assistente do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 09 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRTO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII da Lei n.º 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar SELMA SÁ CLAUSEN, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-10, de Secretário-Datilógrafo do Conselho de Educação do Distrito Federal.

Distrito Federal, 09 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

WLADIMIR MURTINHO

Secretaria de Saúde

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º item III, dos Estatutos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 2.845 de 28 de fevereiro de 1975,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOSE MÁRIO DE CASTRO, da função de membro do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal

Distrito Federal, 12 de março de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 7º item III, dos Estatutos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 2.845, de 28 de fevereiro de 1975,

RESOLVE:

Designar JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, Secretário de Administração do Governo do Distrito Federal, para exercer a função de membro do Conselho Deliberativo da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
Distrito Federal, 12 de março de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
NEWTON MUYLAERTE DE AZEVEDO

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

dispensar o Bacharel WALTER LOUZADA MELO, Delegado de Polícia "C", Código PC—201.8, matrícula nº 30.289, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC—6, de Chefe da Seção de **Repressão aos Furtos de** Veículos da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 12 de março de 1.976.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

reconduzir GLAUCO BENÉVOLO DE ABENÉVOLO, para membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de Presidente.
Distrito Federal, 12 de março de 1.976.
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

reconduzir LEONARDO LEITE PRAÇA, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de representante do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.
Distrito Federal, 12 de março de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968.

RESOLVE:

designar NATANIEL LOPES DA SILVA para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de representante do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Brasília,
Distrito Federal, 12 de março de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do **Regulamento** do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

designar EDSON GROSSI DE ANDRADE, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de Arquiteto.
Distrito Federal, 12 de março de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968.

RESOLVE:

designar o Ten. Cel. TOALDO MACHADO ALVES, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de representante do Comando Militar do Planalto e 11ª. Região Militar.
Distrito Federal, 12 de março de 1976
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 12 DE MARÇO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

designar o Bacharel CARLOS ALBERTO DO AMARAL VALADÃO, Delegado de Polícia "C", Código PC—201.8, matrícula nº 30.253, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC—6, de Chefe da **Seção de Repressão a Furtos de** Veículos da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 12 de março de 1.976.
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHOS

PARECER Nº.: 395/76
PROCESSO Nº.: 8.807/70
INTERESSADO: JATIR RODRIGUES DE SOUZA
ASSUNTO: Processo Administrativo

EMENTA:

O funcionário,pelo exercício irregular de suas atribuições, responde civil, penal e administrativamente.

Ainda que as responsabilidades se manifestem simultaneamente suas instâncias são autônomas e as cominações independentes entre si.

O subrestamento do processo Administrativo não é causa de interrupção da prescrição.

Senhora 3ª. Subprocuradora-Geral.

RELATÓRIO

Noticia este processo o acidente de tráfego ocorrido no dia 12 de fevereiro de 1970, na pista sul do Eixo Monumental, na Praça do Buriti, envolvendo o volkswagen, tipo Kombi, placa DF—OF—100.98 e a Pick-Up-Willys, tipo ambulância, número de ordem EB—22—13—40, de propriedade da União, à disposição do Ministério do Exército.

Na oportunidade do acidente dirigia o volkswagen, de propriedade do Distrito Federal, o servidor Jatir Rodrigues de Souza.

O laudo de exame de local de acidentes de tráfego nº. 01931, fornecido pela Divisão de Criminalística, do Departamento de Polícia Técnica-SEP, concluiu:

.....

que a causa determinante do acidente foi o comportamento do condutor da Kombi, placa OF—100.98 em adentrar numa pista preferencial com o seu veículo, sem atentar para as condições ali reinantes..." fls. 13/15.

O fato foi apurado por uma Comissão de Processo Administrativo, a qual colhendo os elementos necessários à sua convicção, instruiu o processo e após oferecimento de defesa pelo indiciado, o remeteu a autoridade julgadora com o respectivo relatório, onde indicava o servidor faltoso como incurso no artigo 197, da Lei nº. 1.711/52, sujeito à sanção prevista no parágrafo 1º. do mesmo artigo.

Vê-se do processo, que a autoridade julgadora, ao invés de proferir decisão, entendeu sobrestá-lo - fls... 74 - a fim de aguardar decisão judicial, já que, o indiciado respondia, paralelamente, processo criminal pelo mesmo ilícito.

Absolvido no juízo singular, em grau de recurso, foi punido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por procedimento culposo, conforme faz certo o Acórdão nº. 1.759, publicado no dia 16 de outubro de 1974:

"Deu-se provimento nos termos do voto do Relator."
Ementa - Demonstrado que o acidente ocorreu em virtude de procedimento culposo do réu, este deve ser condenado ainda que haja, também, concorrido com culpa o motorista do outro veículo envolvido no acidente. fls. 78".

Face ao tempo que medeia a data do acontecido e o julgamento judiciário, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Administração, por sugestão do Senhor Supervisor de Processos Administrativos consulta a esta 3ª. Subprocuradoria Geral sobre as seguintes questões, suscitadas em longa e minuciosa exposição:

a) se ocorreu a prescrição da ação disciplinar a que estava sujeito o servidor Jatir Rodrigues de Souza ou se o mesmo não estava sujeito a qualquer penalidade em face de vícios de forma do Processo Administrativo a que respondeu;

b) se o funcionário, em face da decisão judicial, está sujeito apenas à responsabilidade pelos danos ocorridos com o veículo oficial de sua responsabilidade.

c) se a decisão do antecessor de S. Exa., no sentido de aguardar a decisão judicial implica na obrigação de subordinar à decisão administrativa à decisão judicial no caso em questão.

PARECER

O Estatuto dos Funcionários Públicos da União, Lei nº. 1.711/52, nos artigos 196 ao 200, dispõe especialmente sobre a responsabilidade dos funcionários e as questões que lhes são pertinentes.

Pelas disposições contidas nesse conjunto de preceitos, conclui-se:

I - que, os funcionários, pelo exercício irregular de suas atribuições, responde civil, penal e administrativamente;

II - que, estas responsabilidades poderão se manifestar simultaneamente e cumularem-se suas cominações;

III-que, ainda que elas se manifestem simultaneamente suas instâncias são autônomas e suas cominações guardarão independência entre si.

2. Não obstante esse princípio, em nosso direito, é tradicional a regra de que "...não se poderá,

porém, questionar mais sobre o fato ou quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no crime"...", artigo 1525, do Código Civil.

3. A responsabilidade do funcionário fica, pois, na dependência de seu comportamento. Podendo surgir daí, ora a responsabilidade civil, ora a penal ou a disciplinar. Se a falta imputada ao funcionário fere unicamente o interesse de indivíduo para indivíduo, configura-a responsabilidade civil; se a falta interessa a sociedade, prejudicando-a em seus princípios de legalidade e, de ordem e de harmonia, ter-se-á então, a responsabilidade penal; se, porém a falta constitui transgressão à norma estatutária e se interessa somente à ordem interna da Administração, a responsabilidade será disciplinar.

4. Pode, porém, com um só comportamento transgredir a integridade patrimonial, os princípios da legalidade e a norma estatutária e, nesta eventualidade, a responsabilidade será concomitantemente civil, penal e administrativa.

5. No caso em espécie o comportamento do servidor Jatir Rodrigues de Souza repercutiu em todas as instâncias. Assim cada uma, deveria apreciá-lo tendo em vista os efeitos causados em suas respectivas áreas, visto que o julgamento de uma das instâncias não vinculará as demais.

6. A Administração com o objetivo de recolher mais e melhores elementos de convicção entendeu de sobrestar o Processo Administrativo e aguardar o resultado do julgamento judicial, já que o servidor respondia, por ato decorrente de uma mesma falta, em Processo Criminal. Nesta eventualidade, após o julgamento penal, com resultado condenatório, a Administração não poderá mais questionar sobre o fato e sobre quem seja o autor, e corre-se o risco, é bem verdade, de deixar-se escoar o prazo estabelecido para apuração da falta e a aplicação da pena, estinguindo-se a punibilidade pela prescrição.

7. No caso em estudo, todavia, sabe-se que o Colendo Tribunal de Justiça condenou o réu a um ano de detenção, por procedimento culposo, concedendo-lhe o benefício do "sursis". Sabe-se que neste julgamento foi reconhecida a concorrência de culpa. Sabe-se ainda, que o Processo Administrativo não foi concluído porque sobrestado para aguardar o resultado da ação criminal.

8. Como do procedimento culposo, já reconhecido pelo julgamento do Tribunal de Justiça, decorreram danos ao patrimônio das Fazendas Nacional e local, pelo princípio da independência das instâncias, a obrigação de ressarcir deverá ser regulado pelo direito civil, já certos o fato e seu autor.

9. Ante o exposto, parece-nos:

I - que, quanto à primeira indagação ocorreu prescrição da ação disciplinar. O tempo decorrido entre o dia do acidente e o da publicação do Acórdão do julgamento da ação penal, ultrapassou em muito, os prazos previstos no artigo 213, da Lei nº. 1.711/52, onde estão estabelecidas as regras de prescrição disciplinar. O sobrestamento do Processo Administrativo não é causa de interrupção prescricional. Com esta resposta fica prejudicada a segunda parte da indagação.

II - que, quanto à segunda, sabendo-se que ambos os motoristas concorreram para o acidente (Acórdão do TJDF), a reparação dos danos deve-se partilhar entre ambos. Como no caso os danos causados à Fazenda Nacional e a local se equivalem fica o servidor sujeito apenas à indenização dos danos ocorridos com o veículo sob seus cuidados.

III - que, quanto a terceira apesar de independentes entre si, pode, se a falta praticada for também prevista na lei penal, a Administração subordinar sua decisão à decisão judicial, não sendo lícito, porém, questionar mais sobre o fato e quem seja seu autor, nem distinguir entre a sentença absolutória ou condenatória.

É o parecer.

S.M.J.

Brasília, 13 de janeiro de 1976

VALTÉNIO MENDES CARDOSO
Procurador do Distrito Federal.

PROCESSO Nº.: 8.807/70

INTERESSADO: JATIR RODRIGUES DE SOUZA
ASSUNTO: Processo Administrativo

Senhor Governador:

Aprovo o Parecer nº. 395/76—3ª. SPRG, de fls. 84/88, placitado pela Dra. 3ª. Subprocuradoria Geral às fls. 89.

O lúcido pronunciamento dissipa todas as dúvidas suscitadas pelo Supervisor de Processos Administrativos (fls. 79/82).

Pela remessa dos autos à Secretaria de Administração para as providências cabíveis, de acordo com as conclusões do laudo jurídico.

A superior deliberação de Vossa Excelência, em 27 de fevereiro de 1976.

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral.

De acordo. Aprovo o Parecer da PRG. Encaminhe-se à SEA.

Em, 05/03/76.

ELMO SEREJO FARIAS.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINARIA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, às nove horas, na sala de reuniões do Palácio do Buriti, em Brasília — Distrito Federal, teve início a Quinquagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, sob a presidência do Senhor Governador ELMO SEREJO FARIAS e com a presença dos Senhores Conselheiros SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, STENIO DE ARAUJO BASTOS, NID DUTRA D'AMORIM, FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA e ALCEBIADES DE QUEIROZ BARATA. Esteve presente também o Secretário Executivo do Conselho, ALOYSIO DE CARVALHO SILVA. Após a verificação da existência de "quorum", o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e, em seguida, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Passando-se ao exame dos assuntos em pauta, foi relatado inicialmente o Processo n.º 59.459/74, de interesse da Secretaria de Viação e Obras, que trata de proposta para regularização do Gabarito de ocupação para as áreas especiais da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante. Foi relator da matéria o Conselheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO. O Conselho acolhendo o voto do relator, decidiu: 1) aprovar as normas e gabaritos propostos às folhas 23, 24, 25, 26 e 27 (de vinte e três a vinte e sete) do mesmo processo, que passam a fazer parte da Decisão n. 010/76-CAU, referentes às áreas especiais da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante para as novas construções. 2) eliminar a associação de oficinas e residências em uma mesma edificação, propostos para as áreas especiais números 2, 6, 7, 12 e 13 (dois, seis, sete, doze e treze); Processo n.º 67.685/75, de interesse da NAZA — Comércio e Indústria Ltda, que trata de modificação de projeto do Setor Hoteleiro Norte. Foi relator da matéria o Conselheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO. O Conselho, acolhendo por unanimidade o voto do relator, indeferiu o pedido de aprovação de modificação do projeto; Processo n.º 72378/74, de interesse da Companhia de Eletricidade de Brasília, trata da criação de área para subestação no Setor de Residências Econômicas Sul. Foi relator da matéria o Conselheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar a criação da área configurada na plata SRE—SPR—38/1 como o Lote n.º 18, destinada à subestação de força da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, no Setor de Residências Econômicas Sul. Processo n.º 65.724/75, de interesse do Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, que trata de modificação de área e de projetos para os Anexos dos Ministérios. Foi relator da matéria o Conselheiro NID DUTRA D'AMORIM. O Conselho, acolhendo o voto do relator, decidiu aprovar as plantas AEM/N EP—2/1 e AEM/S EP—3/1 para a expansão dos Ministérios, ressalvando, porém, o Ministério das Comunicações que interfere com o Ministério das Relações Exteriores, devendo haver entendimentos entre o Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP, e a Secretaria de Viação e Obras para a solução futura desses dois casos; Processo n.º 67.234/75, de interesse da UPIS — União Pioneira de Integração Social, trata da aprovação de projeto para o Lote "A" da Quadra 712/912 do SEP—Sul. Foi relator da matéria o Conselheiro STENIO DE ARAUJO BASTOS que, tendo em vista a taxa de ocupação do projeto ultrapassar em 8% (oito por cento) a taxa de ocupação permitida, contrariando portanto o regulamento do Código de Edificações de Brasília, converteu os autos em diligência à Secretaria de Viação e Obras a fim de que fosse procedida a adaptação às normas vigentes, por parte do interessado. No item PROCESSOS E ASSUNTOS GERAIS, foi relatado, pelo Conselheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, o Processo número 309.452/72, de interesse de Antonio Venancio da Silva e Companhia Imitada, que trata da aprovação de projeto para o Setor Comercial Sul. O Conselho, acolhendo o voto do relator e tendo em vista o constante dos autos, decidiu modificar o item "a" da Decisão n.º 008/75—CAU, que passa a ter a seguinte redação: a) ALTURA: prédio de magazine até 23 (vinte e três) metros acima da cota de soleira, com construção de térreo e 4 (quatro) pavimentos, no máximo, permitida a ocupação de 40% (quarenta por cento) do terraço para finalidades de lazer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, JOEL GUILHERME DE MEDEIROS, Secretário Administrativo do Conselho, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai subscrita por todos os presentes à reunião, Brasília, 23 de fevereiro de 1976.

PRESIDENTE: — ELMO SEREJO FARIAS — CONSELHEIROS: SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO — STENIO DE ARAUJO BASTOS — NID DUTRA D'AMORIM — FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA — ALCEBIADES DE QUEIROZ BARATA — SEC. EXECUTIVO: — ALOYSIO DE CARVALHO SILVA — SEC. ADMINISTRATIVO: JOEL GUILHERME DE MEDEIROS

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MARÇO DE 1976

O ADMINISTRADOR da Cidade Satélite do Núcleo Bandeiante, no uso da delegação de competência estabelecida no Inciso III, do artigo 1.º do Decreto n.º 2755 de 5 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a" do Artigo 21, combinado com o artigo 22 do Decreto nº 2.951 de 22 de julho de 1975, o servidor SILAS PEIXOTO RODRIGUES, Agente Administrativo, Código: SA—401.6, matrícula nº 2.307, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC—10, de Chefe da Seção de Pessoal, para substituir o Assistente Técnico GLAUCO ALVES LACERDA, símbolo FC—05, desta Administração da Secretaria, do Governo do Distrito Federal, no período de 01.03 a 30.05.76, por motivo de licença para tratamento de saúde do titular, conforme Laudo Médico nº 643/76—SM

Brasília, 10 de março de 1976
JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE MARÇO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "c" Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974, e tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal exarada no Processo nº 062060/75,

RESOLVE:

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 12 de janeiro de 1976, publicada no "DF" nº 10 de 20/01/76, para onde se lê: CONCEDER gratificação de Representação de Gabinete à servidora LUCIA BARRA, matrícula nº 18.652, ocupante da Função em Comissão símbolo FC—05, de Chefe do Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas de Ceilândia, leia-se: ATRIBUIR na forma do Art. 8º do Decreto nº 3.120 de 31/12/75, Gratificação pela Representação de Gabinete, a

servidora acima qualificada, desta Administração da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no valor mensal de Cr$ 1.353,00.
Taguatinga, 08 de março de 1976
VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE MARÇO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV, Artigo 32 do Regimento da Administração Regional de Taguatinga, aprovado pelo Decreto nº 2.943, de 27 de junho de 1.975 e nos termos do Artigo 52 do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores MÁRCIO BATISTA SILVA, Diretor da Divisão de Obras Públicas, matrícula nº 18.441, GILSON RODRIGUES, Assistente Técnico, matrícula nº 18.555, JONAS TEIXEIRA DE CASTILHO, Diretor do Departamento de Material e Patrimônio da FEDF, matrícula nº 83.564, FRANCISCO CANINDÉ FERREIRA, Assessor, matrícula nº 13.532 e CYRENEU VIEIRA, Agente Administrativo, matrícula nº 16.033, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação de que trata o processo nº 174328/76-RA-III.

Taguatinga -DF., 05 de março de 1976

VITAL DE MORAES ANDRADE
Administrador Regional de Taguatinga

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº: 7.622/76
Interessado: Wagner de Andrade Mat. 11.540 - SEA
Assunto: Licença para trato de Interesse Particular
CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º inciso I, do Decreto "E" nº 339/67. e artigo 94, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.915/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.
Brasília, 12 de março de 1976
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº. 05.604/76
INTERESSADO: OZEIAS MARTINS
DESPACHO: Nos termos da alínea "a" inciso II artigo 3º. do Decreto nº. 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor da firma MUSITEL—MUSICA AMBIENTE LTDA, para aplicação do adiantamento concedido em nome do servidor OZEIAS MARTINS, no valor de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).
Brasília, 05 de fevereiro de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº.: 52.393/76
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS

DESPACHO,Nos termos da alínea "f",inciso I, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de 31.05.71, combinado com o inciso II, artigo 1º. do Decreto "E" nº. 340, de 12.12.67, alterado pelo Decreto nº. 1.718, de 16.06.71, dispenso a licitação a favor da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA- TCB, para recuperação de pneus bateriais - etc, para manutenção da frota de veículos do GDF, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).
Brasília, 06 de fevereiro de 1976
JORGE CAETANO
Secretário de Administração do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº. 50.070/76
INTERESSADO: LOURIVALDO SOARES MARQUES
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º. do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de LQURIVALDO SOARES MARQUES, para fornecimento de jornais para o Gabinete da Secretaria de Administração bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).
Brasília, 22 de janeiro de 1.976
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº.: 50.072/76
INTERESSADO: IRMAOS MIZUNO LTDA

DESPACHO: Nos termos da alínea "c" inciso II, artigo 3º do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma IRMAOS MIZUNO LTDA, para fornecimento de flores para o Gabinete da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).
Brasília, 22 de janeiro de 1976
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº.: 03.228/76
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE PRÓPRIOS

DESPACHO: Nos termos da alínea "b", inciso II, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1.971, dispenso a licitação a favor da firma NGS— Máquinas, Acessorios e Serviços Ltda, para prestação de Serviços, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 7.000,00 (sete mil cruzeios).
Brasília, 22 de janeiro de 1.976
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº.: 03.292/76
INTERESSADO: SBEEL— SOC. BRAS. DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de maio de 1.971, dispenso a licitação a favor da firma SBEEL— Sociedade Brasileira de Engenharia Elétrica Ltda, para prestação do serviço bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 850,00 (oitocentos e cinquenta cruzeiros).
Brasília, 22 de janeiro de 1976
JOSÉ AFFONSO J. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

PROCESSO Nº.: 50.068/76
INTERESSADO: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1.971, combinado com o inciso II, artigo 1º. do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº. 1718, de 16 de junho de 1.971, dispenso a licitação a favor da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA-TCB bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para transporte de funcionários da Secretaria de Administração
Brasília, 22 de janeiro de 1976
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

ATOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº.: 06.127/76
INTERESSADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS—IDR

DESPACHO, -Nos termos da alínea "a" Inciso II, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1.971, dispenso a licitação a favor do INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO— IDORT, para inscrição do servidor JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA, no Simpósio Nacional de Incentivos Fiscais ao Treinamento de Pessoal, a realizar-se na cidade de São Paulo, no período de 10 a 13/02 do corrente ano, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).
Brasília, 09 de fevereiro de 1976
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

Processo nº; 07.266/76
Interessado: Comercial Sanmarkan Ltda
Despacho: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor da firma COMERCIAL SANMARKAN LTDA para prestação de serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 890,00 (oitocentos e noventa cruzeiros)
Brasília, 26 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 07.627/76
Interessado: Coordenação do Sistema de Administração de Próprios
Despacho: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor da PLANTEL S/A, para prestação de serviços com reinstalação de 01 (um) grupo executivo GTE 800, e fornecimento de 400 metros de cabo 30x1 pares, condubrás, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$15.700,00 (quinze mil e setecentos cruzeiros)
Brasília, 26 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 03.126/76
Interessado: Astel - Instalações e Assistência Técnica de Equipamentos Ltda
Despacho: Nos termos da alínea "e", inciso I, artigo 3º do Decreto 1703, de 31.05.71, combinado com o inciso II, artigo 1º do Decreto "E" nº 340, de 12.12.67, alterado pelo Decreto 1718, de 16.06.71, Dispenso a licitação a favor da firma Astel Instalações e Assistência Técnica de Equipamentos Ltda, para prestação de serviços de manutenção dos equipamentos nos instalados na CSTI, desta Secretaria, bem como autorizo a emissão Nota de Epenho GLOBAL, no valor de Cr$ 76.320,00 (setenta e seis mil, trezentos e vinte cruzeiros)
Brasília, 19 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BAROS MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 06.878/76
Interessado: Coordenação do Sistema de Transportes Internos
Despacho: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 3 1 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da SIMAC AUTOMÓVEIS S/A, para prestação de serviço no valor de Cr$ 7.671,41 (sete mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros e quarenta e um centavos)
Brasília, 18 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 06.238/76
Interessado: J. Câmara e Irmãos S/A
Despacho: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor de J. Câmara e Irmãos S/a, para atender despesa com aquisição de 07 (sete) assinaturas para o Gabinete do Secretário de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros)
Brasília, 12 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 02.772/76
Interessado: Diário de Brasília S/A
Despacho: Nos termos da "alínea "A" inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor do DIARIO DE BRASILIA S/A, para atender com aquisição de 3 (três) Assinaturas para o Gabinete do Secretário de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta cruzeiros)
Brasília, 12 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 05.963/76
Interessado: Centro Gráfico do Senado Federal
Despacho: Nos termos da alínea "f", inciso 1º artigo 3º do Decreto nº 1703 de 31.05.71, combinado com o inciso II artigo 1º do Decreto "E" nº 340, de 12.12.67, alterado pelo Decreto 1718 de 16.06.71, dispenso a licitação a favor do CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL para execução dos serviços de impressão e composição de 3.000 (três) mil) exemplares da "LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 126.564,00 (cento e vinte e seis mil quinhentos e sessenta quatro cruzeiros.)
Brasília, 12 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 06.237/76
Interessado: S/A Correio Braziliense
Despacho: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, dispenso a licitação a favor do S/A Correio Braziliense, para atender despesa com aquisição de 04 (quatro) assinaturas para o Gabinete do Secretário de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$2.726,00 (dois mil setecentos e vinte seis cruzeiros)
Brasília, 12 de fevereiro de 1976
JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 040/76 — IDR
O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3122, de 31 de dezembro de 1.975,
RESOLVE:
Designar os Delegados de Polícia ORESTES KUNZE BASTOS, Matrícula 30.279, EDISON LASMAR, Matrícula 30.009 e WALDOMIR ROSTIROL BIACCHI, Matrícula 30.237, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Banca Examinadora para revisar as provas de Técnica de Interrogatório, do Curso de Formação Profissional para Delegado de Polícia.
Brasília, 23 de fevereiro de 1976
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO 041/76— IDR
O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS — IDR, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXVIII, Capítulo I, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3122, de 31 de dezembro de 1975.

RESOLVE:

Designar CLÉBER NUNES BARBOSA, matrícula 31.205, para ministrar 20 (vinte) horas-aulas de Noções deCriminalística no Curso de Formação de Profissional para Delegado de Polícia, no período de 18 a 23.02.76, conforme Edital 47/75-CEST.

Brasília, 17 de fevereiro de 1.976

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO

COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75- SEA, DE 9.4.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e cinco, às nove horas, na sala de reuniões,sita no 6º andar do Edifício Brasília, reuniu-se pela 119a. vez a Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, presentes os Senhores membros MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ e ENOCH SANTOS. Constatada a existência de "quorum", a sessão teve início com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Na ordem do dia, foram examinados e julgados 540 processos referentes ao ano de 1965, cujo resultado final é a seguir relatado:

a) considerar passíveis de guarda por "TEMPO INDETERMINADO" 30 processos;
b) considerar passíveis de guarda pelo prazo de "10 ANOS" 168 processos;
c) considerar passíveis de "ELIMINAÇÃO" 342 processos;
d) remeter ao Arquivo Central para fins de guarda e conservação os processos mencionados nos ítens"a" e "b" e
e) remeter os processos citados no ítem "c" à SED para, após a publicação desta Ata e respectiva Súmula, providenciar a sua eliminação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, extraí a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos.

Presidente:

Secretário:

Membros:

Súmula dos trabalhos da reunião nº 119 realizada em 27/10/1975

RESUMO DA ATA

DE ACORDO A ATA Nº 119 DA CED FORAM EXAMINADOS E JULGADOS 540 PROCESSOS, SENDO CONSIDERADOS ELIMINADOS 342 E CONSERVADOS198 .

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO

PROCESSOS REFERENTES A DIREITOS E VANTAGENS A FUNCIONÁRIOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
1	43414/65	Maria Guilhermina Dias Carneiro
2	43550/65	Carlos Nunes de Oliveira
3	43554/65	Terezinha Moreira de Oliveira
4	43555/65	Nayde Maria Ferreira de Abreu
5	43556/65	Josabeth Araujo Figueiredo
6	43574/65	Herta Schimtz Gonçalves
7	43575/65	Antonio Lopes de Paula
8	43576/65	Antonio Lopes de Paula
9	43788/65	Maria Suzana Acuyo Del Solar
10	43789/65	Joselito Eduardo Sampaio
11	43790/65	Hélcio Rabelo Mendes
12	43791/65	Pedro Delforge
13	43792/65	Yindex Amanajás da Silva
14	43793/65	Júlio Lerário
15	43794/65	Agenor Martins Raposo
16	43795/65	Alberto de Freitas Santos
17	43796/65	Samir Kuri
18	43797/65	Agenor de Sant'Ana
19	43798/65	Nerino de Melo e Silva
20	43799/65	Irany Plath Peters
21	43800/65	Luiz Marques Leitão
22	43801/65	Setembrino Pereira
23	43802/65	Antonio Koga
24	43803/65	José Xavier
25	43804/65	Newton Paranhos
26	43805/65	Arnaldo Brandão
27	43810/65	Pércio Gomes de Melo
28	43811/65	Celso de Castro Filho
29	43813/65	Adilson Domingues Aniceto
30	43814/65	Luiz Theodomiro Santos Lima
31	43815/65	José Roberto Gonçalves Barbosa da Silva
32	43816/65	Valeriano Ceotto
33	43817/65	Walter Diniz Palumbo
34	43818/65	Paulo de Oliveira Burgos
35	43819/65	Alda Baltar
36	43820/65	Maria de Lourdes Pereira de Souza
37	43822/65	Victorino Ribeiro Coêlho
38	43823/65	Maria do Socorro Jordão Emerecciano
39	43824/65	Florêncio Jara Casco
40	43825/65	Dulce D'Ávila Mello
41	43827/65	Terezinha Maria Giuntini Viana
42	43903/65	Waldemar Rodrigues dos Santos
43	43925/65	Vicente Paula Costa
44	43926/65	José Everaldo Ramalho
45	43933/65	Maria Eunice Rodrigues Cardim
46	43934/65	Veridiana Bragança
47	44077/65	Gláucia Costa
48	44080/65	Kleber Farias Pinto
49	44081/65	Alberto Hamú
50	44082/65	Vera Lúcia Nunes
51	44083/65	Maria Auxiliadora do Carmo Lima
52	44084/65	Roberto de Araujo Lima
53	44085/65	Saulo Borges de Andrade
54	44086/65	Maria Domingas Gonçalves
55	44087/65	Laura Pereira
56	44088/65	Gildecina Henriques Bezerra
57	44089/65	Hilda Santana
58	44090/65	Maria Lúcia Cheier Dib
59	44093/65	Rachel Teixeira
60	44092/65	Corália Andyara Leal
61	44094/65	Maria José Gazzetta de Camargo
62	44095/65	Kyoiti Kimura
63	44096/65	Hilce do Val Galante
64	44097/65	Paulo Barbosa de Souza
65	44098/65	Yolanda Maria Bahia Monteiro
66	44099/65	Lêide Marques Peralva
67	44100/65	Marlene Terezinha Sotto Mayor Prates
68	44107/65	Yara Santos Serra
69	44108/65	Otávio Augusto Aníbal Cattani Fanali
70	44109/65	Marco Antonio de Moraes
71	44110/65	" " "
72	44111/65	Rosaly Maria Soares de Oliveira
73	44112/65	Evany de Faria Gurgel Oliveira
74	44113/65	Ana Maria Pinto Dantas Santana
75	44114/65	Jacob Arno Lenz
76	44115/65	Marlene Terezinha de Sotto Mayor Prates
77	44116/65	José Francisco Paes Landim
78	44117/65	Delfino Domingues Spezia
79	44118/65	Alda de Aguiar Silveira
80	44119/65	Ilma Melo Diniz
81	44126/65	Sílvio Freire de Morais
82	44127/65	Lázaro Pedro Silvério
83	44157/65	Laurita Florentina Campos Martins de Oliveira
84	44188/65	Alberto Luiz do Rego Barros

PROCESSOS REFERENTES A AUTO DE INFRAÇÃO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
85	43851/65	Solomag S/A máquinas e Materiais
86	43852/65	José Pio de Abreu
87	43854/65	Altivo Veloso
88	43877/65	Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB -
89	43878/65	Felipe Elias Name
90	43879/65	Raimundo Ribeiro Souza
91	43880/65	Frigorífico Espanhol
92	43881/65	Casa Irmãos Ramos
93	43883/65	Mercearia Caridéa
94	43884/65	Box Kawashima
95	43885/65	Frigorífico Brasília Ltda

PROCESSOS REFERENTES A CERTIDÃO NEGATIVA DE IMPOSTO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 5 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
96	43405/65	Francisco Marcelino de Lira
97	43406/65	Genival Nunes de Queiroz
98	43407/65	Walter Gomes da Costa
99	43408/65	Gervásio Tobias da Silva
100	43411/65	ENGETEC-Engenharia, Técnica e Comércio Ltda
101	43412/65	Construtora Targino Ltda
102	43518/65	Ildefonso Fernandes Sardeiro
103	43527/65	Retífica Brasília de Motores Ltda
104	43528/65	" " " "
105	43529/65	" " " "
106	43532/65	Rubens Flores
107	43537/65	Manoel Figueiroa Vidal
108	43538/65	Pedro de Barros Lima
109	43539/65	Sílvio de Oliveira e Silva
110	43547/65	Getúlio Pinheiro de Brito
111	43548/65	Luiz Bezerra da Silva
112	43552/65	Francisco Izidro da Silva
113	43553/65	Sebastião Moreira de Souza
114	43557/65	Dário Veiga
115	43560/65	Raimundo Inácio Gonçalves
116	43564/65	Espólio de Manoel de Campos Salgado
117	43568/65	A.A. Jarjour-Produtos Alimentícios Cristina
118	43569/65	Azis Abdala Jarjour
119	43579/65	Astolpho Remígio de Resende
120	43580/65	Felix Del Rio Galban
121	43585/65	Eustrátios Demóstenes Koslidis(LOJA DEMÓSTENES)
122	43625/65	Baltazar Rodrigues
123	43687/65	Paraskeveas André Antoniadis
124	43688/65	Edgar Eichler
125	43690/65	Lincoln de Almeida Campos
126	43691/65	" " "
127	43692/65	Albano Teixeira
128	43693/65	José Nunes Logrado
129	43694/65	José Wagner do Amaral
130	43695/65	João Batista
131	43696/65	William B. Fontane
132	43750/65	Naumann Gepp S/A-Indústria e Comércio
133	43751/65	" " " " "
134	43752/65	Naumann Gepp Eletro Diesel S/A
135	43753/65	" " " " "
136	43754/65	" " " " "
137	43757/65	Carlos Jansen
138	43767/65	José Joaquim de Jesus
139	43768/65	Miguel Angel Pobras Mayorga
140	43769/65	Egbert Eustace Hurry
141	43770/65	Antonia Nolasco Guimarães
142	43771/65	Joaquim José de Resende
143	43772/65	Vicente Teixeira de Freitas
144	43773/65	Arnol Torres de Oliveira
145	43775/65	Pina Rodrigues & Irmãos Ltda
146	43777/65	William Lima Machado Newton e outro
147	43806/65	Merice Salgado de Carvalho
148	43807/65	Cia-Moto Mec. Máquinas e Assessórios
149	43808/65	Jaime Miranda
150	43809/65	Cia Oeste Ind. Produtos Químicos e Alimentícios
151	43843/65	Claudemir Gonçalves de Lima
152	43846/65	Valdório Pires de Camargo
153	43847/65	Eurico Buendia da Silva
154	43848/65	Elir Costa
155	43856/65	Lina Alves Brasil
156	43872/65	Pedro Monteiro Guimarães
157	43893/65	Companhia Serviços de Engenharia- SERVIENGE-
158	43895/65	Mitsuo Nishizawa
159	43937/65	Gabriel Carvalho
160	43948/65	Rodrigues Fortes & Cia Ltda
161	43974/65	Roberto Porto Rabelo
162	44134/65	Luthero Vieira
163	44135/65	Romes Cecílio e outro
164	44141/65	Veridiano Vieira da Silva
165	44142/65	Elétrica Sarkis Indústria e Comércio Ltda
166	44143/65	Elétrica Araujo Comercial Ltda
167	44145/65	Tecnogeral S/A Comércio e Indústria
168	44146/65	" " " "
169	44147/65	" " " "
170	44148/65	" " " "
171	44149/65	Tecnogeral S/A Comércio e Indústria
172	44150/65	" " " "
173	44151/65	" " "
174	44154/65	Henock Soares de Araujo
175	44170/65	Jady Silva
176	44178/65	Mozart Soaventura Júnior
177	44192/65	La Mostra-Móveis e Arquitetura de Interiores Ltda
178	44193/65	" " " " " "
179	44194/65	Serraria Capichaba Com. e Indústria Ltda
180	44195/65	Milton Machado
181	44196/65	Jacinta Soares Soledade
182	44199/65	Edistio Carlos Fernandes e esposa
183	44414/65	Jesuino Rodrigues Preto
184	44415/65	Geraldo Rodrigues Valadão
185	44416/65	Célio Preto Rodrigues
186	44419/65	Aristeu Gonçalves Pires-
187	44420/65	Odilon Gonçalves Pires
188	44421/65	João Albino Sobrinho
189	44422/65	Ernani Rodrigues Mendonça
190	44423/65	Ernani Rodrigues Ribeiro
191	44425/65	Clube Recreativo Esperança de Sobradinho
192	44426/65	Abel Barbosa de Oliveira
193	44428/65	Adail Alves Moreira
194	44429/65	" " "
195	44437/65	Corinto de Matos Soares e outro
196	44438/65	" " " "
197	44440/65	Ourval Albino de Oliveira
198	44448/65	BRASTEC-Assist. p/ Aparelhos Elét.Domésticos Ltda

PROCESSOS REFERENTES A ASSUNTOS DIVERSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 5 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
199	43521/65	Gabinete do Prefeito
200	43533/65	Gasparina Cristina Ferreira
201	43581/65	Edison Raw
202	43605/65	Waldemar Gadelha Filho
203	43610/65	Instituto de Apons. e Pensões do Industriários
204	43639/65	Isáuro Arthur Pereira de Rezende
205	43765/65	João Macion Ventura
206	43781/65	Divisão de Contabilidade
207	43783/65	Messias Schnoder de Moura
208	43821/65	Cimyrames Barreto de Carvalho
209	43874/65	S/A Tubos Brasilit
210	43902/65	Grupo de Trabalho de Brasília (GTB)
211	43929/65	" " " "
212	44129/65	Moacir Miranda Gomes
213	44136/65	José Alves da Silva e outros
214	44156/65	Serviço de Contab. Patrimonial(JOAQUIM G.ANDRADE
215	44182/65	Laura Diniz Silva
216	44190/65	Clube Inapiários de Brasília
217	44450/65	Abdo Carez Wanes
218	44451/65	Alda Sardinha de Macedo Paes
219	44452/65	Ananias Primo de Oliveira
220	44453/65	Antonio Fernandes da Silva
221	44454/65	Antonio Rêgo Cavalcante
222	44455/65	Antonio Soares da Silva

PROCESSOS REFERENTES A ASSENTIMENTO SANITÁRIO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
223	43534/65	Antonio José de Mello
224	43611/65	Vitaline Teixeira de Morais
225	43614/65	J. Gonzaga Sobrinho
226	43615/65	José Amâncio
227	43616/65	Antonio Moura Lucas
228	43617/65	Milton Machado
229	43618/65	Heiji Iino
230	43619/65	Leonor Oliveira Guimarães
231	43620/65	Norio Minomo
232	43621/65	Salomão J. Guimarães (CINE TAGUATINGA)
233	43622/65	" " " " "
234	43623/65	Attílio Morrone - Filial -
235	43624/65	Leonor Oliveira Guimarães
236	43626/65	Agenor Guimarães (LANCHES PARANOÁ)
237	43627/65	Attílio Marrone
238	43628/65	Moacir Dias Bicalho
239	43629/65	Vicente Firmino Gomes
240	43630/65	Sociedade Comercial de Carnes Ltda
241	43631/65	Stilyanos Joannes Karatzovalis
242	43632/65	Afonso da Fonseca
243	43633/65	José Ferreira dos Santos
244	43634/65	Neto & Oliveira Ltda
245	43635/65	Turiano Martins Ribeiro
246	43642/65	F. Barbosa da Rocha Neto
247	43643/65	Gumercindo Honorato de Souza
248	43644/65	POSERB- Posto de Serviços Brasília Ltda
249	43645/65	POSSERV- Posto de Serviço Ltda
250	43646/65	Deraldo Alves da Luz
251	43647/65	CIMPLA- Comércio e Importação do Planalto Ltda
252	43648/65	João Xavier de Oliveira
253	43649/65	Deraldo Alves da Luz
254	43650/65	José Maria Ferreira
255	43651/65	João Xavier de Oliveira
256	43652/65	Maria Martins de Melo
257	43653/65	José Caetano da Silva
258	43654/65	M. P. Araujo
259	43655/65	Brasil Andrade Martins
260	43656/65	João de Páiva & Cia Ltda
261	43657/65	Miguel José Aidar
262	43658/65	José da Silva Guimarães
263	43659/65	José Alves Bezerra Filho
264	43660/65	Afonso Ligório Velloso Gonçalves
265	43661/65	F. A. Fonseca
266	43662/65	Jaime Fonseca de Miranda
267	43663/65	Mercedes Alves Haddad
268	43664/65	Hiroshi Tanizaki
269	43665/65	Jovelino Ferreira de Almeida
270	43666/65	Hiroshi Tanizaki
271	43667/65	Luiz Manoel de Souza
272	43668/65	Adão Alves de Souza
273	43669/65	Antonio de Almeida
274	43670/65	Aladim Maria Rêgo
275	43671/65	Jandira Mapeli Gerin
276	43672/65	Geraldo Vieira & Cia Ltda
277	43778/65	F. Galdino de Araujo
278	43866/65	Maria de Lourdes Castro Teixeira
279	43954/65	Laura T. S. Ferreira
280	44132/65	Moacir Macedo de Brito

281	44133/65	M. Antonio da Costa
282	44138/65	Transatlântica- Cia Nacional de Seguros

PROCESSOS REFERENTES A ASSUNTOS DIVERSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
283	43415/65	José Salustiano Teixeira
284	43536/65	Marques & Araujo Ltda
285	43595/65	Sociedade Botânica do Brasil
286	43598/65	Comissão de Inquérito Administrativo
287	43602/65	Superintendência da Novacap
288	43606/65	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
289	43761/65	Gabinete do Prefeito
290	43762/65	Pedro Moacyr de Andrade
291	43812/65	Marco Antonio de Moraes
292	43871/65	Núcleo Rural São Bartolomeu e outros
293	43955/65	Yousses Husein Bjaije
294	43962/65	Soc. de Transportes Coletivos de Brasília
295	44137/65	Câmara dos Deputados
296	44155/65	Serviço de Contabilidade Patrimonial
297	44164/65	Antonio de Pádua Ponte Guimarães
298	44169/65	Auto Viação São Sebastião Ltda
299	44442/65	Cássio Pereira da Silva
300	44449/65	Renato Moura e outro

PROCESSOS REFERENTES A ALTERAÇÃO DE FÉRIAS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
301	43766/65	Pedro Caram Zuquim
302	43886/65	Hortência Pitaluga de Moura
303	43967/65	Antonio Cícero Pinheiro

PROCESSOS REFERENTES A BAIXA DE REGISTRO DE MÁQUINA REGISTRADORA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
304	44430/65	Edgar Garcia Ribeiro
305	44431/65	" " "
306	44432/65	" " "

PROCESSOS REFERENTES A ALVARÁ DE LICENÇA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
307	43413/65	Francisco Gildenir de Araujo
308	43416/65	Maria Gomes Vilela
309	43563/65	Severino Pereira da Silva
310	43756/65	Francisco Marcílio Alves de Oliveira
311	44131/65	Cine Distribuidora Lívio Bruni S/A
312	44159/65	Brasília Motonáutica Clube
313	44401/65	A. B. Farias
314	44402/65	Vicente Marques Pisa
315	44403/65	José Phaiçal
316	44404/65	J. Frias & Cia Ltda
317	44405/65	Construtora Targino Ltda
318	44406/65	Maria Nogueira Marins
319	44407/65	Fidelcino Batista da Silva
320	44408/65	Raimundo Nonato Costa Sena
321	44409/65	Super Troca Lubrificante Cascão Ltda
322	44410/65	DOMUS- Engenharia Indústria e Comércio Ltda
323	44411/65	Honório de Castro
324	44424/65	Brasília Country Club

PROCESSOS REFERENTES A REMOÇÃO DE SERVIDOR, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
325	43573/65	Anísio Fernandes de Castro
326	43596/65	Kazimiers Serednicki
327	43604/65	Etevaldo Vilela Dourado
328	43760/65	Heloísa Clemente Pereira
329	43868/65	Antonio Luiz Benhalza
330	43869/65	Antonio Alexandre da Rocha Ferreira
331	43887/65	Mauro Monteiro
332	43888/65	José da Silva Garrote
333	43971/65	Clarice Jeanne F.F.F. da Silva
334	44172/65	José Francisco
335	44173/65	Ivo Emiliano Dias

PROCESSOS REFERENTES A LICENÇA P/LETREIROS LUMINOSOS E TOLDOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
336	43562/65	Sami Melhem Ibrahim Melhem
337	43844/65	Escritório Regente de Contabilidade
338	43845/65	Bar e Restaurante Ribeiro Ltda

PROCESSOS REFERENTES A REGISTRO DE DIPLOMA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
339	43582/65	Nilsi Willers
340	43583/65	Helena Forsthofer
341	43584/65	Edna Guidoni
342	44181/65	Maria Cândida da Silva

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA
Presidente

VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO
Secretário

MASSILON FERREIRA DOS SANTOS
Membro

ENOCH SANTOS
Membro

JOSÉ TOMAZ
Membro

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº 153/75- SEA, DE 9.4.75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e cinco, às nove horas, na sala de reuniões, sita no 6º andar do Edifício Brasília, realizou-se a 120a. reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, presente os Senhores membros, ENOCH SANTOS, JOSÉ TOMAZ e MASSILON FERREIRA DOS SANTOS. Constatada a existência de "quorum" a sessão foi aberta com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Passando-se à pauta do dia, foram examinados e julgados 540 processos referentes aos exercícios de 1964, 1965, 1966 e 1967, cujo produto final é abaixo transcrito:

a) considerar passíveis de guarda por "TEMPO INDETERMINADO" 72 processos;
b) considerar passíveis de guarda pelo prazo de "10 ANOS" 108 processos;
c) considerar passíveis de "ELIMINAÇÃO" 360 processos;
d) remeter os processos mencionados nos ítens "a" e "b" ao Arquivo Central para fins de guarda e conservação e
e) remeter à SED os processos citados no ítem "c" para, após a publicação desta Ata e respectiva Súmula, providenciar a sua eliminação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO, Secretário, lavrei esta Ata, que lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Presidente:

Secretário:

Membros:

jms.

Súmula dos trabalhos da reunião nº 120 realizada em 29 / 10 / 1975

RESUMO DA ATA

DE ACORDO COM A ATA Nº 120, DE 29/10/75, DA CED, FORAM EXAMINADOS E JULGADOS 540 PROCESSOS, SENDO CONSIDERADOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO 360 E CONSERVADOS 180.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO

PROCESSOS REFERENTES A DIREITOS E VANTAGENS A FUNCIONÁRIOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
1	05753/64	Lázaro Pedro Silvério
2	19065/64	Osair Antonio Eneias
3	04740/65	Osair Antonio Enéas
4	20150/65	Antonio Caetano
5	26241/65	Esmeralda de Souza Maragno
6	28463/65	Dirce da Silva
7	28473/65	Moisés Soares Cintra
8	32087/65	Cacilda Rodrigues de Sousa
9	44251/65	Buny Gustave Persijn
10	44305/65	Carmen Sulamita Nahas Baasch
11	44314/65	Maria Abadia Lopes de Araujo
12	44317/65	Agnaldo Cobra
13	44340/65	Benedito de Jesus Filho
14	44482/65	Manoel da Bela Cruz Sobrinho
15	44486/65	José Eneias Filho
16	44487/65	Dorothéa Phelomena Ferreira Chaves
17	44488/65	Lilian Rodrigues Alves
18	44546/65	Walter Falleiros
19	44599/65	Dora Viana da Cunha
20	44605/65	Geraldo Alexandre Assis
21	44776/65	Rogaciano Bragença

PROCESSOS REFERENTES A AUTO DE INFRAÇÃO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
22	24505/64	José Francisco Serafim
23	25793/64	Companhia,Engenharia, Estradas e Lavouras (CENEL)
24	26896/64	" " " " "
25	27484/64	Domingos Moreira & Cia Ltda
26	29558/64	" " " "
27	06909/65	Lorenzo Mazzetti
28	43853/65	Júlio César Jara
29	44564/65	Severino Ferreira da Silva
30	07381/66	" " "

PROCESSO REFERENTE A PARCELAMENTO DE IMPOSTO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
31	32460/64	Ciclone Hinterland Turismo Ltda

PROCESSOS REFERENTES A BAIXA DE INSCRIÇÃO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 10 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
32	00101/64	Resiele & Laundos Ltda
33	08994/64	Hisanori Usani & Cia Ltda (FILIAL)
34	21018/64	Severino Salviano de Medeiros
35	23829/64	Alfredo Barbosa de Lima

PROCESSOS REFERENTES A REVERSÃO DE CRÉDITO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 5 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
36	44266/65	Itamar Cardoso de Oliveira e outros
37	44267/65	Sebastião Wilson de Castro Amorim
38	44268/65	" " " "
39	44269/65	" " " "
40	44594/65	" " " "
41	44595/65	Departamento de Estradas de Rodagem do D.F.

PROCESSOS REFERENTES A ASSUNTOS DIVERSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 5 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
42	12071/64	Deocacine Lucas Rodrigues dos Santos
43	30504/64	Nogueira S/A Comércio e Indústria
44	10413/65	Irineu José da Silva
45	44238/65	Procuradoria Geral
46	44270/65	Mundo das Tintas Ltda
47	44294/65	Saul Barreto Ribeiro
48	44345/65	Depósito de Tintas Ideal
49	44499/65	Cavalcanti Junqueira S/A
50	44528/65	Zanaide Salgado
51	44536/65	Maria dos Mares Torres
52	44550/65	Serviço do Pessoal
53	44657/65	Lezina Pereira Lima
54	44660/65	Antonio Gomes de Souza
55	44661/65	Francisco Lourenço de Carvalho
56	44708/65	Companhia Urban. da Nova Capital do Brasil
57	44709/65	Tribunal de Contas do Distrito Federal
58	44710/65	" " " "
59	44779/65	Mariano Pereira da Silva e outros
60	44780/65	Nelzi José Pereira
61	44798/65	Secretaria de Finanças

PROCESSOS REFERENTES A CERTIDÃO NEGATIVA DE IMPOSTO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 5 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
62	42043/65	Hélio de Freitas Pires e outro
63	43131/65	Hideo Isayama
64	44202/65	Papelaria Rio Ltda
65	44203/65	" " "
66	44204/65	" " "
67	44205/65	" " "
68	44208/65	" " "
69	44209/65	" " "
70	44210/65	" " "
71	44211/65	" " "
72	44212/65	" " "
73	44213/65	" " "
74	44214/65	" " "
75	44215/65	" " "
76	44216/65	" " "
77	44217/65	" " "
78	44218/65	" " "
79	44219/65	" " "
80	44221/65	Osmízio Ferreira Luz
81	44223/65	Antonio Rubens da Silva
82	44227/65	Sérgio Paulo Gonçalves Dias
83	44243/65	Joaquim Braz de Queiroz
84	44254/65	Iêda Yamana
85	44272/65	Editora Última Hora S/A
86	44277/65	Baltazar Rodrigues
87	44278/65	" "
88	44293/65	José Marques da Silva
89	44301/65	Francisco Balduino de Souza
90	44309/65	IDEAL S/A- Tintas e Vernizes
91	44427/65	Nilmar Lima
92	44481/65	Hélio de Freitas Pires e outro
93	44494/65	Jurandir Alves Diogo (RASPADORA DIOGO)
94	44495/65	José Manoel Domingues e outro
95	44496/65	Itamar Coêlho de Souza
96	44521/65	Vidroplex Ltda
97	44547/65	José Pedro Pereira
98	44551/65	Lucas Pereira da Silva
99	44565/65	Francelina Eustaque Ribeiro
100	44566/65	" " "
101	44573/65	Sociedade Técnica de Materiais "SOTEMA S/A"
102	44574/65	Trajano da Costa Mendes
103	44578/65	Alonso Garcia Pereira
104	44579/65	Paulo de Almeida Campos
105	44581/65	Seta Branca Ltda
106	44588/65	Cecília de Cerqueira Leite Zarur
107	44589/65	Amélia Gomes de Rezende Passos
108	44590/65	Cecília de Crqueira Leite Zarur
109	44591/65	Orestes Tarquínio Júnior
110	44596/65	João Alves Sobrinho
111	44598/65	Serraria Capixaba Comércio e Indústria Ltda
112	44603/65	Mármore Arte e Técnica Ltda
113	44617/65	Maria de Lourdes Freire de Andrade Weitzel
114	44618/65	Manoel Claudino de Araujo
115	44619/65	Antonio Francisco da Costa
116	44620/65	Antonia Maria de Jesus
117	44621/65	João Lopes Filho
118	44622/65	Júlia Cardoso Sorrequi
119	44625/65	Cia Comercial de Vidros do Brasil
120	44626/65	Walter de Araujo e esposa
121	44627/65	Henrique Dantas
122	44628/65	José Duarte Campos
123	44629/65	Milton Mendes Pereira
124	44630/65	Orminda Evangelista de Oliveira
125	44631/65	Domingos Ribeiro de Souza
126	44641/65	José Romeu Aguiar de Lima
127	44642/65	PISOBEL- Artefatos de Cimento Ltda
128	44643/65	SIBRASA- Engenharia e Construções Ltda
129	44650/65	J. A. Pontes & Corte Ltda
130	44651/65	Mário Gonçalves Quina
131	44652/65	Companhia Mercantil de Administração (C.M.A.)
132	44653/65	Construtora Souza Ltda
133	44654/65	Urbanizadora Aguiar Ltda
134	44662/65	João Eugênio de Freitas
135	44663/65	Alcebíades de Oliveira
136	44664/65	Agostinho Ferraz dos Santos
137	44665/65	Modesta Cardoso de Jesus
138	44667/65	Oliveira Domingos Galvão
139	44668/65	Abrahan Prisszulnik
140	44669/65	Lenita Almeida Gouveia
141	44680/65	Luiz Bacelar de Carvalho
142	44697/65	Antonio Gratão Neto e outro
143	44699/65	Sebastiana da Silva
144	44700/65	Raimunda Nonata Castelo Branco de Souza
145	44704/65	Pirelli S/A Companhia Industrial Brasileira
146	44705/65	Cia Construtora Nacional S/A
147	44712/65	José Ferreira de Souza
148	44731/65	José Pinto Monteiro
149	44733/65	Raimundo Vieira Gondim
150	44746/65	Gaspar Mendonça e Silva
151	44747/65	Antonio Augusto de Carvalho
152	44751/65	Papelgráfica Imperial Ltda
153	44752/65	S. Martinez, Bailo & Cia Ltda
154	44755/65	Empresa Cinematográfica Paulo Sá Pinto Ltda
155	44764/65	Ozilho Soares Caetano
156	44775/65	Dílcia Carvalho de Oliveira
157	44777/65	Pedro dos Santos
158	44778/65	Francisco Tokarski
159	44787/65	Mário Matos Guimarães
160	44788/65	Antonio Ferreira de Mello
161	44806/65	Inst. e Creche N. Senhora da Divina Providência
162	44807/65	Otelino Severo da Silva

PROCESSOS REFERENTES A INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDOR, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
163	44456/65	Darcílio Veloso
164	44457/65	Ezildo Ribeiro de Souza
165	44458/65	Francisco Barbosa
166	44459/65	Francisco de Oliveira Melo
167	44460/65	Francisco Tolentino Caixeta
168	44461/65	Geraldo Magela Pimenta
169	44462/65	Gil Clodoaldo Vidal
170	44463/65	João Almeida
171	44464/65	José Arcanjo Emery Pereira

172	44465/65	José Teodoro Dias
173	44466/65	Lia Gedey Sparano
174	44467/65	Lídio Cordeiro Valença
175	44469/65	Luzia Glória da Silva
176	44470/65	Maria Aparecida Wako Machado
177	44471/65	Mário Carlos da Rocha
178	44472/65	Misael Mendes Lucas
179	44473/65	Moysés Fernandes
180	44474/65	Orlando Miranda de Aragão
181	44475/65	Prisco José das Neves
182	44476/65	Raimundo Inácio
183	44477/65	Valdomiro Miranda de Souza

PROCESSOS REFERENTES A ASSUNTOS DIVERSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
184	08993/64	José Garcia Ribeiro (CASAS GARCIA)
185	15936/64	José Antonio Scarpat e outros
186	18211/64	Viação Araguarina S/A
187	28045/64	Departamento da Receita
188	20900/65	Mercearia Safita Ltda
189	22811/65	G. P. Constantogianni
190	28462/65	Estado Maior das Forças Armadas
191	29580/65	Luson Letreiros Luminosos Ltda
192	32081/65	Dirce Porto
193	32671/65	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
194	32806/65	Márcia Dangremon Rios de Moura
195	32808/65	Maria José Lobo Sampaio
196	32925/65	Kédma de Oliveira Silva
197	36378/65	Secretaria de Administração da PDF
198	37996/65	João Batista Mendes
199	41405/65	Fotocópia Rápida
200	43076/65	Raimundo Vieira
201	43084/65	Hugo Mohn
202	43169/65	Agacy Fernandes Ventura
203	43199/65	Departamento de Turismo e Recreação
204	43230/65	Prova Nº 642
205	43586/65	Zélio de Paula Soares
206	44166/65	Sociedade Desportiva Sobradinhense
207	44239/65	Secretaria de Finanças
208	44264/65	Francisco Bezerra
209	44275/65	Adélio Pereira Santos e outros
210	44276/65	Ichizio Kassumi Ofugi
211	44279/65	Apolônio de Miranda Gomes e outros
212	44282/65	Alcenir Gusmão Branco
213	44287/65	Laerte Fernandes de Oliveira
214	44291/65	Carlos-William Costa Pereira
215	44310/65	Soc. de Transportes Coletivos de Brasília Ltda
216	44325/65	Irmãos Matsunaga Ltda
217	44333/65	Soc. de Transportes Coletivos de Brasília Ltda
218	44354/65	Esporte Clube W-3
219	44365/65	Lúcio Guarmani
220	44373/65	Maria Paquina Nicoletti
221	44493/65	Petróleo Brasileiro S/A
222	44502/65	Rosas & Borges Ltda
223	44503/65	Madrigal da Rádio Educadora de Brasília
224	44510/65	Gabinete do Prefeito
225	44519/65	Academia de Comércio do Distrito Federal
226	44556/65	José Joaquim Ferreira
227	44584/65	Bar e Restaurante Nova York Ltda
228	44585/65	Cia de Cigarros Souza Cruz
229	44609/65	" " " "
230	44623/65	Subprefeitura de Taguatinga
231	44624/65	Farmácia Popular e outras
232	44635/65	Departamento da Receita
233	44677/65	Departamento do Patrimônio
234	44702/65	J. Augusto da Assunção
235	44719/65	José de Ribamar Diniz Guimarães
236	44722/65	Farmácia Santo Antonio
237	44721/65	Lions Clube de Brasília
238	34071/67	João Macedo de Araujo e outros

PROCESSOS REFERENTES A REMOÇÃO DE SERVIDOR, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
239	29403/65	Jalmir Vargas Brum
240	42494/65	Maria Tereza Caeiro
241	44207/65	" " "
242	44240/65	Jalmir Vargas Brum
243	44241/65	Elrese Metzker Penha Brescianini
244	44248/65	João Figueiredo dos Santos
245	44257/65	Luiz Amaral e outros
246	44263/65	Edilson Franco Saraiva
247	44349/65	Amaro Miguel do Nascimento
248	44479/65	João Batista de Oliveira
249	44515/65	Lourdes Theresinha Schivitz Borges
250	44567/65	Edivaldo Paulo do Nascimento
251	44568/65	João Figueiredo dos Santos
252	44569/65	José Miranda Teles
253	44570/65	Deltrudes Pereira da Mota
254	44716/65	Vicente Benedito Filho
255	44781/65	José Rodrigues da Silva
256	44783/65	José da Silva Cruz
257	44785/65	Wandir Galett
258	44793/65	Paulino Prudente Pedrosa

PROCESSOS REFERENTES A LICENÇA P/ TOLDOS E LETREIROS LUMINOSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
259	44344/65	Expresso Mineiro Ltda
260	44678/65	Frigorífico Brasília Ltda

PROCESSOS REFERENTES A ASSENTIMENTO SANITÁRIO, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
261	44274/65	F. O. Rocha
262	44302/65	Oliveira & Brandão Ltda - FILIAL -
263	44526/65	Astra Empreiteira de Construções Ltda
264	44527/65	Refrigerantes Brasília Ltda
265	44539/65	José Joaquim Ferreira
266	44540/65	Fernando Manoel Cardoso Torres
267	44548/65	Cooperativa Central Agrícola de São Paulo
268	44593/65	Acácio Nelson Fernandes Ternieden
269	44670/65	Elson Cascão
270	44724/65	João Rios Carneiro

PROCESSOS REFERENTES A MUDANÇA DE END. DE ESTAB. COMERCIAL, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
271	44637/65	Maria Helena Rodrigues
272	44760/65	Dinorá Menezes da Silva
273	44810/65	Carmelita Dias Fernandes

PROCESSOS REFERENTES A AUTORIZAÇÃO PARA USO DE MÁQUINA REGISTRADORA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
274	44689/65	Abdulhak & Cia Ltda
275	44690/65	Galeria Cairo Confecções Ltda
276	44782/65	Luiz Rocha de Castro
277	44717/65	Roger Rafhael Noel

PROCESSOS REFERENTES A REGISTRO DE DIPLOMA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
278	44226/65	Alba Bezerra da Cunha
279	44244/65	Vera Lúcia Sampaio e Silva
280	44250/65	Maria Cecília de Rezende
281	44255/65	Hebe de Paula Barros
282	44347/65	Alcijara dos Reis Gadelha
283	44517/65	Maria do Carmo Lucas de Oliveira
284	44683/65	Terezinha Pereira do Carmo
285	44701/65	Anna Peleja de Souza Oliveira
286	44739/65	Maria Eunice Silva
287	44808/65	Veralúcia Ferreira da Silva

PROCESSOS REFERENTES A ALVARÁ DE LICENÇA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
288	44224/65	Minas Brasília Tenis Club
289	44225/65	" " " "
290	44246/65	Tsúyako Sakanishi
291	44261/65	Pouso & Silva Ltda
292	44262/65	Castro & Perez Ltda
293	44273/65	F. D. Rocha
294	44329/65	Tetsuo Fujiwara
295	44339/65	Campos & Vieira Ltda
296	44370/65	Clube Social da Unidade e Vizinhança Nº-1-
297	44372/65	Antonio Canuto da Silva
298	44374/65	Juvenal Alves Ltda
299	44375/65	Vicente Bernardes Ferreira
300	44376/65	Davi Andrade Portela
301	44377/65	Guilherme Quaresma de Souza
302	44378/65	S. J. Cunha
303	44379/65	Máximo Francisco Santos
304	44380/65	CABESB-Caixa Beneficiente Saturnino de Brito
305	44381/65	Orisvaldo Soares Mota
306	44382/65	Epaminondas Oliveira
307	44383/65	Maria Gomes Vilela
308	44384/65	G. E. RIEDEL-Comércio e Representações
309	44385/65	Abel Bezerra Santiago
310	44386/65	Lurdes Avelino de Matos
311	44387/65	Gabriela Barbosa Ferreira
312	44388/65	Maria de Lourdes Pereira de Oliveira
313	44389/65	LA MOSTRA-Móveis e Arquitetura de Interiores Ltda
314	44390/65	José Marques da Silva Filho
315	44391/65	Salim Naser Nasrallah
316	44392/65	Elzo Tinoco Corrêa
317	44393/65	Edson César
318	44394/65	Eunice de Andrade Lima
319	44395/65	Álvaro Eduardo de Faria
320	44396/65	Eutália de Almeida Carvalho
321	44397/65	João Sebastião Sobrinho
322	44398/65	José Carlos de Souza
323	44399/65	Geraldo Ribeiro Lima
324	44400/65	ENGETEC-Engenharia Técnica e Comércio Ltda
325	44514/65	Diretório Central dos Estudantes - D.F.
326	44541/65	Geórgios Pantelis Ledakis
327	44542/65	Benedito Nogueira
328	44543/65	Wilma da Piedade de Oliveira
329	44545/65	Nicanor Alves
330	44610/65	Centro Cultural e Recreativo Ítalo-Brasileiro
331	44686/65	Clube Social da Unidade de Vizinhança Nº-1-
332	44749/65	Apache Atlético Clube

PROCESSOS REFERENTES A CONCESSÃO DE PLACAS DE TÁXI, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
333	44234/65	Saint Clair Martins Souto
334	44235/65	Jacinto Pereira dos Santos
335	44237/65	Luiz Bacelar de Carvalho
336	44249/65	Arnaldo de Oliveira
337	44351/65	José Pereira de Couto
338	44352/65	Sebastião Miniró Ribeiro da Silva
339	44484/65	Raimundo Vieira Gondim
340	44505/65	José Raimundo Souza Veiga
341	44524/65	Luiz Sales de Amorim
342	44655/65	Geraldo Porci de Araujo
343	44711/65	Marcelino Luiz de Oliveira
344	44725/65	Felicidade Gomes
345	44726/65	Joaquim Ventura
346	44727/65	" "
347	44728/65	" "
348	44729/65	" "
349	44730/65	" "
350	44734/65	José Torres Heitor
351	44735/65	" " "
352	44736/65	" " "
353	44737/65	" " "
354	44744/65	Ezequias de Oliveira Chagas
355	44789/65	Edison Caldas Passos
356	44799/65	João Virgínio Ribeiro
357	44802/65	Moisés Elias
358	44803/65	Enir Braga
359	44804/65	Francisco Braga de Lima
360	44805/65	Zelzito de Jesus Portela

SÁLVANDIR FERREIRA DE LIMA
Presidente

VALMIR LOUREIRO DE ARAÚJO
Secretário

MASSILON FERREIRA DOS SANTOS
Membro

ENOCH SANTOS
Membro

JOSÉ TOMAZ
Membro

ATA DA CENTESIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS, INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 153/75-SEA, DE 9/4/75, DO SENHOR SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos trinta dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e cinco, às nove horas, na sala de reuniões, sita no 6º andar, do Edifício Brasília, realizou-se a 121a. reunião da Comissão de Eliminação de Documentos, sob a presidência do Senhor SALVANDIR FERREIRA DE LIMA, presentes os Senhores membros MASSILON FERREIRA DOS SANTOS, JOSÉ TOMAZ e ENOCH SANTOS. Constatada a existência de "quorum", foi declarada aberta a sessão, dando-se a seguir a leitura e discussão da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma aprovada sem emendas. Na pauta do dia, foram examinados: 1) 548 processos referentes a vários exercícios encaminhados através dos O.I. nºs. 195/75, 196/75 e 199/75, pela SDCA da RA-IV - Administração Regional de Brazlândia; 2) 344 volumes encadernados de Diário Oficial do antigo Distrito Federal, remetidos pela Divisão de Documentação da CSDCA-SEA, através do O.I. nº 20/75-DD, no qual comunica o desinterêsse da Administração nos citados jornais. Após exame e julgamento da matéria a Comissão decidiu:

a) considerar passíveis de "ELIMINAÇÃO" 548 processos e 344 volumes encadernados de Diários Oficiais e;

b) remeter o material citado no item anterior à SED para, após a publicação desta Ata e respectiva Súmula, providenciar a sua eliminação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual para constar, eu, VALMIR LOUREIRO DE ARAÚJO, Secretário, lavrei esta Ata, que lida e achada conforme vai por todos assinada.

Presidente

Secretário

Membros -

Súmula dos trabalhos da reunião nº 121 realizada em 30/10/1975

RESUMO DA ATA

DE ACORDO COM A ATA Nº 121 DA CED FORAM EXAMINADOS E JULGADOS 548 E 348 VOLUMES DE DIÁRIO OFICIAL, SENDO TODO O MATERIAL CONSIDERADO PASSÍVEL DE ELIMINAÇÃO.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO

PROCESSOS REFERENTES A ASSUNTOS DIVERSOS, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
1	00177/69	Salotina Barbosa da Silva
2	00184/69	Genésio Leão Padilha
3	00350/69	Faustino Cardoso Araújo
4	00351/69	Amélia Braz Peixoto
5	00359/69	Aldo Silva e Outro
6	00382/69	Amadeu Coelho Lopes
7	00390/69	Maria Clementina Brina Martins
8	00393/69	Josélia Cavalcante de Queiroz
9	00394/69	" " "
10	00417/69	Aristides Pedro Miranda
11	00425/69	Aureolino Pereira César
12	00441/69	Clélia RAchel R. Mecenas
13	00445/69	Delmásio Gomes da Silva
14	00447/69	Joselita Rodrigues da Mata
15	00450/69	Serviço de Obras da RA-IV
16	00452/69	Joaquim Rodrigues dos Santos
17	00471/69	Maria José Medeiros de Lima
18	00480/69	Antônio Simião da Silva
19	00482/69	Joaquim Rodrigues dos Santos
20	00522/69	José Alves Martins
21	00559/69	Manoel Monteiro dos Santos
22	00581/69	Eurípedes Lopes de Oliveira
23	00582/69	Antônio Gomes de Mello
24	00583/69	Antônio Gomes de Mello
25	00628/69	Marcondes Fernandes Lima
26	29672/69-GDF	Antônio Ambrósio de Souza

PROCESSOS REFERENTES A REPAROS EM CASAS DE ALVENARIA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
27	00524/69	Luiza Correia de Melo
28	00430/69	Maria do Carmo Gonçalves
29	00549/69	Amélia Braz Peixoto
30	00586/69	Sátiro da Cruz Vilela

PROCESSOS REFERENTES A CESSÃO DE DIREITOS DE LOTES (BRAZLÂNDIA), PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
31	00334/69	Vicente Nunes Pereira
32	00352/69	José Honorato
33	00377/69	José Humberto Martins da Silva
34	00409/69	Ezequiel Moreira
35	00421/69	Baltazar Amorim da Silva
36	00424/69	Aureolino Pereira César
37	00426/69	Luiza França da Silva
38	00429/69	Geralda José de Alcântara Ataídes
39	00444/69	José Maria de Carvalho
40	00448/69	Lourdes Aparecida de Souza e Silva
41	00457/69	Dáurea Menezes Fontinelle
42	00460/69	Antônio José de Moraes
43	00490/69	Ney Cardoso de Oliveira
44	00506/69	Sebastiana dos Reis Cardoso
45	00511/69	José Jaime Lopes
46	00517/69	Wilson Maurício de Souza
47	00519/69	Ney Cardoso de Oliveira
48	00521/69	Alvin Ramos da Silva
49	00523/69	Raimundo Pereira Leite
50	00527/69	Francisco Didi Mendes
51	00530/69	Damásio Vieira da Silva
52	00536/69	João Batista Pereira
53	00547/69	José Alves Martins
54	00566/69	Antônio Geraldo de Brito
55	00621/69	Raimundo Germano de Oliveira
56	840026/71	Aureolino Pereira César

PROCESSOS REFERENTES A LIGAÇÃO DE ÁGUA, PASSÍVEIS DE ELIMINAÇÃO EM 2 ANOS.

Nº ORDEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
57	00590/69	Joaquim Clemente de Andrade
58	00067/70	Aurélio Peixoto Queiroz
59	00104/70	Maria Inácia Rocha
60	00112/70	Sônia de Brito Rocha
61	00116/70	Ademar Gonçalves
62	00131/70	Vicente Pereira Piquiá
63	00133/70	Natália Ferreira do Nascimento
64	00135/70	Raimundo Martins da Silva
65	00143/70	Manoel Monteiro SAntana
66	00144/70	Manoel Monteiro Santana
67	00184/70	Raimundo Rufino Filho
68	00186/70	Maria do Socorro Primo
69	00222/70	Olívia Barbara de Jesus
70	00227/70	Arminda Maria José
71	00229/70	Moacyr Baptistella
72	00239/70	Maria de Lourdes da Conceição
73	00249/70	Juelcy de Souza Gonçalves
74	00252/70	Antônia de Oliveira Firmino
75	00259/70	Juvenal Ferreira
76	00262/70	Benedito Braz Bitencourt
77	00271/70	Eva Maria da Conceição
78	00282/70	Aurélio Peixoto Queiroz
79	00319/70	Dorvalino Gonçalves de Oliveira
80	00321/70	João Celestino de Araújo
81	00327/70	Laura Maria da Silva
82	00330/70	Waldemar Messias
83	00351/70	Iria Mateus Rodrigues
84	00355/70	Francisco Vidal de Lima
85	00373/70	Antônio Barboza de Carvalho
86	00374/70	José Brasilino da Silva
87	00375/70	Arlindo Alvino Cardoso
88	00376/70	João Eugênio da Silva
89	00377/70	Antônio Paulo Rosa Braga
90	00378/70	Cassiano de Sousa
91	00379/70	Luzia Batista de Oliveira
92	00380/70	Samuel Mendes da Mota
93	00381/70	Antônio de Souza Filho
94	00382/70	Valdivino Pereira da Silva
95	00383/70	Tereza Soares Monteiro
96	00384/70	Artur Bernardes Vieira
97	00385/70	Francisco Fagundes Soares
98	00389/70	Paulo Araújo dos Santos
99	00397/70	José Pedro Batista
100	00398/70	Sebastião Gonçalves da Silva
101	00399/70	Antônio Gomes de Souza
102	00400/70	Maria da Conceição Alves Rodrigues
103	00401/70	Anacreto Pinto das Neves
104	00402/70	Maria Umbilina Fonsêca
105	00403/70	Robélio Custódio da Silva
106	00404/70	Jacinto José de Souza
107	00405/70	Celina Celis Soares
108	00408/70	Maria de Jesus Aquino
109	00409/70	Pedro Barbosa da Silva
110	00410/70	Jacob Moreira
111	00411/70	Rodolfo Pinheiro Machado
112	00412/70	Antônio Bernardo Neto
113	00418/70	Antônio José da Cruz
114	00419/70	Cicilia Moreira dos Santos
115	00420/70	Maria Rosa de Oliveira
116	00422/70	Manoel Marques da Silva
117	00424/70	Olimpio Viana da Silva
118	00423/70	Wilson Câmara Milhomem
119	00421/70	Maria de Jesus Sousa
120	00425/70	Filemon Gomes Xavier
121	00426/70	Agostinho Miguel Milanêz
122	00427/70	Maria Dias da Costa
123	00428/70	Geraldo Peixoto de Almeida
124	00429/70	José Corrêia dos Santos
125	00430/70	Sebastião Aleixo da Silva
126	00431/70	José Amâncio da Silva
127	00432/70	Virgilio Gonçalves de Barros
128	00433/70	Valeriano Gomes
129	00434/70	Rosa Fernandes Cabral
130	00435/70	Matilde Cecília de Jesus e Silva
131	00436/70	Nau Pereira dos Santos
132	00441/70	Moizéis Teodorio dos Santos
133	00442/70	Raimundo Francisco Alves
134	00443/70	Sebastião Crimaco Bernardes
135	00444/70	Dely Alves de Oliveira
136	00445/70	Otelina Paiva Costa
137	00446/70	Manoel Altamir Pereira
138	00447/70	Francisco Rodrigues Manço
139	00448/70	Luiz da Cunha Trapiá
140	00449/70	Diolinda Alves Magalhães
141	00450/70	João Alves Rodrigues
142	00451/70	José Pinto de Almeida
143	00452/70	José dos Reis Cabral
144	00453/70	Iris José Santiago
145	00454/70	Leandro Correia dos Santos
146	00455/70	José Lino Pereira
147	00456/70	Palmira Lopes Santana
148	00457/70	José França
149	00458/70	Joaquina Rosa de Jesus
150	00459/70	Donata de Barros Marinho
151	00460/70	José Rodrigues do Nascimento
152	00461/70	Leônidas Correia de Sousa
153	00462/70	Sebastião Pereira da Silva
154	00463/70	José Ildeu da Silva
155	00464/70	Maria Ribeiro de Lima
156	00465/70	Maria Alves Soares
157	00467/70	Maria Alves da Silva
158	00468/70	Antunina Pereira da Cruz
159	00469/70	José Carlos Prates Oliveira
160	00470/70	Madalena Oliveira Lopes
161	00471/70	Maria de Lourdes Silva
162	00472/70	Noeme Ferreira da Cruz
163	00474/70	Lino Romualdo da Purificação
164	00475/70	Demácio Ribeiro de Souza
165	00476/70	Oscar Silva
166	00483/70	Elizíário Cardoso Pereira
167	00484/70	Sebastiana Francisca de Jesus
168	00485/70	João Duarte da Silva
169	00486/70	Jair Marques do Vale
170	00487/70	Teresinha Pains
171	00488/70	José Antônio Barbosa
172	00489/70	Benon Ferreira de Emery
173	00490/70	Geraldo Rocha do Nascimento
174	00493/70	Lourival José de Paula
175	00494/70	Liolina Maria dos Santos
176	00495/70	Salatiel Martins Santos
177	00496/70	Antônio Vaz de Oliveira
178	00497/70	João Batista da Silva
179	00498/70	Celi Pereira da Silva
180	00503/70	Raimunda Marreiros de Araújo
181	00505/70	Francisco Costa da Silva
182	00506/70	Lourival Fernandes Silva
183	00507/70	Lucília Antônio de Almeida
184	00508/70	João Pereira do Santo
185	00509/70	Romeu Pereira
186	00510/70	Raimundo Acene Ferreira
187	00511/70	Gastão Vieira da Costa
188	00512/70	Custódio Ferreira Larcerda
189	00513/70	José Américo Damasceno
190	00514/70	João Geraldo de Resende
191	00515/70	José Pedro da Silva
192	00517/70	Geralda Maria da Conceição França
193	00518/70	Dijalma Souza Almeida
194	00519/70	Antônio Viegas de Ataíde
195	00520/70	Julião Alves das Neves
196	00521/70	José João da Mata
197	00522/70	Maria Luiza de Souza
198	00523/70	Lindalva Lopes de Souza
199	00524/70	Maria Almeida de Souza
200	00525/70	Dionísio Pereira dos Reis
201	00526/70	José Quintino da Silva
202	00527/70	Antônio Bispo da Cruz
203	00528/70	Terezinha Rufino Farias
204	00529 /70	Neide Janete Passos
205	00530/70	Floripes Batista dos Santos
206	00531/70	Ilma Rodrigues Moreno
207	00532/70	Sebastiana da Silva Lima
208	00533/70	Eduardo Martinho Costa
209	00534/70	Maria Aparecida da Silva
210	00535/70	Carlos Ferreira da Costa
211	00536/70	Antônio Amadeus Pires
212	00537/70	Maria Rodrigues da Silva
213	00538/70	Carlos Marreiros de Araújo
214	00539/70	Manoel Xavier de Almeida
215	00540/70	Luiz Henrique Xavier
216	00541/70	Ailton Campos Pinheiro
217	00550/70	Pedro Martins dos Santos
218	00551/70	Antônio Passos de Araújo
219	00552/70	Alda Feliciana da Silva
220	00553/70	José Ovídio Filho
221	00554/70	Nelson Vieira de Assis
222	00555/70	José Soares de Menezes
223	00556/70	Maria da Conceição Dias de Oliveira
224	00557/70	Vicente Paixão da Silva
225	00558/70	João Rodrigues Pereira
226	00559/70	Onofre Moreira da Silva
227	00560/70	Antônia Alves Mendes
228	00561/70	José da Silva
229	00562/70	Aliomar Lemos França
230	00563/70	Gonçalo da Costa Melo
231	00564/70	Francisco Teixeira Alves
232	00565/70	Dolores Augusta Nascimento
233	00569/70	Antônio Martins Ferreira
234	00570/70	Cícero Antônio de Souza
235	00571/70	Tomé Vieira da Silva
236	00572/70	Raimundo Nonato da Silva
237	00573/70	Lídio Carlos da Costa
238	00574/70	José Ribamar Arsênio Ferreira
239	00575/70	Valdir Rufino da Silva
240	00576/70	Júlio Figueiredo Aguiar
241	00577/70	Ironde José da Silva
242	00578/70	Valdeci Cardoso de Oliveira
243	00579/70	David Pereira de Souza
244	00580/70	Antônio Camelo de Mendonça
245	00581/70	Francisco Pereira dos Santos
246	00582/70	José Rodrigues Pereira
247	00583/70	José Dias da Cruz
248	00584/70	Francisco Siriaco da Silva
249	00585/70	Raimunda Matos Gonçalves
250	00586/70	Gildete Alves Nogueira
251	00587/70	Aristides Antônio Martins
252	00588/70	Bazílio Justo da Silva
253	00589/70	Geraldo Pereira da Silva
254	00590/70	João Alexandre dos Santos
255	00591/70	Maria de Souza Lima
256	00592/70	Job Monteiro de Lima
257	00593/70	Raimundo José de Oliveira
258	00594/70	José Barbosa Martins
259	00595/70	Oceano Figueiredo Lima
260	00596/70	Calixto Gomes de Santana
261	00597/70	João Bernardo da Silva
262	00598/70	Enerieta Rodrigues de Oliveira
263	00599/70	Ana Cândida dos Santos
264	00600/70	Expedito Martins de Moura
265	00601/70	Ramira Cândida de Jesús
266	00602/70	Lourival Pereira
267	00604/70	Francisco Félix de Morais
268	00605/70	Conceição Pinto
269	00628/70	José Diogo de Aguiar
270	00606/70	Francisco Mariano da Costa
271	00607/70	Antonia Rocha
272	00608/70	João José dos Santos
273	00609/70	João Bosco Costa
274	00610/70	José Maurício da Silva
275	00611/70	Arminda Francisca dos Santos
276	00612/70	Perciliana Alves Caitano
277	00613/70	Salvador Gonçalves da Silva
278	00614/70	Vanderlôr Félix da Silva
279	00615/70	Maria José Pereira
280	00616/70	Zeferina Silva
281	00617/70	Antonio Moacir da Costa
282	00618/70	Arlinda de Freitas
283	00620/70	Iraci Machado
284	00621/70	Florência dos Santos Silva
285	00622/70	Nacib Moreira Pinheiro
286	00623/70	José Constantino Pereira
287	00624/70	Francisco Oliveira
288	00625/70	David Rodrigues de Souza
289	00626/70	Rufino Rodrigues dos Santos
290	00627/70	Carlos Soares da Silva
291	00629/70	Manoel de Lima Alves
292	00630/70	José Soares
293	00631/70	Ávila Pereira de Jesus
294	00632/70	Geraldo Mesquita Oliveira
295	00633/70	José Alves de Oliveira
296	00634/70	Israel Dias Moreira
297	00635/70	Maria Conceição Cardoso
298	00636/70	Dorvalina Luciano da Silva
299	00637/70	Artur Pereira de Carvalho
300	00638/70	Adelcino Marques Queiroz
301	00639/70	Genair Felício da Silva
302	00640/70	José Bispo Filho
303	00641/70	José Lima da Silva
304	00642/70	Clara Pereira do Nascimento
305	00643/70	Antônio Procópio de Oliveira
306	00645/70	José Higino Moreira
307	00646/70	Domingos Gonçalves da Silva
308	00648/70	Noé Aparecido da Silva
309	00649/70	Edmundo José da Silva
310	00650/70	José Candido da Silva
311	00651/70	Manoel Machado da Silva
312	00652/70	Maria Natalina Souza
313	00653/70	Argeu Ricardo Velozo
314	00654/70	Salvador Fernandes de Farias
315	00655/70	Adão da Costa Freire
316	00662/70	Alzimira Francisca Lino
317	00663/70	Adetino Bispo dos Santos
318	00664/70	Pedro Nunes de Paes
319	00665/70	Itenial Gomes de Souza
320	00666/70	José Lopes da Silva
321	00667/70	Orosina Marques de Oliveira
322	00668/70	Erotides Dias de Souza
323	00669/70	Félix José das Neves
324	00670/70	Almir Batista Aquino
325	00671/70	Eva Clara da Silva
326	00673/70	Alcides Ferreira Lopes
327	00676/70	Antônio Ayres Ataliba
328	00678/70	Alda Batista da Rocha
329	00679/70	Getúlio Pereira Caixêta
330	00680/70	Maria Araújo Cardoso
331	00681/70	Pedro Sebastião da Silva
332	00682/70	Jervais Correia da Silva
333	00683/70	Gumercindo Ferreira dos Santos
334	00689/70	Sandoval Araújo da Silveira
335	00690/70	Maria Inácia Rocha
336	00692/70	Manoel Carvalho Alcântara
337	00693/70	João Vicente da Silva
338	00694/70	Aluisio Ferreira da Silva
339	00695/70	Zulmira da Mota Fernandes
340	00696/70	Juracy França da Silva
341	00697/70	Nelson Afonso de Lima
342	00698/70	Raimundo Martins de Oliveira
343	00699/70	Amelina Teixeira da Costa
344	00700/70	Vicente Pereira da Silva
345	00701/70	Valdemiro Francisco de Souza
346	00702/70	Gonçalo Rodrigues Coelho
347	00703/70	Jair de Araújo
348	00706/70	Maria Raimuna Alves Ferreira
349	00707/70	João Herculano Martins
350	00708/70	Orlando Batista
351	00709/70	José Félix Filho
352	00710/70	Maria Rodrigues Piquia
353	00711/70	José Bezerra do Nascimento
354	00712/70	Amaro Onório Neto
355	00713/70	Raimundo Nonato Lira Nazário
356	00714/70	Ana Maria Rodrigues
357	00715/70	Maria da Conceição Martins de Paula
358	00716/70	Nair Lopes da Silva
359	00717/70	Joaquim Afonso de Lima
360	00718/70	Félix Pereira das Almas
361	00719/70	Francisco Costa
362	00722/70	Júlia Rosa de Jesus
363	00723/70	Sebastião Manoel da Silva
364	00726/70	Maria Bezerra de Souza
365	00727/70	Inácio Cícero Miguel
366	00728/70	Nascimento Domingues da Silva
367	00729/70	Almir Leão do Amaral
368	00731/70	Lucas Ferreira Duarte
369	00732/70	Raimundo Xavier
370	00733/70	Manoel Alves de França
371	00734/70	Maria Lopes dos Santos
372	00735/70	Ana Braga de Amorim Gonçalves
373	00742/70	José Cordeiro Silva
374	00743/70	Luiz Modesto Soares
375	00744/70	Raimundo Pereira dos Santos
376	00745/70	Jaime Rodrigues dos Santos
377	00746/70	Adeizio Germiniano da Silva
378	00747/70	Geraldo Monteiro
379	00748/70	Wilson Silva
380	00749/70	Altair Alves Dias
381	00750/70	João Pereira Caixeta
382	00751/70	Astrogildo Souza de Almeida
383	00752/70	Antônio Izidro
384	00753/70	Hortencio Domingos de Mesquita
385	00754/70	José Ribamar Vieira de Araujo
386	00755/70	Maria Pereira Rodrigues
387	00756/70	Deusdete da Silva Rocha
388	00757/70	Antonio Ferreira Veiga
389	00758/70	Severino Nazario Prazeres
390	00759/70	Antônio Teles dos Santos
391	00760/70	José Fime de Jesus
392	00762/70	José Paulino da Silva
393	00763/70	Adão Veloso
394	00764/70	Manoel Jaquim de Souza
395	00765/70	José Severo de Macena
396	00766/70	Waldir Gonçalves
397	00767/70	Dionisio José da Silva
398	00769/70	Antônio de Souza Barbosa
399	00772/70	Antônio Alves Gomes
400	00775/70	Dejanira Maria da Conceição
401	00776/70	Maria Souza Moreira
402	00777/70	Maria Raimunda Alves Ferreira
403	00778/70	Agrípio Barbosa da Cruz

404	00779/70	José Ribamar Pereira
405	00780/70	Severina Jacob do Nascimento
406	00781/70	Joaquim Germiniano da Silva
407	00782/70	Alvina Batista de Souza
408	00783/70	José Pereira de Souza
409	00786/70	João Vitorino Gomes
410	00787/70	Milton Pereira da Silva
411	00788/70	João José Bezerra
412	00789/70	João Rufino da Silva
413	00790/70	Alberto Vieira de Araújo
414	00791/70	Antônio José Ferreira da Silva
415	00792/70	Maria Margarida Bezerra da Silva
416	00793/70	Severina Lima de Souza
417	00794/70	Lindalva do Nascimento de Oliveira
418	00795/70	José Tavares de Souza
419	00800/70	Francisco de Souza
420	00801/70	Henrique Tomaz de Aquino
421	00802/70	Leonina Reis de Queiroz
422	00803/70	João Segundo Maia
423	00804/70	Ana Maria da Conceição
424	00805/70	Margarida Pereira Felix
425	00806/70	Anacleta de Souza
426	00807/70	Alzira Alves de Feitosa
427	00808/70	Maria Helena de Souza
428	00809/70	Maria Natalina Ferreira Alargão
429	00810/70	Rodolfo Alves dos Santos
430	00811/70	Otavio Arcenio Rambo
431	00814/70	Izidro Barbosa de Matos
432	00815/70	Maria Lucimar Ferreira dos Santos
433	00816/70	Arcanja Barreto da Silva
434	00817/70	José Ferreira Gomes
435	00818/70	Raimundo Gonçalves de Andrade
436	00819/70	Agnelo Marques da Silva
437	00820/70	Osmar Rodrigues dos Santos
438	00821/70	Maria do Carmo Souza
439	00822/70	José de Ribamar Mendes
440	00823/70	João Fernandes de Miranda
441	00824/70	Maria Florinda de Freitas
442	00825/70	Daniel Magrine
443	00826/70	Paulo Vieira de Souza
444	00827/70	Crispim Gonçalves dos Santos
445	00828/70	Antonio Gonçalves Leitão
446	00830/70	Ramiro José de Lima
447	00833/70	Manoel Luiz de Oliveira
448	00834/70	Manoel Ferreira Soares
449	00835/70	João Costa
450	00839/70	José Maria de Souza
451	00840/70	Claro Pereira de Jesus
452	00841/70	H. José Costa
453	00843/70	Pedro Cardoso dos Santos
454	00844/70	Abdon Paes Ribeiro
455	00845/70	Geraldino Custodio da Silva
456	00846/70	Maria Sebastiana de França
457	00847/70	Luiz Dias Pereira
458	00848/70	João Tomé da Silva
459	00850/70	Belmiro Angelo Batista
460	00851/70	Edson Carlos Sobrinho
461	00853/70	Cicera Alves de Oliveira
462	00854/70	José Marques de Souza
463	00855/70	Manoel Gonzaga de Lima
464	00856/70	Luiz Gomes de Araujo
465	00857/70	Antonio Braulino de Oliveira
466	00858/70	Maria Julia da Silva Santana
467	00859/70	João Pereira da Silva
468	00860/70	José Duda de Souza
469	00861/70	Leonardo Francisco de Carvalho
470	00862/70	Antônio Bento de Barros
471	00863/70	Marlene Rude
472	00864/70	Terezinha Justina da Silva
473	00865/70	Geraldo Marculino de Moraes
474	00868/70	Manoel Pereira Brito
475	00869/70	Antônio Camilo da Silva
476	00870/70	Antônio José da Silva
477	00871/70	Alexandrino Batista Miranda
478	00872/70	Cândido Pereira Neto
479	00873/70	Francisco Contardo Mendes da Silva
480	00874/70	Zailda Nunes Oliveira
481	00875/70	Donatila Fernandes de Queiroz
482	00877/70	Inaldo Vicente
483	00878/70	Maria Francisca dos Santos
484	00879/70	Francisco Nazário da Costa
485	00880/70	Raimundo Soares de Araújo
486	00881/70	José Meneses de Lima
487	00882/70	Antônio Carlos de Araújo
488	00883/70	José Gabriel de Melo
489	00884/70	Juracy de Jesus
490	00890/70	José Zoroastro de Sousa
491	00891/70	Alzira Moreira Gonçalves
492	00892/70	Ismael Teixeira Macêdo
493	00893/70	Luiz Oliveira Lima
494	00894/70	Olegário Pereira Cardoso
495	00896/70	Eneias de Castro
496	00897/70	Honorato da Conceição
497	00898/70	Carolina Costa Ferreira Candida
498	00899/70	Maria Luiza Aragão
499	00900/70	Candido da Conceição Marques
500	00901/70	Francisca Pereira Santana
501	00902/70	Leonira Alves de Araújo
502	00903/70	Elenita Marques do Carmo
503	00904/70	Maria Moureira de Godois
504	00905/70	Maria Lêda da Conceição
505	00907/70	Antônio Pereira de Oliveira
506	00908/70	Edivar Gonzaga Araújo
507	00909/70	Laura Florinda Silva
508	00911/70	Adelino Henrique de Carvalho
509	00915/70	João de Deus da Costa
510	00916/70	José Mariano de Sousa
511	00917/70	Nilce da Silva Lima
512	00918/70	Maurílio Barbosa da Silva
513	00919/70	Maria Olga Macêdo
514	00920/70	José Mendes da Paixão
515	00921/70	Vinde Ferreira
516	00922/70	Manoel Vieira da Silva
517	00926/70	José Camilo de Oliveira
518	00927/70	José Niomar da Costa
519	00929/70	Corino Rocha da Silva
520	00936/70	Nilo do Carmo
521	00943/70	Ana Rosa da Silva
522	00944/70	Dinalva Oliveira Santos
523	00955/70	Jesuina de Oliveira Barreiros
524	00960/70	Sebastião Luiz Xavier
525	00964/70	Laudelina Valentina Elias
526	00965/70	Abedoral Gregório da Silva
527	00974/70	José Pedro Gualberto
528	00975/70	Maria Florinda de Freitas
529	00989/70	Domingos Gomes Fernandes
530	00992/70	Valdivino Alves Dias
531	01012/70	Joaquim Ferreira Batista
532	01013/70	Geralda Pereira Lima
533	01015/70	Severino Salvador das Chagas
534	01016/70	Venâncio Batista da Silva
535	0.1017/70	Alzira Soares da Costa
536	01022/70	José Simões de Sá
537	01029/70	José Vieira da Silva
538	01031/70	Ezequiel Moreira
539	01037/70	José da Silva Pinto
540	01039/70	Alberto José Monteiro
541	01054/70	José Palhares Bezerra
542	01066/70	José Bonifácio da Silva
543	01068/70	José Gonçalves de Oliveira
544	01079/70	Dorico Gomes Soares
545	01087/70	Noêmia Augusta da Silva
546	01093/70	Agenor Sales Milagre
547	01098/70	João Pereira da Costa
548	01100/70	Benedito Moreira de Jesus

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA
Presidente

VALMIR LOUREIRO DE ARAUJO
Secretário

MASSILON FERREIRA DOS SANTOS
Membro

ENOCH SANTOS
Membro

JOSE TOMAZ
Membro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 10 DE MARÇO DE 1976

O SECRETARIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863 de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 21, do Decreto nº 2.951 de 22 de julho de 1975,
RESOLVE:

designar, MILTON TAVARES DIAS, Agente Administrativo, Código SA—401.6, matrícula nº 11.615, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Informações Econômico-Fiscais, Símbolo FC—6, da Divisão da Receita do Gama, do Departamento da Receita, desta Secretaria, durante o período de 10/03 a 08/04/76; por motivo de férias regulamentares.
DISTRITO FEDERAL, 10 de março de 1976
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário nº. 28/76
Recorrente: Banco do Estado de Minas Gerais S.A.
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

O Banco do Estado de Minas Gerais S/A, não se resignando com a decisão prolatada pela autoridade de Primeira Instância a fls. 15, do processo fiscal nº. 27.551/74, que deixou de conhecer sua reclamação contra lançamento de I.P.T.U., no exercício de 1971, pertinente às projeções 8 e 10 do Setor Bancário Sul, por considerá-la intempestiva, formulou nova postulação perante a 2ª Subprocuradoria Geral, com o induvidoso caráter de recurso voluntário.
O douto 2º. Subprocurador Geral, verificando tratar-se de matéria alheia à competência daquele órgão jurídico, transmitiu o feito à Secretaria de Finanças, que, por sua vez, fê-lo endereçar a este Tribunal Administrativo Tributário.
Apesar do equívoco por parte do sujeito passivo na eleição da instância a ser provada, nenhum óbice existiria para que a matéria viesse, agora, ser apreciada por este Colegiado.
Todavia, observa-se que a aludida petição recursal de fls. 18 a 21, ingressou no Protocolo Geral do G.D.F. em 20 de janeiro de 1976 (Registro mecânico de fls. 18), enquanto que a intimação da sentença ora recorrida se efetivou em 04 de dezembro de 1975 (Recibo de fls. 17).
Descumpriu, assim, o recorrente, o prazo de vinte (20) dias, previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno desta Corte.
Intempestivo, conseqüentemente, é também o recurso, razão por que deixo de recebê-lo, negando seguimento ao feito, no uso das atribuições que me são conferidas no art. 23, inciso XIX do mesmo Regimento Interno (Regulamento do Processo Fiscal Administrativo ex vi do Decreto nº. 1.687/71.
Publique-se.
Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 32/76
Recorrente: Manoel Sacerdote da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Manoel Sacerdote da Silva, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 144.863/75, pertinente ao auto de infração nº. 01249/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 18 de fevereiro de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 9).
Recurso tempestivo, eis que a intimação de decisão condenatória ocorreu em 9 de fevereiro de 1976 (Recibo de fls. 8), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 26 de fevereiro de 1976.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Ex Officio nº. 33/76
Recorrente: Serviço Autômono de Limpeza Urbana
Recorrido: Rivalino Vieira da Cunha

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda, no processo fiscal nº. 144.857/75, pertinente ao auto de infração nº. 5.441/75, recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei nº. 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília-DF, 25 de fevereiro de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 29/76
Recorrente: Manoel Xavier do Nascimento
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpesa Urbana

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Manoel Xavier do Nascimento, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 144.654/75, pertinente ao auto de infração nº. 03.771/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 17 de fevereiro de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls 7).
Recurso tempestivo, eis que a initmação de decisão condenatória ocorreu em 16 de fevereiro de 1976 (Recibo fls. 6), evidenciando-se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 26 de fevereiro de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 30/76
Recorrente: Mauro Maia Teixeira
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpesa Urbana
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Mauro Maia Teixeira, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 144.681/75, pertinente ao auto de infração nº. 03293/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 17 de fevereiro de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 8).
Recurso tempestivo, eis que a intimação de decisão condenatória ocorreu em 9 de fevereiro de 1976 (Recibo de fls. 7), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº, 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 31/76
Recorrente: aparecida de Oliveira
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpesa Urbana
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Aparecida de Oliveira, irresignada com a sentença de primeira Instância proferida no processo nº. 144.511/75, pertinente ao auto de infração nº. 4052/75, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 18 de fevereiro de 1976 (Registro do Protocolo Geral de fls. 6).
Recurso tempestivo, eis que a intimação de decisão condenatória ocorreu em 29 de janeiro de 1976 (Recibo de fls. 5), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
presidente

Recurso Voluntário nº 174/75
Recorrente: Adolfo Marques de Sá
Recorrido: Departamento da Receita
Relator: Juiz Adolfo Dias Lopes

ACÓRDÃO Nº 05/76 (1.402)

EMENTA: CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGENCIA - FATOS NOVOS - Fatos novos surgidos em razão de documentos apresentados na fase recursal pelo sujeito passivo revel ensejam a conversão do julgamento em diligência para o indispensável exame do autuante.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recursos Voluntário nº 174/75, em que é Recorrente Adolfo Marques de Sá e Recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para converter o julgamento em diligência, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões - Brasília, em 03 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
ADOLFO DIAS LOPES
Redator

Recurso "ex offício" nº 189/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Bristol Hotel Ltda
Relator: Walter Basniaki Linhares
ACÓRDÃO Nº 07/76 (1.404)

EMENTA: IMPOSTO DE TRANSMISSÃO - NÃO INCIDENCIA - Não incide o imposto na transmissão de imóveis comprovadamente destinados a incorporar o patrimônio de pessoa jurídica como integralização de capital nele subscrito, desde que sua atividade preponderante não seja a venda ou locação da propriedade imobiliária ou a cessão dos direitos relativos a sua aquisição.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex offício" nº 189/75, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido Bristol Hotel Ltda; acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília, DF, em 03 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
WALTER BASNIAKI LINHARES
Redator

Recurso ex officio nº. 188/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Máquinas de Excritório Olympia do Brasil Ltda.
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior
ACÓRDÃO Nº. 13/76 (1.410)
EMENTA: NULIDADE — AUTO DE INFRAÇÃO— Nulo é o auto de infração quando no processo inexistirem elementos para a perfeita caracterização da infração.

Vistos, relatados e discutidos os autos de Recurso ex officio nº. 188/75, em que é recorrente Departamento da Receita e recorrido Máquinas de Escritório Olympia do Brasil Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausentes à votação os Juízes Nelson Fernandes Eustáquio e Newton Egydio Rossi, sendo este último substituído pelo Juiz Suplente, Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília, 4 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

Recurso "ex officio" n.º 175/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Lanchonete Paulista Ltda.
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior
ACORDÃO Nº 06/76 (1.403)
EMENTA: LEVANTAMENTO FISCAL - REVISÃO COM NOVA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO - SUBSISTÊNCIA DO 1º AUTO RELATIVAMENTE A INFRAÇÃO ACESÓRIA AUTONOMA NÃO COSIGNADA NO SEGUNDO - A revisão do levantamento fiscal, com lavratura de um segundo Auto de Infração, prejudica, nesta parte, o primeiro lavrado, o qual subsiste ainda no que se refere a infração acessória autônoma não consignada no segundo.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso "ex officio" nº 175/75, em que é Recorrente Departamento da Receita e Recorrido Lanchonete Paulista Ltda., acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, nos temos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 03 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Redator

Recurso Voluntário nº 91/73
Recorrente: Papelaria Asa Sul Industria e Comércio Ltda.
Recorrido: Divisão de Tributos Diversos
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáqui
ACÓRDÃO Nº 08/76 (1.405)
EMENTA: SUPRIMENTOS DE CAIXA - COMPROVAÇÃO - Comprovada, cabalmente, a origem dos suprimentos, não pode prevalecer a ação fiscal, na parte em que, extornados pelo fisco os mencionados ingressos, a conta caixa apresenta saldo devedor.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 91/73, em que é recorrente Papelaria Asa Sul Indústria e Comércio Ltda. e recorrida Divisão de Tributos Diversos, acorda a Junta de Recursos Fiscais, a unanimidade, conhecer do Recurso para lhe dar provimento parcial, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília, em 04 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

Recurso Voluntário nº 65/75
Recorrente: José Ribamar de Souza
Recorrido: Departamento da Receita
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio
ACÓRDÃO Nº 09/76 (1.406)
EMENTA: CONTA CAIXA - SUPRIMENTOS - Os suprimentos da Conta Caixa exigem cabal comprovação sob pena de serem considerados como oriundos de receita operacional, sonegada à tributação.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº 65/75, em que é recorrente José Ribamar de Souza e recorrido Departamento da Receita, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituido pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília, em 04 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUI
Redator

Recurso Voluntário nº. 09/76
Recorrente: Dilson Ribeiro de Souza
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

DILSON RIBEIRO DE SOUZA, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 020.905/75, pertinente à reclamação contra lançamento de I.P.T.U., ofereceu recurso a esta egrégia junta em 26 de dezembro de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 14).
Recurso tempestivo, eis que a intimação de decisão condenatória ocorreu em 09 de dezembro de 1975 (Recibo de fls. 21) evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 05 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso ex officio nº. 127/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Mercearia Paulista Ltda.
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio

ACÓRDÃO Nº. 10/76(1.407)
EMENTA: DECADÊNCIA— Decai a Fazenda do direito de constituir o crédito tributário após cinco anos, contados do início do procedimento fiscal tendente ao lançamento (art. 184, parágrafo único do Decreto Lei nº. 82/66).

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso ex officio nº. 127/75, em que é recorrente Departamento da Receita e recorrido Mercearia Paulista Ltda, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, no sentido específico de declarar a decadência do direito de a Fazenda constituir o crédito tributário tão-somente no que concerne aos exercícios anteriores a 1968, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões- Brasília, em 04 de março de 1976
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

Recurso ex officio nº. 186/75
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Recorrido: Maria Benedita Dantas de Oliveira
Relator: Juiz Nelson Fernandes
ACÓRDÃO Nº. 11/76 (1.408)
EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO— IMPROCEDÊNCIA— Improcedente é o auto, quando reconhecida na réplica a veracidade das alegações do autuado.
Vistos, relatados e discutidos os autos do recurso ex officio nº. 186/75, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e recorrida Maria Benedita Dantas de Oliveira, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida.
Sala das Sessões-Brasília, em 04 de março de 1976.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO
Redator

Recurso Voluntário nº. 494/74
Recorrente: Edbert Pereira Leite
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Newton Egydio Rossi
ACÓRDÃO Nº. 12/76 (1.409)
EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO —IMPROCEDÊNCIA — FATO ATIPICO-Improcedente é o auto lavrado pelo simples fato de não possuir recipiente próprio para condicionamento de lixo domiciliar, que não constitui ilicito, face à nova redação do art. 304 do Decreto 'N' nº 596/67 (Código de Edificação de Brasília) dada pelo Decreto nº. 2.668 de 12 de julho de 1974.

Vistos, relatados e discutidos os autos do recurso voluntário nº. 494/74, em que é recorrente Edbert Pereira Leite e recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, á unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões- Brasília, em 04 de março de 1976.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NEWTON EGYDIO ROSSI
Redator

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15h. do dia 5 de fevereiro de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso, Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 3 de fevereiro de 1976. Foram distribuídos os seguintes recursos: Voluntários nºs. 02/76 e 06/76, sorteado para relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante; "Ex Offício" n. 03/76 e Voluntários nºs. 193/75 e 07/76, sorteado para relator o Juiz Adolfo Lopes; "Ex Offício" n. 197/75, sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior; Voluntário nº: 04/76, sorteado para relator o Juiz Newton Egydio Rossi; Voluntário n. 08/76, sorteado para relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio: Voluntário n. 195/75, sorteado para relator o Juiz Walter Basniaki Linhares, O Juiz Newton Egydio Rossi justificou, sua ausência à sessão anterior, alegando ter sido convocado pelo Chefe do Gabinete Civil do Governo do Distrito Federal, e que, em virtude da coincidência de horários verificada entre a sessão e a a audiência, ficou impossibilitado de comparecer a referida sessão. Submetida a justificativa ao Plenário, foi a mesma unanimemente aprovada. S. Exª. o Juiz Newton, a seguir, comunicou ao Plenário que amanhã, às 11 h. serão inaugurados os viadutos interligando às Avenidas W/3 Sul e Norte, como também a Ponte Costa e Silva, com as honrosas presenças dos Exmos. Srs. Presidente da República, General Ernesto Geisel e Governador do Distrito Federal, Engenheiro Elmo Serejo Farias, salientando que, face à grandiosidade desses eventos, os empresários da Asa Norte prestarão homenagem ao Exmº. Sr. Governador, oferecendo-lhe um banquete, no salão nobre do Hotel Nacional, às 21h. do mesmo dia, convidando o Sr. Presidente, o douto Representante da Fazenda e os demais Srs. Juízes para prestigiarem com suas presenças, a referida homenagem. A Presidência agradeceu a comunicação e o convite, afirmando que a Casa estará presente à solenidade e as justas homenagens que serão prestadas ao Exmo. Sr. Governador. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação RV—494/74, em que é recorrente Edbert Pereira Leite, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recursos para lhe dar provimento, nos termos das notas Taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. RV—166/75, em que é recorrente Antonio Venâncio da Silva e Cia. Ltda, recorrido Departamento da Receita e relator o

Juiz Walter Basniaki Linhares. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recursos para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juíz Walter Basniaki Linhares. REO—189/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrido Bristol Hotel Ltda, e relator o Juiz Walter Basniaki Linhares. Concluído o julgamento foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Walter Basniaki Linhares. S.Exª. a seguir solicitou licença ao Sr. Presidente para se ausentar do Plenário naquele instante, face a existência de compromissos inadiáveis, no que, foi atendido. REO—126/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Belacap S.A. Indústria e Comércio de Veículos e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. A votação foi interrompida face ao pedido de vista do Juiz João Bispo dos Santos Junior, após haver vetado o Juiz-relator REO-175/75 em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Lanchonete Paulista Ltda. e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recursos para lhe dar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausente à votação o Juiz Walter Basniaki Linhares. REO—190/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Cebolinha Lanches Ltda. e relator o Juiz Adolfo Lopes. Decide a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, sobrestar o julgamento do feito para propiciar as diligências requeridas pelo Juiz Relator, Adolfo Lopes. Fica, portanto, adiado o julgamento do referido recursos para a primeira Sessão em que o processo estiver em condições de ser reincluído em pauta, com o cumprimento das diligências e a nova audiência da douta Representação da Fazenda. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 10 de fevereiro de 1976, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 10 de fevereiro de 1976, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Faz) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - LOURIVAL ABADIA JUVENAL DE ALMEIDA (Juiz Suplente) - UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz Suplente) - ADOLFO DIAS LOPES (Juiz) - JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS (Presidente

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15 h. do dia 10 de fevereiro de 1976. reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e os Juízes - Suplentes Ubaldo Ataíde Cavalcante e Lourival Abadia Juvenal de Almeida, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 5 de fevereiro de 1976. A seguir, o Sr. Presidente comunicou ao Plenário a ausência do Juiz Newton Rossi, que em virtude de viagem inopinada a Montevideu, não comparecerá a esta sessão e possivelmente a próxima, tendo solicitado ao seu suplente, Juiz Lourival Abadia Juvenal de Almeida, que o substituisse quando da realização das referidas sessões. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente deu as boas vindas a S.Exa., o Juiz Suplente Lourival Abadia, que participa hoje, pela primeira vez neste ano, de sessão neste Tribunal. O Juiz Suplente Lourival Abadia, congratulou-se com o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente pela reeleição de S.Exas. para dirigir a Junta de Recursos Fiscais por mais um exercício; desejou, ainda, aos senhores Juízes, um feliz 1976, augurando a todos, muito êxito nos trabalhos da Casa. Foram conferidos os acórdãos nºs. 01/76 e 02/76, referentes aos Recursos Ex-Officio nºs. 86/75 e 99/75, respectivamente. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: RV—54/75, em que é recorrente Francisco Gonçalves Henriques, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Resolve a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, sobrestar o julgamento do feito, no sentido de propiciar as diligências requeridas pelo Juiz Relator, João Bispo dos Santos Junior, nos termos das notas taquigráficas. REO —167/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Sperry Rand do Brasil S.A. e relator o Juiz Adolfo Lopes. A votação foi interrompida, face ao pedido de vista do Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, após haverem votado os Juízes: Adolfo Lopes, relator, João Bispo dos Santos Junior e o Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. REO — 188/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Máquinas de Escritório Olympia do Brasil Ltda. e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausentes à Votação os Juízes, Nelson Fernandes Eustáquio e Newton Egydio Rossi, sendo este último, substituído pelo Juiz - Suplente, Lourival Abadia Juvenal de Almeida. O Sr. Presidente adiou o julgamento do REO— 186/75, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorrida Maria Benedita Dantas de Oliveira e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio para a próxima sessão em que comparecer S.Exa., o Juiz Relator. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 12 de fevereiro de 1976, às 15h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Márcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 12 de fevereiro de 1976, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. da Faz.); WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO (Juiz) LOURIVAL ABADIA JUVENAL DE ALMEIDA (Juiz Suplente) UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz Suplente) ADOLFO DIAS LOPES (Juiz); JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz); AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS—Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15 h. do dia 12 de fevereiro de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e os Juízes Suplentes Ubaldo Ataíde Cavalcante e Lourival Abadia Juvenal de Almeida, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 10 de fevereiro de 1976. O Juiz Nelson Fernandes Eustáquio justificou sua ausência à sessão anterior, alegando encontrar-se em audiência com o Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, no momento em que se realizava a sessão deste Tribunal, o que o impossibilitou de comparecer a referida sessão. Submetida a justificativa ao Plenário, foi a mesma unanimemente aprovada. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: RV—65/75, em que é recorrente José Ribamar de Souza, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. REO—127/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Mercearia Paulista Ltda e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, á unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, no sentido específico de declarar a decadência do direito e a Fazenda constituir o crédito tributário tão somente no que concerne aos exercícios anteriores a 1968, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. REO—186/75, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorrida Maria Benedicta Dantas de Oliveira e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluído o Julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Ausentes à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. REO—161/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrido João Alberto Schwindt e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas, Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi, substituído pelo Juiz Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse, usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 17 de fevereiro de 1976, às 15h. E, por nada mais constar eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 17 de fevereiro de 1976 data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Fa) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz) NELSON FERNANDES EUSTAQUIO (Juiz) - UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz) - ADOLFO DIAS LOPES — JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS — Presidente

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15h. do dia 19 de fevereiro de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 17 de fevereiro de 1976. Foram distribuídos os seguintes recursos: Voluntários nºs. 15/76, 16/76, e 22/76, sorteado para relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante: Voluntário nº 13/76, sorteado para relator o Juiz Adolfo Lopes; Ex-Offício n. 17/76 e Voluntário nº 21/76, sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior; Voluntário n. 18/76 e 23/76, sorteado para relator o Juiz Newton Egydio Rossi: Voluntários nºs: 12/76 e 14/76, sorteado para relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio; Voluntários nºs.: 19/76 e 20/76, sorteado para relator o Juiz Walter Basniaki Linhares. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: RV—284/74, em que é recorrente Otoniel Oliveira Mendonça, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acerda à maioria, conhecer do recurso para lhe negar provimento. Foi voto vencido, em parte, o do Juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante que dava provimento parcial ao recurso, para excluir correção monetária sobre juros de mora e multas. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Júnior. REO—03/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrido Olney Araújo Dutra e relator o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante. A votação foi interrompida, face ao pedido de vista do Juiz Newton Egydio Rossi, após haverem votado os Juízes: Ubaldo Ataíde Cavalcante, relator, Nelson Fernandes Eustáquio e João Bispo dos Santos Júnior. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 24 de fevereiro de 1976, às 15 h. E, por nada mais constar, Eu, Ronaldo Márcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 24 de fevereiro de 1976 data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep. Faz) - WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) - NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO (Juiz) - NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz) - JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) -ADOLFO DIAS LOPES (Juiz) - UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz Suplente) - AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS Juiz Presidente

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15h do dia 24 de fevereiro de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 19 de fevereiro de 1976. Foram distribuídos os Recursos Voluntários nºs 25/76 e 26/76; sorteado para relator o Juiz Adolfo Lopes; 27/76; sorteado para relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Após a distribuição do RV—25/76 ao Juiz Adolfo Lopes, o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante declarou-se impedido de discutir e votar no referido feito, por ter funcionado como relator em Primeira Instância. O Sr. Presidente, em razão do impedimento declarado pelo Juiz Suplente Ubaldo Ataíde, determinou à Secretaria desta Casa, que seja convocado na época oportuna, um dos demais Juízes Suplentes, Representantes do Governo, para substituir S.Exa., obedecendo o critério de convocação, conforme preceitua o art. 14 do Regimento Interno. Da pauta de julgamento do dia constou: Para início de votação: RV—415/74, em que é recorrente JOHÉLIDA Churrascaria e Restaurante Ltda, recorrida Secretaria de Saúde e relator o Juiz Adolfo Lopes, Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração, e, em consequência, todo o processado. Ainda, declarar nula de pleno direito a inscrição do débito em Dívida Ativa. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator

para o acórdão o Juiz Adolfo Lopes. RV—429/74, em que é recorrente Durval Alves Cândara, recorrida Secretaria de Saúde e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração, e, em consequência, todo o processado. Ainda, declarar nula de pleno direito a inscrição do débito em Dívida Ativa. Tudo nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. REO—152/75, em que é recorrente Secretaria de Saúde, recorrida Drogalar Ltda e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para declarar nulo o auto de infração e, em consequência, todo o processado. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão convocando outra para o dia 26 de fevereiro de 1976, às 15 horas. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 26 de fevereiro de 1976, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Juiz); NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO (Juiz); NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz); WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz); UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz Suplente); ADOLFO DIAS LOPES (Juiz); JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz); AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS (Juiz Presidente).

ATA DE SESSÃO ORDINARIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

As 15 horas do dia 03 de março de 1976, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, Nelson Fernandes Eustáquio e o Juiz Suplente Ubaldo Ataíde Cavalcante, bem como o Sr. Representante da Fazenda. Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 26 de fevereiro de 1976. Foram conferidos os acórdãos nºs 05/76, 06/76 e 07/76, referentes aos Recursos: Voluntários nº 174/75 e EX OFFICIO nºs. 175/75 e 189/75, respectivamente. Da pauta de julgamento do dia constou: PARA INICIO DE VOTAÇÃO: REO-191/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrido Spiros Basile Catsiamakis e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi. PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO: REO-126/75, em que é recorrente Departamento da Receita, recorrida Belecap S.A. Industria e Comércio de Veículos e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Os autos estavam com vista ao Juiz João Bispo dos Santos Junior. A votação foi novamente interrompida, face ao pedido de vista do Juiz Adolfo Lopes, após haver votado o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 4 de março de 1976, às 15h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 4 de março de 1976, data em que foi aprovada.

DARIONE NUNES CARDOSO (Rep.Faz) JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR (Juiz) WALTER BASNIAKI LINHARES (Juiz) UBALDO ATAIDE CAVALCANTE (Juiz) NELSON FERNANDES EUSTAQUIO (Juiz) ADOLFO DIAS LOPES (Juiz) NEWTON EGYDIO ROSSI (Juiz) AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS Presidente.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 12 DE MARÇO DE 1976

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, do Decreto "N" nº 618, de 12/06/67 e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, aprovado pelo Exmº Sr. Secretário de Administração do Distrito Federal no Processo nº 033621/75 — GDF.

RESOLVE:

Submeter, nos termos do artigo 1º do Decreto "N" nº 618, de 12/06/67, sob o Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, a servidora EVANDIR RODRIGUES DO VALLE, matrícula nº 8.068, ocupante da Função em Comissão, símbolo FC-05, de Assessor Auxiliar do Conselho de Educação do Distrito Federal, com o percentual de 95%, no valor de Cr$ 1.649,00 (mil seiscentos e quarenta e nove cruzeiros).

Distrito Federal, 12 de março de 1976

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA da nongentésima octogésima nona reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 989ª. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, INACIO DE LIMA FERREIRA, ROBERTO QUEIROZ COBRA, RENOR SANT'ANNA e FRANCISCO FONTES HUPSEL. Esteve também presente a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO, que viajou a São Luiz, a fim de representar o Conselho de Administração no casamento da ex-Secretária deste Colegiado, ROSEANA MACIEIRA DE ARAUJO COSTA. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente procedeu a distribuição, dos processos constantes da pauta. Dando início ao exame dos mesmos, foi concedida a palavra pelo Senhor Presidente, ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os processos a seguir enumerados: 01) - Nº. 26.129/75, referente ao Edital Nº. 011/75—CPL, - Concorrência para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de redes de captação de águas pluviais no Setor Residencial de Indústria e Abastecimento - SRIA, nas Quadras QI — 23, 25, 27, 29, 31, 33 no C.A.V.E., e a complementação de galerias de lançamento nas proximidades das Quadras QE — 15 e 32, em Brasília - DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, AUTORIZA a realização da Concorrência para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários de redes decaptação de águas pluviais, no Setor Residencial de Indústria e Abastecimento SRIA, nas Quadras QI—23, 25, 27, 29, 31, 33 no C.A.V.E., e a complementação de galerias de lançamento nas proximidades das Quadras QE — 15 e 32, em Brasília, - DF., na forma do Edital. "02) - Nº. 25.791/75, que trata do Edital nº. 014/75—CPL, - Concorrência para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de redes de captação de águas pluviais no Setor Residencial de Indústria e Abastecimento - SRIA, nas Quadras QE — 1, 2, 4, 5, 9, 18, 22 e QI — 1, 2, 4, 6, 11, 12, 14, 16, 18, 20 e 22 e nas Entrequadras, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, AUTORIZA a realização de Concorrência, para execução sob o regime de empreitada por preços unitários de redes de captação de águas pluviais, no Setor Residencial de Indústria e Abastecimento - SRIA, nas Quadras QE — 1, 2, 4, 5, 9, 18, 22 e QI — 1, 2, 4, 6, 11, 12, 14, 16, 18, 20 e 22 e nas Entrequadras, em Brasília- DF." 03) - Nº. 28.110/75, referente a prorrogação de prazo do Contrato nº. 527/75, de interesse da firma SERVENG— CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia, relativo à execução de 07 (sete) viadutos, situado no Trevo de Triagem, em Brasília, DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos; após atendida a diligência constante da Ata da 984ª. sessão: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o disposto na Cláusula Quinta, parágrafo segundo, letra "a" do Contrato; considerando que as alegações da empreiteira foram devidamente atestadas pela fiscalização; justifica o atraso dos serviços pelos 25 (vinte e cinco) dias, não devendo, portanto, a firma SERVENG—CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia ser penalizada naquele período, com multa prevista no Contrato e descrita na Cláusula citada." 04) - Nº. 25.793/75, relativo ao Edital nº. 016/75—CPL - Concorrência para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de redes de captação de águas pluviais no Setor Residencial Indústria e Abastecimento SRIA, nas Quadras QE — 8, 10, 12, 14, e QI — 08 e 10 e Galeria de Lançamento no Córrego Vicente Pires nas proximidades da Quadra QI—18, em Brasília-DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova o Edital nº. 016/75—CPL - Concorrência para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, dos serviços ali especificados." 05) - Nº. 00.406/76, em que a CONSTRUTORA ELDORADO LTDA, solicita liberação de fatura no valor de Cr$ 354.336,00, referente a 3ª. parcela do cronograma da obra Bloco de Administração e Castelo D'Água do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal - CBDF - Contrato nº. 624/75. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista as razões apresentadas, dispensa, em caráter excepcional, a apresentaçao do Alvará de Construção exigido no Contrato nº. 624/75, para efeito de liberação da fatura nº. 03—103/75—C, no valor de Cr$ 354.336,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), apresentada pela firma CONSTRUTORA ELDORADO LTDA., e relativa a 3ª. (terceira) parcela do cronograma da obra Bloco da Administração e Castelo D'Água do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro INACIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 06) - Nº. 28.472/75, referente à Tomada de Preços nº. 121/75 — CPL, para fornecimento e plantio de grama batatais (paspalum notatum) em mudas, em áreas das vias de acesso à Ponte Costa e Silva, em Brasília-DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, e considerando o disposto no item 12.2. do Edital, RESOLVE: a) - anular a Tomada de Preços nº. 121/75—CPL; b) autorizar a realização de nova licitação, nos termos da minuta de fls. 104 a 113, processo nº. 28.472/75, visando o fornecimento e plantio de grama batatais (paspalum notatum) em mudas, em áreas das vias de acesso à Ponte Costa e Silva, em Brasília-DF." 07) - Nº. 06.334/75, que cuida da Tomada de Preços nº. 102/75—CPL, para execução, sob o regime de empreitada por preço global, de modificação na urbnização das Escolas Classe e Jardins de Infância localizados nas SQS — 102 e 314, em Brasília-DF. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 102/75—CPL e autoriza a contratação da firma CACIL — REFLORESTAMENTO E CONSTRUÇOES LTDA, para execução, sob o regime de empreitada por preço global, de modificações na urbanização das Escolas Classe e Jardins de Infância, localizados nas SQS — 102 e 314, em Brasília-DF, pelo preço global de Cr$ 299.170,00 (Duzentos e noventa e nove mil, cento e setenta cruzeiros) e prazo de execução de 60 (sessenta) dias contado da data da expediçao da respectiva "Ordem de Serviço". "08) - Nº. 27.599/75, referente a Tomada de Preços nº. 118/75—CPL, realizada em 22 de janeiro de 1976, para fornecimento de mão-de-obra, para execução de trabalhos relacionados com ajardinamento das áreas de influência da PONTE COSTA E SILVA. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 118/75—CPL, contratando-se com a firma SANTA HELENA — Urbanização e Obras Ltda, que se propôs a executar pelo acréscimo de 28,8% (vinte e oito vírgula oito por cento) sobre os preços base do DPJ, os serviços relacionados com ajardinamento das áreas de influência da Ponte Costa e Silva. Ao Contrato deverá ser

atribuído o valor de Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), podendo oscilar em 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual e o prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 60 (sessenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço." 09) Nº. - 28.473/75, relativo ao Orçamento referente a obras não previstas em contrato para a obra do Edifício Sede da Secretaria do Planejamento - SEPLAN. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, t, dispensa a licitação, com amparo na letra "h", art. 3º. da Resolução nº. 075/75—CA., e aprova o orçamento apresentado pela firma COMERCIAL CONSTRUTORA STECCA S/A, no valor global de Cr$ 77.061,94 (setenta e sete mil, sessenta e um cruzeiros e noventa e quatro centavos) para instalação de pontos de água (3/4") nas casas de máquinas de ar condicionado (fan and coils), de força e esgoto para a casa de máquinas da sala de conferência (térreo - 1ª. junta) no Edifício Sede da Secretaria do Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, em Brasília-DF. sem necessidade de alteração do prazo contratual já aprovado," 10) - Nº. 16.762/75, relativo ao aditivo ao Contrato nº. 564/75, referente a ampliação do túnel da ESTAÇÃO RODOVIÁRIA e de interesse da firma BARSIL — CONSTRUÇOES E COMÉRCIO LTDA. A decisão aprovada foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o que consta do art. 3º., letra "h" da Resolução nº. 075/75—CA; considerando a necessidade da execução de serviço de modificação na infra e superestrutura da cobertura do túnel da Estação Rodoviária, conforme projeto anexo ao processo nº. 16.762/75, considerando que a realização de nova licitação, não só atrasaria uma obra de grande interesse público, como também obrigaria a indenização à firma vencedora; considerando que a ampliação do túnel faz parte fundamental do plano de relocalização dos ônibus na plataforma inferior e, em conjunto com outras medidas, adequar a Estação Rodoviária do Distrito Federal às necessidades da população que, sem a mínima condição de conforto e segurança, ve-se obrigada a longos períodos de desabrigo; considerando por fim, a necessidade inadiável da retirada dos ônibus da plataforma superior, , já que a mesma está sujeita a um tráfego muito superior ao que comporta, o que compromete a segurança de pessoas e edificações, RESOLVE: a) - dispensar a licitação; b) - autorizar a elaboração de aditivo ao Contrato nº. 564/75, firmado com a BARSIL - Construções e Comércio Ltda., prorrogando o seu prazo por 60 (sessenta) dias e elevando o seu valor em mais Cr$ 302.469,44 (trezentos e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros e quarenta e quatro centavos), a fim de permitir a execução daquela modificação." 11) - Nº. 29.135/74, em que a firma ECISA — ENGENHARIA COMÉRCIO E INDUSTRIA S/A solicita devolução de importância relativa a multas parciais aplicadas, por motivo de atraso na execução de etapas da obra do Edifício Sede do CONFEA. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face ao exposto nos autos e de acordo com a sábia orientação do Eminente Consultor Jurídico, RESOLVE: a) devolver à firma ECISA — ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA S/A a importância de Cr$ 268.888,97 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito cruzeiros e noventa e sete centavos); b) - liberar a referida firma do restante da multa, no valor de Cr$ 15.872,00 (quinze mil, oitocentos e setenta e dois cruzeiros), constante da informação de fls. 12/verso. "Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou os processos a seguir menciona dos: 12) - Nº 02.239/76, concernente à Concorrência para execução, sob regime de empreitada global, de serviços de terraplenagem e demolição de asfalto no Trevo de Triagem Sul, em Brasília, DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a realização da Concorrência para execução, sob o regime de empreitada global, de serviços de terraplenagem e demolição de asfalto no Trevo de Triagem Sul, em Brasília, DF nos termos da minuta de fls. 02 a 05". 13) - Nº 1.846/76, referente ao termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de implantação de vias e obras complementares de urbanização, em Brasília. DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um termo de Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e esta Companhia, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de implantação de vias e obras complementares de urbanização, em Brasília, DF, no valor de Cr$ 33.400.000,00 (trinta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros), e prazo de vigência até 30 de junho de 1977, de acordo com a minuta de fls. 02 a 04 do processo. "14) - Nº 00 308/76, relativo à prorrogação de prazo do Contrato nº 631/75, de interesse da firma TERCON Terraplenagem e Construções S/A, relativo à execução de serviços de pavimentação e eventual terraplenagem na duplicação da Avenida das Nações (via- L-4 Sul) entre as Pontes nºs. 1 e 2, e no acesso à Ponte nº 1, incluindo o trecho do cruzamento do Eixo 602/603 Sul com a via L-2 Sul. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o disposto na cláusula quinta, parágrafo segundo do Contrato: considerando que as alegações da empreiteira foram devidamente atestadas pela fiscalização, justifica, sem ônus para a NOVACAP, o atraso dos serviços pelos 30 (trinta) dias, não devendo portanto a firma TERCON - Terraplenagem e Construção S/A ser penalizada naquele período, com multa prevista no Contrato e descrita na cláusula citada. "15) Nº 00 774/76, relativo ao termo de Convênio a ser firmado entre o MINISTERIO DO TRABALHO e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de conservação das áreas ajardinadas e gramadas da Residência Oficial do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, nesta Capital. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de Convênio entre o MINISTERIO DO TRABALHO E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL regulando a administração pela NOVACAP da execução dos serviços de conservação das áreas ajardinadas e gramadas da Residência Oficial do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, nesta Capital, dando-se ao mesmo o valor de Cr$ 27.900,00 (vinte e see mil e novecentos cruzeiros) e prazo de execução até 31.12.76, na forma da minuta de fls. 8 e 9, ressalvando-se a modificação solicita no ofício nº 068, de 02.02.76 - doc. de fls.11. " 16) - Nº 24.863/75, referente a Tomada de Preços nº 110/75—CPL, realizada em 09 de janeiro de 1976, para execução de um viaduto no trecho de distribuição do acesso à Ponte nº 02 com a via L-4 Sul. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 110/75-CPL e autoriza a contratação com a firma CONSTEC LTDA; para os serviços de execução de um viaduto no trecho de distribuição do acesso à Ponte nº 02 com a via L4 Sul. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) e prazo para conclusao dos serviços fica fixado em 90 (noventa) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço". Em prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente passou a a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA que relatou os seguintes processos: 17) - Nº 01.845/76, que trata do termo de Convênio a ser firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a execução dos serviços de conservação de áreas ajardinadas no Plano Piloto e Setores, em Brasília - DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria autoriza a efetivação de um termo de Convênio entre o DISTRITO FEDERAL e esta Companhia, regulando a execução dos serviços de conservação de áreas ajardinadas no Plano Piloto e Setores, em Brasília, DF, no valor de Cr$ 11.000.000,00 (onze milhões e de cruzeiros) e prazo de vigência até 31 de março de 1977, na forma da minuta de fls. 02 a 04 do processo." 18) - Nº 02.241/76, que trata de Concorrência para execução, sob o regime de empreitada global, por preços unitários, de serviços de pavimentação asfáltica e eventual terraplenagem no trevo de Triagem Sul, em Brasília, DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a realização de Concorrência para execução sob o regime de empreitada global, por preços unitários, de serviços de pavimentação asfáltica e eventual terraplenagem no Trevo de Triagem Sul, em Brasília - Distrito Federal, conforme Edital de fls. 2 a 6". 19) - Nº 02.081/76 em que a TV RADIO NACIONAL DE BRASILIA e CALCULUM ENGENHARIA LTDA. comunicam aprovação de projetos pela firma BROWN BOVERI COMPANY E CIA. BADEN. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: 1) - autorizar a D.E receber os projetos só aprovados pelo Departamento Técnico da TV RADIO NACIONAL; 2) - autorizar o pagamento nos termos da cláusula segunda, parágrafo primeiro, sem a exigência da aprovação pela BROWN BOVERI e CIA. BADEN. 3) - dispensar o aditivo contratual, uma vez que o projeto já foi entregue pela firma contratada em tempo hábil, e que a TV RADIO NACIONAL, no item "b", do seu ofício, fls. 01, alega que encaminhará os projetos em devolução devidamente aprovados.". 20) - Nº 28.322/75, referente à prorrogação de prazo do Contrato nº 616/75, de interesse da firma CONSTRUÇÕES E TOPOGRAFIA BASEVI LTDA; relativo à execução dos serviços de terraplenagem no Trevo de Ligação W/3 Norte/Sul. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria; considerando o disposto na cláusula quinta, parágrafo segundo do Contrato nº 616/75, considerando que as alegações da Empreiteira foram devidamente atestadas pela fiscalização, justifica, sem ônus para a NOVACAP, o atraso dos serviços pelos 10 (dez) dias, não devendo, portanto, a firma CONSTRUÇÕES E TOPOGRAFIA BASEVI LTDA, ser penalizada naquele período, com multa prevista no Contrato e descrita na clausula citada. "21 Nº 24.858/75, referente à Tomada de Preços nº 111/75—CPL, realizada em 05 de janeiro de 1976, para execução de meios-fios em diversos locais do Guará I e II, em Brasília-DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 111/75—CPL; contratando-se com a firma IRFASA S/A - Construções, Indústria e Comércio, que propôs executar pelo acréscimo de 1:5%| , (um vírgula cinco por cento) sobre os preços da Tabela de Preços do DeU, de 4 de outubro de 1974, os serviços de meios-fios em diversos locais do Guará I e II, em Brasília, DF. Ao contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), podendo ; oscilar em 10% (dez por cento) para menos, sem necessidade de aditivo contratual de acordo com os itens 9. 2 e 9. 3 do Edital. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. 22) - Nº 24.859/75, concernente à Tomada de Preços nº 107/75—CPL, realizada em 19 de dezembro de 1975, para execução de passeios em concreto em diversos locais do Guará I e II, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 107/75—CPL, contratando-se com a firma MECOM - Minas Moderna Engenharia e Comércio S/A, que propôs executar pelo acréscimo de 1,42% (um vírgula quarenta e dois por cento) sobre os preços da Tabela de Preços do DeU, de 4 de outubro de 1974, os serviços de passeios em concreto, em diversos locais do Guará I e II, em Brasília-DF. Ao contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros) podendo oscilar em 10% (dez por cento) para menos, sem necessidade de aditivo contratual, de acordo com os itens 9.2 e 9.3 do Edital. O prazo para conclusão dos serviços, fica fixado em 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço". Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL que relatou os processos a seguir relacionados: 23) - Nº 27.598/75, relativo à Tomada de Preços nº 017/75 - CPLM, realizada em 12 de janeiro de 1976, para aquisição de grama batatais em placas de 0,20 x 0,20m. no mínimo, destinada às obras de ajardinamento da PONTE COSTA E SILVA; A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 017/75 - CPLM, para aquisição de grama batatais em placas de 0,20 x 0,20m. no mínimo, no valor global de Cr$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), com oscilação de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, à firma BRASILIA AJARDINAMENTO LTDA. A entrega do material deverá ser feita no prazo de 20 (Vinte) dias, contado do recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada. O material deverá ser entregue na obra: Ponte Costa e Silva". 24) - Nº 00.370/76, em que a firma ESTACON - ESTACAS, SANEAMENTO ECONSTRUÇÕES S/A - - solicita liberação de fatura no valor de Cr$ 1.109.766,20, referente a obra do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública. Atendida a diligência solicitada, constante da Ata da 985a. sessão realizada em 23-01-76, a decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, face as razões apresentadas, RESOLVE: dispensar em caráter excepcional, a apresentação do Alvará de Construção exigido no Contrato nº 569/75, para efeito de liberação da fatura de que trata o presente processo"; 25) - Nº 25.840/75, em que a firma RESMAT LTDA. apresenta justificativa de atraso e solicita prorrogação de prazo para conclusão dos serviços de fornecimento e instalação do sistema automático contra incêndio "SPRINKLERS" e CO2" para o Edifício Sede da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: a) - aceitar as razões apresentadas, considerando-se justificado o atraso verificado no fornecimento e entrega do sistema automático contra incêndio, objeto do Contrato nº 126/75, assinado com a firma RESMAT LTDA. ficando a mesma isenta de multa. b) - autorizar a assinatura de um termo de renovação do referido contrato por 67 (sessenta e sete), dias, contados a partir da expedição de uma nova Ordem de Serviço". 26) - Nº 01.883/76, referente a assinatura de um termo de renovação ao Contrato nº 563/75 - visando estender seu prazo de execução até 21-04-76 e acrescentar ao seu valor a importância de Cr$ 895.526,12, para recuperação do CINE BRASILIA. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: a) - aceitar as razões apresentadas, considerando-se justificado o atraso verificado na entrega da obra de reforma do CINE BRASILIA objeto do Contrato nº 563/75," ficando a Empreiteira SANTA BARBARA ENGENHARIA S/A, isenta de multa em relação ao atraso ora justificado; b) - autorizar a assinatura de um termo de renovação ao referido Contrato, visando dilatar seu prazo de vigência para 21-04-76, mantidas as demais cláusulas e condições do mesmo". Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES que relatou o seguinte processo: 27) - Nº 20.897/75, que cuida da contratação dos projetos complementares dos sistemas hidráulicos, elétricos e mecânicos para a obra do TEATRO NACIONAL. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisao da Diretoria, RESOLVE: 1) - No interesse da Administração, anular a licitação de pré-qualificação referente ao Edital nº 002/76 - CPL, por não atendimento às condições estabelecidas; 2) - Dispensar a licitação de que cuida este processo, com base nas letras "e" e "h" art. 3º combinado com o art. 11 parágrafo único da Resolução nº 075/75-CA; 3) Aprovar a proposta da firma PROJECTUM ENGENHARIA LTDA. com adjudicação dos serviços propostos no valor fixo e irreajustável de Cr$ 913.500,00 (novecentos e treze mil e quinhentos cruzeiros). assim decomposto: 3.1. - Sistema Hidráulico: Cr$ 204.000,00 - 3.2. - Sistema Elétricos: Cr$ 341.000,00 - 3.3. Sistema Mecânicos - 368.500,00. Total: Cr$

913.500,00, " Novamente com a palavra que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente, o Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, relatou mais este processo: 28) - Nº 26.433/75 em que a Diretoria de Edificações propõe a aprovação de orçamentos para execução de acréscimos para instalações de eletricidade, de som e telefone, bem como de água e esgoto, na obra do Edifício Sede da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, dispensa licitação, com amparo na letra "h", art. 3º da Resolução nº 075/75 - CA e aprova os dois orçamentos apresentados pela firma COMERCIAL CONSTRUTORA STECCA S/A, no valor total de Cr$ 107.220,48 (cento e sete mil, duzentos e vinte cruzeiros e quarenta e oito centavos) para a execução dos acréscimos solicitados para as instalações de eletricidade, som,telefone, água e esgoto na obra do Edifício Sede da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN, em Brasília, DF, sem necessidade de alteração do prazo contratual já aprovado". Em seguida, o Conselho apreciou a proposta do Senhor Diretor Superintendente, que indica o Senhor Diretor Financeiro, Cel. JOÃO MANCINI, para acumular a Superintendência, no período de 09-02-76 a 16-02-76. A decisão foi a seguinte: "O Conselho aprova a indicação do Senhor Diretor Superintendente, designando o Senhor Diretor Financeiro, Cel. JOÃO MANCINI, para acumular a Superintendência da Companhia, no período de 09 a 16 de fevereiro de 1976". Ao final da reunião, o Conselho de Administração tomou conhecimento, mandando que constasse em Ata, do seguinte telegrama, enviado tanto para o Senhor Secretário de Viação e Obras, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, quanto para o Senhor Diretor Superintendente, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES: "QUEIRA ACEITAR NOSSOS PARABÉNS EXTENSIVOS SUA BRILHANTE EQUIPE PELO TÉRMINO ET INAUGURAÇÃO VG PRESIDIDA PELO PRESIDENTE ERNESTO GEISEL VG DOS VIADUTOS DE LIGAÇÃO W/3 NORTE ET SUL ET PONTE COSTA ET SILVA PT CONCLUSÃO PONTE COSTA ET SILVA CONSTITUI PARA TODOS NOHS ENGENHEIROS CONSTRUTORES UM ALIVIO VG EIS QUE REPRESENTAVA VG SEM DÚVIDA VG NOSSO MAIOR ET MAIS ENERVANTE DESAFIO POIS LAH ESTAVA PERMANENTE QUERENDO DESMENTIR A CAPACIDADE EXECUTIVA ENGENHARIA BRASILEIRA PT ESTA VITORIA HONRA UMA ADMINISTRAÇÃO ET TROUXE ALEGRIA TODOS OS CONSTRUTORES BRASILEIROS PT MUITO OBRIGADO SEU ESFORÇO NESTE SENTIDO - RAFAEL JACQUES DE MORAES SINDICATO NACIONAL INDUSTRIA CONSTRUÇÃO ESTRADAS PONTES PORTOS AEROPORTOS BARRAGENS PAVIMENTAÇÃO" Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO - JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO - INACIO DE LIMA FERREIRA - ROBERTO QUEIROZ COBRA - RENOR SANTANNA - FRANCISCO FONTES HUPSEL - NOEMIA CELLES SEIFERT - Secretária.

ATA da nongentésima nonagésima reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se extraordinariamente, a 990a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros Cel. JOÃO MANCINI, Diretor Financeiro, em substituição ao Senhor Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, que teve sua ausência devidamente justificada, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, FRANCISCO FONTES HUPSEL, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ROBERTO QUEIROZ COBRA e RENOR SANT'ANNA. Esteve também presente a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a devida justificação, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior o Senhor Presidente, dando início ao exame dos assuntos constantes da pauta, concedeu a palavra ao Conselheiro INACIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 01) - N.º 26.711/75 e anexo 18.603/75, visando a re-ratificações de decisões dos Órgãos Colegiados, a fim de incluir nas mesmas, as obras relativas as alterações de cobertura do Edifício Sede do MINTER, de interesse da firma COENCISA — Companhia de Engenharia Civil. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, re-ratifica a decisão prolatada na 939a. reunião deste Conselho, visando acrescentar às obras constantes dos itens 2.1 a 2.7 de que trata a mesma, as relativas alterações de cobertura, provenientes da substituição do talhado por laje, mantidas as demais condições da referida decisão (processo n.º 18.603/75)." - 02) - N.º 22.408/75, em que a firma SOARES LEONE S/A — Construtora e Pavimentadora, apresenta pedido de reconsideração de decisão do Egrégio Conselho de Administração, no tocante a não concessão de reajustamento de preços. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, face à aquiescência do Senhor Representante do Convênio às fls. 96 verso — processo n.º 22.408/75 — concorda com o pretendido pela Empreiteira, aplicando-se a Instrução n.º 148/70, no cálculo de reajustamento, nos termos do Parecer do Consultor Jurídico às fls. 91/92 do já citado processo." Em seguida, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, que relatou este processo: 03) — N.º 26.963/75, referente a prorrogação de prazo do Contrato n.º 595/75, de interesse da firma MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A — Engenharia e Comércio, relativo a execução de redes de captação de águas pluviais, no Gama, em Brasília, DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, e considerando o disposto na Cláusula quinta parágrafo segundo do Contrato, considerando que as alegações da empreiteira foram devidamente, atestadas pela fiscalização, justifica o atraso dos serviços pelos 22 (vinte e dois) dias, não devendo, portanto, a firma MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S/A — Engenharia e Comércio, ser penalizada naquele período, com multa prevista no Contrato e descrita na Cláusula citada. O vencimento do Contrato fica, portanto, fixado para 02 de janeiro de 1976, com a ressalva constante do voto do Relator." Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO que relatou este processo: 04) — N.º 22.409/75, que trata da aprovação de orçamento para execução de obras para instalaçao de sistemas de sonorização e de relógios elétricos, bem como, para instalação de forro decorativo, em placas de alumínio, na Estação Ferroviária de Brasília. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, dispensa a licitação, nos termos da letra "h", artigo 3.º da Resolução n.º 075/75-CA, adjudicando-se a firma SOARES LEONE S/A os serviços referenciados no valor de Cr$ 2.036.000,00 (dois milhões e trinta e seis mil cruzeiros) e prazo de execução de 90 (noventa) dias." A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou o seguinte processo: 05) — N.º 28.239/75, referente ao aditamento ao Contrato A-332/72, firmado com a ECEL S/A prorrogando o prazo de execução da obra Ponte Costa e Silva por mais 45 dias a partir de 24.12.75 e acrescendo o valor do Contrato em mais Cr$ 4.602.241,40 para pagamento dos serviços executados na obra até o seu final. A decisão foi a seguinte: "O Conselho. com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria. tendo em vista os ofícios 843/75, 146-16/76 da ECEL S.A e os pareceres favoráveis das fiscalizações da NOVACAP e do Esc. Téc J. C. de F. Ferraz Ltda., aprova o aditamento ao Contrato A-332/72, firmado com a ECEL S/A, prorrogando o prazo da execução da obra da Ponte Costa e Silva, por mais 45 dias, a partir de 24-12-75, e acrescentando ao seu valor a impotância de Cr$ 340.906,77, correspondente aos 8% (oito por cento) de administração do preço base que fica acrescido em mais Cr$ 4.261.334,63 (quatro milhões, duzentos e sessenta e hum mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros e sessenta e três centavos). "Quanto ao processo n.º 02.376/76, referente à Concorrência para execução de redes de captação de águas pluviais no Trevo de Triagem — Setor Oeste e uma galeria de lançamento ao Lago, foi baixado em diligência pelo Relator, Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, com o seguinte despacho: "BAIXAMOS EM DILIGÊNCIA o presente processo para que: — seja dada nova redação à minuta de Edital, consoante anotações feitas à margem do documento ora apresentado, aproveitando-se, ainda, as idéias que ali também foram colocadas; - Seja indicado pelo órgão próprio quantas empresas "inscritas" no Cadastro de licitantes estão em condições de atender as exigências técnicas e financeiras impostas na minuta de fls. 04-a 17; — Seja estipulada a obrigação de a empreiteira requerer a dilação de prazo pelos motivos indicados no item 8.5, tão logo constatados, fundamentando o pedido. Ao fiscal competirá esclarecer da procedência, também imediatamente. No aguardo das providências. Em 11 de fevereiro de 1976". Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhoes Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO — JOÃO MANCINI — INACIO DE LIMA FERREIRA — FRANCISCO FONTES HUPSEL - FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO — ROBERTO QUEIROZ COBRA — RENOR SANT'ANNA — NOEMIA CELLES SEIFERT — Secretária

ATA DA NONGENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizada em caráter extraordinário, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se extraordinàriamente, a 991ª. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, RENOR SANT'ANNA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, FRANCISCO FONTES HUPSEL, ROBERTO QUEIROZ COBRA e INÁCIO DE LIMA FERREIRA. Esteve também presente a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a devida justificação, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos, constantes da pauta. Dando início ao exame dos mesmos, concedeu a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou este processo: 01) - Nº 03.376/76, referente ao Termo de aditamento ao convênio firmado em 16.04.69, entre o DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PUBLICO, "DASP", regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do seu edifício sede, em Brasília, Distrito Federal. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um termo de aditamento ao convênio firmado em 16.04.69, entre o DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com interveniência do DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PUBLICO, regulando a administração, pela NOVACAP, das obras de construção do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, nesta Capital, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) e alterar o prazo de sua execução, na forma da minuta de fls. 3 a 5." Em seguida o Senhor Presidente, passou a palavra ao Conselheiro INACIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 02) - Nº 02.888/76, relativo ao Termo de renovação do convênio firmado em 31/08/72, entre a SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela segunda para a primeira, das obras de construção do edifício Sede da Secretaria do Planejamento, nesta Capital. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a efetivação de um termo de renovação ao convênio firmado em 31/08/72, entre a SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração, pela NOVACAP, das obras de construção do Edifício Sede da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, nesta Capital, visando prorrogar o prazo de sua execução até 30.06.76, na forma da minuta de fls. 22 e 23." 03) - Nº 18.337/72 - FHDF, em que a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, solicita a devolução de 310 sacos de cimento emprestados à NOVACAP. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo nº 18.337/72-FHDF., 14.445/75 e 10.396/75 anexos, autoriza a Diretoria Financeira, levar a débito de Variações Patrimoniais a importância de Cr$ 7.732,39 (sete mil setecentos e trinta e dois cruzeiros e trinta e nove centavos), correspondentes a 310 (trezentos e dez) sacos de cimento, preço atualizado." Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, que relatou o processo a seguir enumerado: 04) - Nº 02.966/76, que trata do Assessoramento e execução de Projetos Complementares de estrutura da obra do TEATRO NACIONAL DE BRASILIA à equipe que está elaborando os demais projetos, sob coordenação geral do Arquiteto MILTON RAMOS. - Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, RESOLVE: 1. - Aprovar a proposta de fls. 01, 02 e 03 do processo nº 02.966/76, "in totum"; 2. - Dispensar a licitação, com base na alínea "e" do artigo 3º da Resolução nº 075/75 - CA, combinada com o artigo 83 da Lei nº 5.194; 3. - Adjudicar os serviços técnicos profissionais, de que trata o presente processo, à firma PROJECTUM - Engenharia Ltda., com a ressalva constante do voto do Relator." A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA, que relatou este processo: 05) - Nº 21.747/74, em que a Diretoria Administrativa propõe venda da Draga em leilão, com redução do valor avaliado em 50%. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo nº 21.747/74,

autoriza a venda da Draga e pertences, de nossa propriedade, na forma de leilão, com a redução de 50% do valor avaliado ou seja Cr$ 86.910,00 (oitenta e seis mil, novecentos e dez cruzeiros)." Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou o seguinte processo: 06 - Nº 27.334/75, concernente ao fornecimento de massa asfáltica à firma SERVENG—CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia, de que trata a cláusula décima do contrato nº 604/75 (pavimentação nas cidades Satélites de Sobradinho e Planaltina). A decisão prolatada foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando que a NOVACAP não tem condições de fornecer concreto betuminoso usinado a quente, até o dia 20 de fevereiro de 1976, face às várias obras prioritárias em fase de execução (Ponte Costa e Silva, Avenida das Nações), conforme parecer favorável do Departamento de Urbanização, autoriza a alteração da cláusula décima do contrato nº 604/75, ficando o fornecimento do concreto betuminoso por conta da firma SERVENG—CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia, sem alteração do valor contratual. Quanto ao processo nº 2.375/76, o Relator, Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, deu o seguinte despacho: "Retorne-se à Douta Diretoria a fim de que seja elaborada outra minuta de Edital nos termos do voto proferido às fls. nº do processo nº 2376/76. Em 17/02/1976." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA CELLES SEIFERT, Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO; JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES; RENOR SANT'ANNA; FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO; FRANCISCO FONTES HUPSEL; ROBERTO QUEIROZ COBRA; INÁCIO DE LIMA FERREIRA; NOEMIA CELLES SEIFERT—Secretária.

ATA da nongentésima nonagésima segunda reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou-se a 992ª. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, com a presença dos Senhores Conselheiros JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, FRANCISCO FONTES HUPSEL, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, RENOR SANT'ANNA e ROBERTO QUEIROZ COBRA. Esteve também presente a Secretária que esta subscreve. Ausente, com a falta devidamente justificada, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO. Aberta a sessão, após a leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos constantes da pauta, aos Senhores Conselheiros, para relato. Dando início ao exame dos mesmos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os seguintes processos: 01) - Nº. 03.726/76, em que a Diretoria Administrativa, apresenta minuta de Edital de Bolsa de Estudo para a ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL — AEUDF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, aprova o Edital elaborado pela Diretoria Administrativa, nos exatos termos em que está sendo apresentado." 02) - Nº. 19.359/75, em que a firma COMERCIAL CONSTRUTORA STECCA S/A., apresenta proposta para fornecimento de esquadrias metálicas e montantes de chapas dobradas na obra do Edifício Sede da SEPLAN. A decisão foi proferida nestes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo, RESOLVE: — Dispensar a licitação, nos termos da letra "h", art. 3º., da Resolução nº. 075/75—CA., e aprovar a proposta apresentada pela firma COMERCIAL CONSTRUTORA STECCA S/A., no valor de Cr$ 1.293.847,23 (Hum milhão, duzentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e três centavos), devendo ser considerado para efeito de reajustamento o Iº. a partir da presente data." A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FONTES HUPSEL, que relatou os processos a seguir relacionados: 03) - Nº. 01.144/76., que cuida da Tomada de Preços Nº. 005/76—CPL., realizada em 13 de fevereiro de 1976., para execução de redes de captação de águas pluviais, no trevo e pista de acesso à Ponte nº. 01., em Brasília - DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 005/76—CPL, com a contratação da firma POLIENGE S/A - Saneamento e Construções, que propôs executar pelo acréscimo de 9,72% (nove vírgula sètenta e dois por cento) sobre os preços do DeU, de 23 de dezembro de 1975, os serviços de redes de captação de águas pluviais no Trevo e Pista de acesso à Ponte nº. 01., em Brasília-DF., Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), podendo oscilar em 2% (dois por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual, de acordo com os itens 9.2 e 9.3 do Edital. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço." 04) - Nº. 27.630/75, Tomada de Preços nº. 001/76—CPL., realizada em 12 de fevereiro de 1976, para fornecimento e plantio de grama batatais (paspalum notatum) em placas ligadas em áreas de influência da Ponte Costa e Silva., em Brasília - DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 001/76—CPL., contratando-se com a firma SANTA HELENA — Urbanização e Obras Ltda., os serviços relacionados com fornecimento e plantio de grama batatais (paspalum notatum) em placas ligadas, em áreas de influência da Ponte Costa e Silva. Ao Contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros), podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual. O prazo para conclusão do plantio fica fixado em 60 (sessenta) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. As operações de conservação deverão ser concluídas em 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data imediata ao término do plantio." Dando sequência à reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, que relatou os seguintes processos: 05) - Nº. 01.669/76, relativo à prorrogação de prazo de 20 dias para término dos serviços de fornecimento e colocação de divisórias nos 6º. e 9º. pavimentos do anexo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo, resolve aceitar as razões apresentadas e a consequente prorrogação do prazo por mais 20 (vinte) dias, contados a partir de 25—01—76, sem direito a reajustamento no período dilatado." 06) - Nº. 03.761/76, referente ao termo de aditamento ao Convênio firmado em 02 de abril de 1975., entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de recuperação do CINE BRASÍLIA. A decisão foi a seguinte: O Cons. com o voto do Rel. e de acordo com a dec. da Diret. autoriza a efetivação de um termo de aditamento ao Conv. firmado em 02-04-75, entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração pela NOVACAP, da execução dos serviços de recuperação do CINE BRASILIA, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 4.000.000,00 (quatro milhões, de cruzeiros) e prorrogar o prazo de sua execução até 30—06—76., na forma da minuta de fls. 2 e 3." Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA., que relatou os processos a seguir mencionados: 07) - Nº. 01.474/76., em que a Divisão do Patrimônio solicita aprovação de avaliação de bens móveis e inclusão dos mesmos no Patrimônio da NOVACAP. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo nº. 1.474/76., autoriza a inclusão no patrimônio desta Companhia, dos materiais e equipamentos relacionados às fls. 02/30 e na forma da avaliação procedida pel Divisão do Patrimônio do Departamento Administrativo da Diretoria Administrativa, cujo montante atingiu o valor global de Cr$ 2.273.935,00 (Dois milhões, duzentos e setenta e três mil, novecentos e trinta e cinco cruzeiros)" 08) nº. 24.531/75, em que a firma COENCISA-COMPANHIA DE ENGENHARIA CIVIL solicita aprovação de proposta para execução de fundações da garagem do Ministério do Interior. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, nos termos da decisão nº. 3 exarada na 939ª. sessão, aprova a proposta da firma COENCISA — COMPANHIA DE ENGENHARIA CIVIL., para execução dos serviços de fundações da garagem do Ministério do Interior, no valor de Cr$ 160.292,50 (Cento e sessenta mil, duzentos e noventa-e dois cruzeiros e cinquenta centavos)." 09) - Nº. 27.718/75 e anexos 12.686/74 e 06.493/74., em que a PETROBRAS - DISTRIBUIDORA S/A., solicita alienação do Posto de Lavagem e Lubrificação - PLL localizado na SQN — 303. A decisão prolatada foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da diret. face ao que consta do presente processo RESOLVE: a) - ratificar e retificar a decisão deste Conselho proferida na 907ª. sessão, alterando o valor da venda a Petrobrás Distribuidora S/A., do Posto de Lavagem e Lubrificação, de propriedade da NOVACAP, localizado na SQN—303., pelo valor correspondente a 8.370 UPCs para pagamento à vista, no ato da assinatura da escritura desta transação ficarão vinculados a construção do Edifício Sede, oficinas, galpões de almoxarifado e outros, no Setor de Areas de Serviço Público, evitando-se desta forma a descapitalização da NOVACAP. Encaminhar o assunto à consideração da Douta Assembléia Geral." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro ROBERTO QUEIROZ COBRA., que relatou os seguintes processos: 10) - Nº. 02.653/76., referente à prorrogação de prazo do contrato nº. 618/75., de interesse da firma CONSTEC LTDA., - Engenharia, Comércio e Indústria, relativo a execução de um viaduto no cruzamento da Via L-2 Sul - Com o Eixo 602/603— Sul., em Brasília-DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o disposto na cláusula quinta, parágrafo segundo do Contrato; considerando que as alegações da empreiteira foram devidamente atestadas pela fiscalização, Resolve: aceitar as justificativas apresentadas pela firma CONSTEC LTDA. - Engenharia, Comércio e Indústria no atraso dos serviços pelos 40 (quarenta) dias, não devendo portanto a referida firma ser penalizada naquele período, com multa prevista no contrato e descrita na cláusula citada." 11) - Nº. - 62.795/69., em que a Diretoria Administrativa apresenta sugestão para venda através de leilão, das aeronaves CESSNA e BEECHCRAFT., de propriedade da NOVACAP. A decisão foi proferida nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do processo nº. 62.795/69, RESOLVE: a) - Anular a sua decisão nº. 08 exarada na 918ª. sessão de 09 de junho de 1975; b) - Autorizar a venda de todas as peças e acessórios das aeronaves CESSNA e BEECHCRAFT, relacionadas às fls. 329/330, na forma de leilão, procedimento adotado por esta Empresa para alienação de bens considerados inserviveis com resultados bastante satisfatórios, devendo entretanto, ser reduzido em 50% (cinquenta por cento) o valor da avaliação anteriormente realizada, ou seja, Cr$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos cruzeiros)." Finalizando a reunião, o Conselho de Administração tomou conhecimento da Ata da 197ª. reunião do CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA CELLES SEIFERT. Secretária, lavrei a presente Ata que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO, JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, INÁCIO DE LIMA FERREIRA, RENOR SANT'ANNA, FRANCISCO FONTES HUPSEL, ROBERTO QUEIROZ COBRA, NOEMIA CELLES SEIFERT (Secretária).

DIRETORIA DA NOVACAP

ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL.

Aos três dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou-se a 1.115ª. reunião da Diretoria da NOVACAP, sob a presidência do Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores EMMANUEL PEDROSA FILHO, MAURO DE ALENCAR FECURY e JOÃO MANCINI, Diretor Financeiro, ocupando cumulativamente a Diretoria Administrativa, durante as férias regulamentares do seu titular, Senhor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a secretária que esta subscreve. Na presente reunião foram relatados os seguintes processos: 01) — Nº. 11.569/75 — Cancelamento da fatura nº. 483/73, emitida contra à CEB, pelo valor de Cr$ 3.653,54 (três mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta e quatro centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, autoriza a anulação da fatura nº. 483/73 e consequente baixa do débito." Relator: Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 02) — Nº. 00.413/76 — Termo de renovação do convênio firmado em 19.05.71, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a execução pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, dos serviços decorrentes do Lançamento da Dívida Ativa, para a Secretaria de Finanças do Distrito Federal. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação de um termo de renovação do convênio firmado em 19.05.71, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a execução pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, dos serviços decorrentes do Lançamento da Divida Ativa, para a Secretaria de Finanças do Distrito Federal, estimando-se o valor da hora bloqueada em Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) e prazo de execução até 31 de dezembro de 1976, na forma da minuta de folhas 13 a 16". Relator: Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 03) — Nº. 01.441/76 — Termo de renovação do convênio firmado em 22 de julho de 1974, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de serviços pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, para a POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO: "A Diretoria, com o

voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação de um termo de renovação do convênio firmado em 22.07.74, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a prestação de serviços pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, para a POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, estimando-se o valor da hora bloqueada em Cr$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) e prazo de execução até 31.12.76, na forma da minuta de fls. 6 a 8". Relator: Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 04 - N°. 01.030/76 — ASSESSORIA DE RELAÇOES PUBLICAS — encaminha proposta da firma OFICINA DE COMUNICAÇÃO-LTDA., para Criação, Produção e Execução Industrial (impressão) de folhetos informativos para as inaugurações da Ponte "Presidente Costa e Silva" e o Viaduto de Ligação Norte/Sul. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, manifestando-se favoràvelmente à dispensa de licitação, nos termos do item "e", artigo 3°., da Resolução n°. 75/75—CA e adjudicação à firma OFICINA DE COMUNICAÇÃO LTDA., para Criação, Produção e Execução Industrial (Impressão) de folhetos Informativos para as inaugurações da Ponte "Presidente Costa e Silva" e do Viaduto de Ligação Norte/Sul, de acordo com as especificações e condições constantes de sua proposta anexa: 5.000 folhetos informativos da Ponte "Presidente Costa e Silva" e respectivos envelopes preço total Cr$ 36.700,00 - 5.000 folhetos informativos do Viaduto de Ligação Norte/Sul e respectivos envelopes preço total Cr$ 36.700,00 — TOTAL Cr$ 73.400,00." Relator: Diretor Superintendente JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. 05) — N°. 25.840/75 — DIRETORIA DE EDIFICAÇOES — RESMAT LTDA — Justificativa de atraso e prorrogação de prazo para conclusão dos serviços de fornecimento e instalação do sistema automático contra incêndio "SPRINKLERS" e CO2" para o Edifício Sede da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN. DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator, encaminha o processo ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando: a) - sejam aceitas as razões apresentadas, considerando-se justificado o atraso verificado no fornecimento e entrega do sistema automático contra incêndio, objeto do contrato n°. 126/75, assinado com a firma RESMAT LTDA., ficando a mesma isenta de multa: b) - seja autorizada a assinatura de um termo de renovação do referido contrato por 67 (sessenta e sete) dias, contados a partir da expedição de uma nova Ordem de Serviço." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 06) - N°. 28.590/75 — Termo de Renovação ao Contrato n°. 502/74, para conclusão da Piscina Olímpica do Centro Esportivo Presidente Medici. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, encaminha-o ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando: 1) - sejam aceitas as razões apresentadas, considerando-se justificado o atraso verificado na entrega da obra PISCINA OLIMPICA DO CENTRO ESPORTIVO PRESIDENTE MÉDICI, ficando a Empreiteira CONSTRUTORA LOYO S/A, isenta de multa em relação ao atraso ora justificado; 2) seja autorizada a assinatura de mais um termo de renovação ao contrato n°. 502/74, prorrogando seu prazo de vigência até 21 de abril do ano em curso, mantidas as demais cláusulas e condições do instrumento principal e seus termos de aditamento e renovação." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 07) — N°. 00.109/76 — DIRETORIA DE EDIFICAÇOES — Convite n°. 020/75—CELO, para aquisição de tubos e curvas de ferro, destinados à obra Edifício Sede da NOVA ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com o artigo 41 da Resolução n°. 075/75—CA, homologa o Convite n°. 020/75—CELO, aprova as propostas das firmas: LAURO FARIA S/A Para fornecimento dos ítens 03, 08, 13 e 16 no valor de Cr$ 22.783,76 (vinte e dois mil, setecentos e oitenta e três cruzeiros e setenta e seis centavos) e prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, exceto o ítem 16 que será imediata: CIMPLA S/A COMERCIAL INDUSTRIAL DO PLANALTO Itens 01, 02, 04, 07, 09, 10, 14, 15, 17 e 18 no valor total de Cr$ 18.018,60 (dezoito mil, dezoito cruzeiros e sessenta centavos) e prazo de entrega imediato. PUREZA E CIA LTDA. Itens 05, 06 e 11, no valor total de Cr$ 8.453,50 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e três cruzeiros e cinquenta centavos) e prazo de entrega de 05 (cinco) dias destinados à obra ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA, valor global de Cr$ 49.255,86 (quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e oitenta e seis centavos). Emita-se a Nota de Empenho". Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 08) — N°. 00.510/76 — DIRETORIA DE EDIFICAÇOES — Convite n°. 071/75—CELO, para aquisição de botinas de vaquetas com solas de pneu, destinadas à obra do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, de acordo com o artigo 41 da Resolução n°. 075/75—CA, Homologa o Convite n°. 071/75—CELO e aprova a proposta da firma CASA PLANETA DE BRASILIA S/A, para o fornecimento de 200 pares de botinas de vaqueta com sola de pneu, costuradas n°s. 38, 39, 40 e 41, pelo valor total de Cr$ 15.800,00 (Quinze mil e oitocentos cruzeiros), destinadas à obra do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, com prazo de entrega de 15 (quinze dias). Emita-se Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 09) — N°. 00.586/76 — DIRETORIA DE EDIFICAÇOES — Convite n°. 022/75 — CELO, para aquisição de botinas, luvas e capas, destinadas à obra ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA. DECISÃO: 'A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com o artigo 41 da Resolução n°. 075/75—CA, homologa o Convite n°. 022/75—CELO, e aprova a proposta da firma DE LUCAS REPRESENTAÇÕES LTDA para fornecimento de 270 pares de botinas ZL mod. 701 , 270 pares de botinas SC mod. 02, 60 pares de botinas ZL mod. 702, 150 pares de luvas de couro, cano curto e 200 capas de PVC marca metal, destinadas à obra ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA, pelo valor global de Cr$ 43.296,00 (quarenta e três mil e duzentos e noventa e seis cruzeiros) e prazo de entrega de 20 (vinte) dias. Emita-se a Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 10) — N°. 00.659/76 — Convite n°. 069/75 — CELO para aquisição de dobradiça e batente La Fonte, destinados à obra do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, e de acordo com o artigo 41 da Resolução n°. 075/75—CA, homologa o convite n°. 069/75—CELO e aprova a proposta da firma CIMPLA S/A — COMERCIAL E INDUSTRIAL DO PLANALTO, para o fornecimento de 187 dobradiças c/mola La Fonte ref. 521 e 107 batentes La Fonte, ref. 520, pelo valor total de Cr$ 50.064,60 (cinquenta mil, sessenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), destinados à obra do Edifício Sede do Departamento de Polícia Federal, com prazo de entrega de 10 (dez) dias. Emita-se Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 11) N°. 25.720/75 — Anulação do Convite n°. 116/75—CPL e dispensa de licitação para contratação da construção de 04 (quatro) guaritas na Garagem do Serviço de Transportes e Anexo do Almoxarifado do Palácio do Planalto, em Brasília. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista a prioridade de execução solicitada pela Diretoria Administrativa da Presidência da República através do Ofício n°. 375, D. Adm. e tratar-se de obra destinada a Segurança do Palácio, DECIDE: 1) — anular o Convite n°. 116/75—CPL, por conveniência administrativa; 2) - dispensar a realização de licitação com amparo na letra "h", art. 3°., da Resolução n°. 075/75—CA, tendo em vista a urgência requerida; 3) — autorizar a Diretoria de Edificações a solicitar proposta da firma classificada em primeiro lugar no Convite em apreço; IRFASA S/A — CONSTRUÇOES INDUSTRIA E COMÉRCIO, para, mediante aproveitamento dos preços por ela propostos na referida licitação, ouvida novamente a Diretoria Colegiada, adjudicar à referida firma a execução de 04 (quatro) guaritas elevadas na Garagem do Serviço de Transportes e Anexo do Almoxarifado do Palácio do Planalto, em Brasília - DF, observadas no que couber as condições da Carta Convite n°. 116/75—CPL." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 12) — N°. 01.246/76 — DIRETORIA DE EDIFICAÇOES — Convite n°. 023/75—CELO, para aquisição de pontaletes e tábuas de pinho do Paraná, destinados à obra Edifício Sede da Nova Academia Nacional de Policia. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, em conformidade com o artigo 41 da Resolução n°. 075/75—CA, homologa o Convite n°. 023/75—CELO, e aprova a proposta da firma MADEIREIRA LEAL LTDA para fornecimento de 2.000m. de tábua de pinho do Paraná de 2ª. de 1 x 12" e 3.000m. de pontalete de pinho do Paraná de 2ª. de 3 x 3cm destindos à obra ACADEMIA NACIONAL DE POLICIA, pelo valor global de Cr$ 50.100,00 (cinquenta mil e cem cruzeiros) e prazo de entrega de 30 (trinta) dias. Emita-se Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 13) N°. 01.883/76 — Assinatura de um termo de renovação ao contrato 563/75 visando estender seu prazo de execução até 21.04.76 e acrescentar ao seu valor a importância de Cr$ 895.526,12 para recuperação do CINE BRASILIA. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta do processo, encaminha-o ao Egrégio Conselho de Administração, solicitando: a) - sejam aceitas as razões apresentadas, considerando-se justificado o atraso verificado na entrega da obra de reforma do CINE BRASILIA, objeto do contrato n°. 563/75, ficando a Empreiteira SANTA BARBARA ENGENHARIA S/A isenta de multa em relação ao atraso ora justificado; b) - seja autorizada a assinatura de um termo de renovação ao referido contrato; visando dilatar seu prazo de vigência para 21/04/76, mantidas as demais cláusulas e condições do mesmo". Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 14) - N°. 26.563/75 - Departamento de Manutenção, solicita aquisição de tinta PVA coralmur e outros. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite n°. 005/76 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas UNIVERSO DAS TINTAS LTDA e MADEIREIRA CEDRO LTDA., pelo valor global de Cr$ 3.615,36 (três mil, seiscentos e quinze cruzeiros e trinta e seis centavos), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 18 e 23 do presente processo". Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 15) — N°. 01.159/76 Ney Barreto Júnior e outros, solicitam seja concedida homenagem especial ao Servidor falecido Dr. FRANCISCO GOMES DE SÁ JUNIOR. DECISÃO: 'A Diretoria, com o voto do Relator, e tendo em vista o que consta do processo n°. 01.159/76, autoriza que o Posto Médico do Edifício Sede receba o nome do ex-servidor da BENECAP, Dr. FRANCISCO GOMES DE SÁ JUNIOR." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 16) N° 24.000/75 - Auto Socorro Hungria Ltda., solicita pagamento da importância de Cr$ 255,00. DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do processo n°. 24.000/75, RESOLVE: Autorizar o pagamento da importância de Cr$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros) à firma Auto Socorro Hungria Ltda., correspondente ao serviço de guinchamento do veículo Volks-sedan, placa OF-5408 - DF, de pripriedade da NOVACAP e remeter o presente processo ao Serviço Jurídico para fins de cobrança, junto ao Sr. ARMANDO GOMES DE SALES, do valor de Cr$ 21.709,67 (vinte e um mil, setecentos e nove cruzeiros e sessenta e sete centavos), para ressarcimento dos danos causados ao carro da NOVACAP, na ocasião do acidente de tráfego cujo causador, segundo o Laudo Pericial, foi o citado Senhor." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 17) —N°. 01.994/76 — Confecção de placa de bronze comemorativa da inauguração da Ponte ARTHUR DA COSTA E SILVA. DECISÃO: 'A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o constante do processo n°. 01.994/76, autoriza a confecção de placa de bronze comemorativa da inauguração da Ponte ARTHUR DA COSTA E SILVA, com a firma PLACAS E LETREIROS JANNUZZI LTDA., pelo valor global de Cr$ 13.097,04 (treze mil, noventa e sete cruzeiros e quatro centavos). devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 04, do presente processo." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 18) — N°. 28.678/75 — Prestação de Contas. DECISÃO: "A Diretoria com o voto de Relator e considerando o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por APARICIO FERREIRA DE BASTOS, referente a despesas no valor de Cr$ 4.140,82 (quatro mil, cento e quarenta cruzeiros e oitenta e dois centavos), efetuadas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo n°. 25.536/74." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 19) — N°. 22.520/75 EMMANUEL PEDROSA FILHO - encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por EMMANUEL PEDROSA FILHO, referente a despesas realizadas no Seminário de Tecnologia aplicada ao Edifício, realizado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, no período de 27 a 14 de novembro de 1975, através do processo n°. 22.520/75, no valor de Cr$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 20) — N°. 28.555/75 — ALDENOR MARANHÃO GOMES DE SÁ — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.918,08 (hum mil, novecentos e dezoito cruzeiros e oito centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por ALDENOR MARANHÃO GOMES DE SÁ, referente ao XIV Congresso Nacional de Acidentes do Trabalho por conta do Suprimento Rotativo concedido através da APPD n°. 111, no valor de Cr$ 1.918,08 (hum mil, novecentos e dezoito cruzeiros e oito centavos). "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 21) — N°. 27.622/75 — ARINO OTON DE LIMA — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.198,80 (hum mil, cento e noventa e oito cruzeiros e oitenta centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por ARINO OTON DE LIMA, referente a sua participação de demonstração de produto relativo a aplicação e proteção de asfalto, através da A.P.P.D. n°. 108 no valor de Cr$ 1.198,80 (hum mil cento e noventa e oito cruzeiros e oitenta centavos). "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 22) — N°. 25.652/75 — JOSÉ W. CARVALHO NOVAES — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 8.710,16 (oito mil, setecentos e dez cruzeiros e dezesseis centavos). DECISÃO: "A Diretoria com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por JOSÉ W. CARVALHO NOVAES, referente a despesas de pronto pagamento da obra n°. 1.302, reforma do Ministério da Indústria e do Comércio no valor de Cr$ 8.710,16 (oito mil, setecentos e dez cruzeires e dezesseis centavos). "Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 23) — N°. 28.078/75 — WALDIR XAVIER DOS SANTOS — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por WALDIR XAVIER DOS SANTOS, referente a Taxa de inscrição no III Seminário Nacional de Irrigação e Drenagem, realizado de 16 a 22 de novembro de 1975, em Fortaleza-Ceará, para 06 (seis) participantes da NOVACAP, através do processo n°. 2.855/75, no valor de Cr$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 24) — N°. 28.301/75 — WALDIR XAVIER DOS SANTOS — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 1.978,20 (hum mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros e vinte centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por WALDIR XAVIER DOS SANTOS — referente a Autorização para pagamento de diárias para participação do III - Seminário Nacional de Irrigação e Drenagem por conta do Suprimento Rotativo concedido através da A.P.P.D. n°. 116, no valor de Cr$ 1.978,20 (hum mil, novecentos e setenta e oito cruzeiros e vinte centavos)" Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 25) — N°. 28.149/75 — MAURICIO RODRIGUES BARBOSA E JOSÉ RIBAMAR SOUZA CORREIA — encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 2.255,04 (dois mil, duzentos e cinquenta e cinco

cruzeiros e quatro centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova-a prestação de contas apresentada por MAURICIO RODRIGUES BARBOSA e JOSÉ RIBAMAR SOUZA CORREIA, referente a suas participações no Seminário de Modelos Gerenciais, realizado em Caldas Novas-GO, no período de 12 a 15 de outubro de 1975, conforme poderá ser comprovado pelo Centro de Seleção e Treinamento — CEST, através da APPD nº. 106 e 107 no valor de Cr$ 2.255,04 (dois mil, duzentos e cinquenta e cinco cruzeiros e quatro centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 26) — Nº. 28.353/75 — ESCRITORIO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada pelo ESCRITORIO REGIONAL DO REIO DE JANEIRO, referente a diversas despesas realizadas por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 00.825/75, no valor de Cr$ 18.500,00 (dezoito mil, e quinhentos cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 27 Nº. 26.506/75 — ESCRITORIO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO — Encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 8.791,55 (oito mil, setecentos e noventa e um cruzeiros e cinquenta e cinco centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada pelo ESCRITORIO REGIONAL DO RIO DE JANEIRO, referente a despesas diversas efetuadas durante o exercício de 1975, através do processo nº. 00.825/75, no valor de Cr$ 8.791,55 (oito mil, setecentos e noventa e um cruzeiros e cinquenta e cinco centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 28) - Nº. 25.734/75 - RICARDO ARANTES PARREIRA — encaminha prestação de contas no valor de Cr$ 2.597,60 (dois mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e sessenta centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por RICARDO ARANTES PARREIRA, referente a 06 (seis) diárias para o Rio de Janeiro, a fim do Engº. RICARDO ARANTES PARREIRA, participar do XIV Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, entre 09 a 14 de novembro de 1975 através da APPD nº. 110, no valor de Cr$ 2.597,60 (dois mil, quinhentos e noventa e sete cruzeiros e sessenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 29) — Nº. 28.000/75 — RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 2.143,80 (dois mil, cento e quarenta e três cruzeiros e oitenta centavos). DECISÃO:-"A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova-a prestação de contas apresentada por RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA, referente a serviços de terceiros e de Veículos, por conta do Suprimento Rotativo através do processo nº. 05.113/74, no valor de Cr$ 2.143,80 (dois mil, cento e quarenta e-três cruzeiros e oitenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 30) — Nº. 28.001/75 - RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA — encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por RICARDO ARANTES PARREIRA e GASTÃO ROCHA MIRANDA, referente a aquisição de peças e acessórios para Máquinas e Aparelhos, pago através do Suprimento Rotativo do processo nº. 05.113/74, no valor de Cr$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 31) — Nº. 27.546/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 13.110,73 (treze mil, cento e dez cruzeiros e setenta e três centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente as aquisições de materiais de consumo, por conta do Suprimento Rotativo, através do processo nº. 07.593/74, no valor de Cr$ 13.110,73 (treze mil, cento e dez cruzeiros e setenta e três centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 32) - Nº. 27.826/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA — encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 7.464,39 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta e nove centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA E MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a aquisições de materiais de consumo, através do processo nº. 07.593/74, no valor de Cr$ 7.464,39 (sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta e nove centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 33) — Nº. 28.100/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 10.111,32 (dez mil, cento e onze cruzeiros e trinta e dois centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e tendo em vista o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente as despesas realizadas com aquisições de materiais de consumo, por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.593/74, no valor de Cr$ 10.111,32 (dez mil, cento e onze cruzeiros e trinta e dois centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 34) — Nº. 28.189/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 5.802,50 (cinco mil, oitocentos e dois cruzeiros e cinquenta centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VIEIRA E MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente as aquisições de materiais permanente, por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº 07.593/74, no valor de Cr$ 5.802,50 (cinco mil, oitocentos e dois cruzeiros e cinquenta centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. 35) — Nº. 28.191/75 — CARLOS ANTONIO VIEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA - encaminham prestação de contas no valor de Cr$ 11.766,27 (onze mil, setecentos e sessenta e seis cruzeiros e vinte e sete centavos). DECISÃO: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, aprova a prestação de contas apresentada por CARLOS ANTONIO VEIRA e MURILO AVELINO DA NOBREGA, referente a aquisição de materiais de consumo, por conta do Suprimento Rotativo concedido através do processo nº. 07.593/74, no valor de Cr$ 11.766,27 (onze mil, setecentos e sessenta e seis cruzeiros e vinte e sete centavos)." Relator: Diretor JOÃO MANCINI. O processo nº. 24.016/75, foi baixado em diligência à Diretoria de Edificações, pelo Diretor MAURO DE ALENCAR FECURY. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar eu NOEMIA CELLES SEIFERT, secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES - Diretor Superintendente; EMMANUEL PEDROSA FILHO - Diretor de Edificações; MAURO DE ALENCAR FECURY - Diretor de Urbanização; JOÃO MANCINI. Diretor Financeiro, ocupando cumulativamente a Diretoria Administrativa; DARIO DÉLIO CARDOSO-Consultor Jurídico; NOEMIA CELLES SEIFERT - Secretária.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 1976

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso III, do artigo 20, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.904, de 22 de maio de 1975.

RESOLVE:

1. Constituir um Grupo de Trabalho integrado de técnicos desta Secretaria e Fundação do Serviço Social, com a finalidade de elaborar critérios que estabeleçam os padrões mínimos que deve apresentar uma Obra de assistência e proteção a menores para registrar-se ou renovar o seu registro na Secretaria de Serviços Sociais, habilitar-se no recebimento de subvenções e a celebrar convênio com esta Secretaria e a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.
2. Designar os servidores EUFROSINA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA, Assessora do D.D.S., símbolo D.A.S. 102.1, matrícula 18.422. MONICA DE SANTA LUZIA REIS, Assitente Social N.S. 721.3, matrícula 948, MARIA ANTONIA PEREIRA VALENTE, Assistente Social, N.S. 721.1, matrícula 7431, DENISE TELLES DE MENEZES, Assistente Técnica da Assessoria de Engenharia e Arquitetura da Diretoria Executiva da Fundação do Serviço Social, símbolo F.C. 09, matrícula 443-T.E.C., sob o coordenação da primeira, integrarem o Grupo de Trabalho ora constituído.
3. Determinar que todas as unidades integrantes da Secretaria de Serviços Sociais e da Fundação do Serviço Social prestem, prioritariamente, as informações e a colaboração necessárias ao trabalho do Grupo ora constituido.
4. Fixar o prazo de 65 (sessenta e cinco) dias, contados da publicação desta, para conclusão dos trabalhos atribuidos ao Grupo

Brasília, 17 de fevereiro de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais
(Republicado do DF. nº. 34, de 4.03.76, página 16, devido a lapso de revisão)

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO Nº 01 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1976

Estabelece normas relativas às atividades de transportes internos; dispõe sobre o uso de veículos da Fundação do Serviço Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência regimental, tendo em vista as atribuições que lhe confere o artigo 94 do Regulamento Geral aprovado pela Resolução nº 18, de 05, de março de 1974 e o que consta do artigo 32, do Decreto º 3.047, de 4 de novembro de 1975

RESOLVE:

Art. 1º - As atividades de controle e utilização de frotas de veículos automotores e a administração do Serviço de Transportes da Fundação, seguir-se-ão pelas disposições contidas na Seção VIII, Capítulo VII do Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 18, de 05 de março de 1974 e pelas normas estabelecidas nesta Instrução.

CAPITULO I

Da classificação e Identificação

Art. 2º Os veículos da Fundação do Serviço Social classificam-se, quanto ao tipo, em duas categorias:

I - Veículos de Representação (VR)

II - Veículos de Serviço (VS)

Art. 3º - Os veículos de Representação destinam-se:

I - Ao Diretor Executivo;

II - Ao Vice-diretor Executivo;

Art. 4º - Os veículos de Serviço classificam-se em dois grupos: VS 1 e VS 2.

Parágrafo Primeiro- O grupo VS 1 Compreende os veículos de transporte de passageiros, com capacidade de até oito (8) passageiros.

Parágrafo Segundo - O grupo VS 2 compreende os veículos de transportes de cargas, nele incluídos, utilitários, camionetas e similares, e caminhões.

CAPITULO II

Do Uso dos Veículos

Art. 5º - Os veículos somente poderão ser utilizados para prestação de serviços a órgãos da Fundação do Serviço Social ou em atividades de representação oficial.

Art. 6º - Entende-se por representação oficial o comparecimento do Presidente, do Diretor Executivo, do Vice-Diretor Executivo, a solenidades, congressos, conferências, recepções oficiais e atos cívicos ou públicos, em razão das funções que exerçam.

Art. 7º - Os veículos de serviço serão utilizados somente durante o horário de 06:00 às 20:00 horas nos dias em que houver expediente.

Parágrafo Unico - Excetua-se do disposto neste artigo, o uso em objeto de serviço, de veículos destinados a órgãos cujas peculiaridades de trabalho exijam plantão ou atividades em horários que não correspondam ao normal fixado, em qualquer caso, mediante, prévio conhecimento do Departamento de Administração através do Serviço de Transportes.

Art. 8º - E proibido o uso privativo de veículos:

I - Por servidor cujas funções sejam meramente burocráticas;

II - Para o transporte de pessoas da família do servidor ou estranhos ao Serviço da Fundação.

III - Em quaisquer outras atividades estranhas ao Serviço da Fundação, salvo se for esta autorizada, nos casos compatíveis com suas finalidades.

CAPITULO III

Da Utilização Fora do Horário Normal

Art. 9 º - Os veículos da Fundação somente poderão trafegar fora do horário normal do expediente por absoluta necessidade de serviço e mediante autorização especiál, expedida pelo Diretor do Departamento de Administração.

Art. 10 - A autorização a que se refere o artigo anterior será expedida mediante o preenchimento de formulário próprio a ser fornecido pelo Serviço de Transporte, devendo dar entrada no Gabinete do Diretor do Departamento de Administração, com um mínimo de quarenta e oito (48) horas de antecedência da utilização do veículo.

Parágrafo Primeiro - Da autorização especial deverá constar, obrigatoriamente, a marca e o tipo do veículo, o número da licença, o órgão a que pertence, a natureza dos serviços a serem prestados, período de utilização, o itinerário a ser percorrido e o nome do condutor do veículo com sua respectiva matrícula.

Parágrafo Segundo - A autorização poderá ter validade até (30) dias, podendo ser renovada; caracterizada a necessidade de serviço.

Art. 11. - A utilização de que trata o artigo anterior será expedida em três (3) vias, que terão a seguinte distribuição:

a) a 1ª. via ficará em poder do condutor do veículo que a portará, obrigatoriamente, sempre que estiver em serviço:

b) a 2ª. via será remetida ao Serviço de Transporte;

c) a 3ª. via ficará em poder do órgão emissor.

CAPITULO IV

Do Sistema de Plantão

Art. 12 - Seá mantido, em caráter permanente e em horário ininterrúpto um sistema de plantão de transporte no COS de Planal-

tina, no Centro de Recepção Provisória do Menor CRPM e na Granja das Oliveiras.

Parágrafo Unico - A escala dos motoristas para a prestação dos serviços de plantão, mediante pagamento de horas extras, será organizada pelas Unidades interessadas e homologada pelo Serviço de Transportes, a título de revezamento, observando-se os limites e condições estipuladas na Legislação Trabalhista para as prestações do serviço extraordinário, cabendo às chefias das respectivas unidades a observância do que preceitua a legislação em vigor.

CAPITULO V

Da Utilização Fora da Area do Distrito Federal.

Art. 13 - Os veículos da Fundação somente poderão prestar serviços fora da área do Distrito Federal, quando devidamente autorizados.

Parágrafo Unico - A autorização prevista neste artigo é privativa do Diretor Executivo da Fundação.

Art. 14 - O pedido de autorização de que trata o artigo anterior será elevado ao Diretor Executivo da Fundação, através de despacho do Diretor do Departamento de Administração.

Art. 15 - A autorização para trafegar fora da área do Distrito Federal será procedida, obedecidos os mesmos requisitos previstos no Parágrafo Primeiro do art. 10, desta Instrução.

CAPITULO VI

Da Fiscalização

Art. 16 - O Departamento de Administração manterá, através do seu órgão próprio, rigorosa e permanente fiscalização do uso de veículos da Fundação do Serviço Social

Art. 17 - A autorização para trafegar fora do horário normal, não isenta o responsável pelo veículo da fiscalização de uso.

Art. 18 - Os condutores de veículos da Fundação, quando interpelados por qualquer fiscal, e designado na forma do artigo 16, desta Instrução, são obrigados a prestar as informações solicitadas e a apresentar a autorização de trafegar.

Art. 19 - Ficam conferidos aos fiscais de que trata o artigo 16, poderes para, encontrado veículo em situação irregular, determinar o seu recolhimento na unidade da Fundação mais próxima ou na Garagem Central.

Art. 20 - Os veículos de Representação são isentos de fiscalização de uso, quando a serviço de seus usuários.

Art. 21 - O uso indevido de veículos da Fundação acarretará ao infrator, a aplicação de penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPITULO VII

Do Recolhimento

Art. 22 - Os veículos da Fundação serão rcolhidos na Garagem Central, durante o Carnaval, Semana Santa e nos feriados que compreendam mais de dois dias, nos demais casos, serão recolhidos em locais e mediante critérios estabelecidos pelo Departamento de Administração através do Serviço de Tansporte, e aprovado pelo Diretor Executivo

CAPITULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 23 - As ocorrências verificadas em relação ao uso de qualquer veículo serão, imediatamente, comunicadas ao Serviço de Transporte.

Art. 24 - Ocorrendo acidente de trânsito que envolva veículos da Fundação, o Serviço de Transporte providenciará, imediatamente, o desembargo do veículo e os laudos elucidativos da ocorrência.

Art. 25 - Os acidentes que envolvam veículos da Fundação serão registrados e, mediante autuação de relatório que inclua avaliação de danos, serão elevados ao conhecimento do Diretor Executivo.

Art. 26 - A Assessoria Jurídica da Fundação assessorada pelo Serviço de Transporte acompanhará a instrução dos processos relativos a acidentes de veículos e providênciará o ressarcimento dos danos por eles sofridos, por quem lhes tenham dado causa.

CAPITULO IX

Das Disposições Gerais

Art. 27 - Os casos omissos nesta Instrução serão resolvidos pelo Diretor Executivo.

Art. 28 - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº.108/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor SEBASTIÃO TEOTONIO URANY— Processo nº. 041.768/76, devendo o mesmo aguardar a publicação na IV Listagem Geral de Classificados, onde poderá verificar sua classificação e o número de pontos alcançados, já que se encontra inscrito nesta Empresa".

Brasília, 23 de fevereiro de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO Nº. 109/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERÊSSE SOCIAL LTDA.- SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula OITAVA, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação do Senhor ARNALDO DA SILVA- Processo nº. 044.543/76, devendo o mesmo como inscrito e classificado, aguardar convocações desta Sociedade, à época oportuna.

Brasília, 23 de fevereiro de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
JORGE DA MOTTA E SILVA
Membro
DEMÓCRITO SOARES DÊ OLIVEIRA
Membro-Relator
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 001/76—DA.SLU

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso VIII, do Regimento do S.L.U, aprovado pelo Decreto nº. 1742, de 12 de julho de 1.971,

RESOLVE:

Tornar sem efeito, a partir desta data, a Ordem de Serviço nº. 001/75—DA.—SLU, de 29 de dezembro de 1975 que designou a comissão integrada por Carlos Humberto Ribeiro da Silva matrícula 70.161, Mário Antonio Soares de Souza, matrícula nº. 70.673 e Jorrânio Carlos Barbosa, matrícula 70.892, todos da TEP/SLU, para sob a presidência do primeiro procederem a Tomada de Contas do Encarregado do Almoxarifado da Seção de Compras e Guarda de Material desta Divisão, relativa ao exercício de 1975

Brasília, 11 de março de 1.976
JOSÉ ROBERTO GOES PINTO
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 002/76-DA; SLU

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO do Serviço Autonômo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º., inciso VIII, do Regimento do S.L.U, aprovado pelo Decreto nº. 1742, de 12 de julho de 1.971,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir desta data, HÉLIO TEIXEIRA SOARES, Chefe da Seção de Contabilidade, matrícula 53853, MÁRIO ANTONIO SOARES DE SOUZA, Auxiliar de Administração, matrícula nº. 70.573 e Jorrânio Carlos Barbosa, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula 70.892, para, sob a presidência do primeiro procederem à TOMADA DE CONTAS do Encarregado do Almoxarifado da Seção de Compras e Guarda de Material desta Divisão, relativa ao exercício de 1975.

Brasília, 11 de março de 1.976
JOSÉ ROBERTO GOES PINTO
Diretor

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 022/76—AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIARIA DE BRASILIA —AERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título IV, das Disposições Gerais, no artigo 26, do Regimento da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, aprovado pelo Decreto nº. 2.900 de 19 de maio de 1975,

RESOLVE:

Designar o Bacharel em Direito, RODOLPHO MOULIN NAVARRO DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão de Conservação e Reparos-AERB, para responder, cumulativamente, pela Divisão de Administração Geral-AERB, a partir de 01 de março de 1976, até a designação do titular, sendo certo que, a acumulação de função, não implicará na acumulação de proventos.

Brasília, 12 de março de 1976

MAURO CALDEIRA DE MIRANDA RIBEIRO

Superintendente

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

DESPACHOS

PARECER N.º 400/76
PROCESSO N.º 033.237/75
INTERESSADO: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Solicita seja fornecida uma Declaração de Ação Judicial em curso na Justiça Local.

EMENTA:
Princípio da publicidade do ato administrativo: dever do Estado; direito subjetivo público do particular, Inaplicabilidade do princípio ao caso.

Senhora 3ª Subprocuradora-geral.

"Relatório".

1. Ao Procurador-Geral foi dirigido o seguinte requerimento: "Ilmo Sr. Dr. Pedro Xavier Mattoso. DD. Procurador Geral do Governo do Distrito Federal. Luiz Carlos de Oliveira, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador da carteira de identidade nº 5.897.666 expedida pela SSP-SP em 23 de julho de 1971 e CIC nº 039069228, residente à SQS 204, Bloco "G" apartamento 605, nesta Capital Federal, vem mui respeitosamente requerer de V. S., lhe seja fornecida uma declaração de que a ação judicial em curso na Justiça local, que o Governo do Distrito Federal, move contra LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA, não se refere ao requerente acima qualificado, tratando-se de homônimo.
Brasília, 01 de dezembro de 1975.
LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA".

A petição foi acompanhada de várias xerocópias (fls. 2-12), das quais apenas, uma, a de fls. 4, se acha autenticada.

Parecer.

PARECER N.º 400/76 FLS. 02

2. Vige entre nós o princípio da publicidade dos atos administrativos. Donde, para defesa de direito individual ou público: a) — o dever do Serviço Público de informar e certificar sobre fatos de seus registros, pertinentes a assuntos que lhe sejam específicos; b) — direito público subjetivo, do qual é titular qualquer cidadão. Esse direito encontra limite nos segredos de Estado e se legitima pela demonstração de interesse na informação para o fim de defesa de direitos (C.F. art. 153, parágrafo 35; Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965, parágrafos 4.º, 5.º e 6.º do art. 1.º, Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 176, C.P.C., art. 399, incisos I e II).

3. O requerente não reúne requisitos para exigir deferimento do pedido. Ademais, a distinção entre homônimos não é assunto específico da administração do Distrito Federal, em qualquer de seus órgãos.
"Conclusão".

4. Logo, não pesa ao Distrito Federal a obrigação de informar nos termos do pedido. É-lhe facultado fazê-lo, querendo, se dispuser de elementos suficientes.
Brasília, 24 de fevereiro de 1976

HELION MOREIRA SILVA
Procurador do Distrito Federal

CONCLUSÃO

Aos 25 de fevereiro de 1976, faço estes autos conclusos a Sra. 3.ª Subprocuradora Geral

Afonso Ferro Costa
Chefe da Seção de Expediente
3ª SPRG

Processo n.º 033.237/75
Interessado: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
Assunto: Solicita seja fornecida uma Declaração de Ação Judicial em curso na Justiça local.

De acordo com o Parecer n.º 400/76, de fls. 16/17.
Consoante demonstra o pronunciamento de fls. 14 e verso, inexistem neste Órgão elementos suficientes para fornecer a declaração solicitada às fls. 01 dos autos.
A consideração do Exmo. Dr. Procurador Geral.
Brasília, 25 de fevereiro de 1976.

MARIA PAULA SABOYA GOMES
3º. Subprocuradora Geral

CONCLUSÃO
Aos 26 de fevereiro de 1976, faço estes autos conclusos ao Exmo. S. Dr. Procurador Geral

AFonso Ferro Costa
Chefe da Seção de Expediente
3.ª SPRG

PROCESSO N.º 033.237/75
INTERESSADO: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Solicita seja fornecida uma Declaração de Ação Judicial em curso na Justiça local.
Aprovo o Parecer n.º 400/76, de fls. 16/17, na forma do encaminhamento procedido pela Dra. 3.ª Subprocuradora Geral às fls. 18.
Em consequência indefiro o pedido.
Publique-se.
PRG, em 03 de março de 1976

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº. 26, DE 08 DE MARÇO DE 1976

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido pelo Tribunal em sua 209ª Sessão Especial, realizada em 19 de fevereiro de 1976, conforme consta do Processo nº 1791/75—STC,

RESOLVE:
Designar, SÉRGIO AUGUSTO LAFETÁ, Diretor-Geral de Administração, código TCDF. DAS—101.3, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, código TCDF—DAS—101.3, WAGNER JORGE DE MIRANDA, Inspetor-Seccional, código TCDF-DAS-101.1, e, EMANUEL TORRES DO SANTOS, Assessor, código TDCF-DAS—102.1 e ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Assessor, código TCDF—DAS—102.1, todos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Progressão e Assessão Funcionais, prevista no art. 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº. 3/75, de 20 de agosto de 1975.

GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
Presidente

ATAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASÍLIA S.A. (CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DOM BOSCO) E O FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

Aos vinte dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e seis (1976), presentes de um lado a ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASILIA S.A., (CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DOM BOSCO), doravante chamada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor Clínico, Doutor EGINO SARTO, CPF Nº. — 00005916/00 e CRM—DF Nº. 259, brasileiro, médico, residente e domiciliado nesta Capital, e, do outro, o FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, instituído pela Lei nº 5.619 de 03 de novembro de 1970 e regulamentado pelo Decreto nº 2.643 de 06 de junho de 1974, doravante chamado simplesmente CONTRATADO, digo, FUNDO, neste ato representado pelo Senhor Tenente Coronel PM — Aníbal Pacheco de Sousa, RG—Nº. 141.271, brasileiro, casado, policial militar, Diretor de Intendência, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Senhor Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo nº. 012/76, resolvem firmar o presente Contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLAUSULA PRIMEIRA — A CONTRATADA, dentro de suas possibilidades e atribuições assume o compromisso de, mediante GUIA DE ATENDIMENTO, em duas vias, expedida pelo FUNDO, executar a assistência médico-hospitalar de Gineco-Obstrétrico, com exames complementares de diagnóstico e o fornecimento de: a) alojamento com instalações sanitárias adequada e demais serviços gerais; b) alimentação, inclusive dietas; c) serviços de Enfermagem de rotina; d) medicação prescrita pelos médicos; e) material consumido nas salas de operações e nos curativos; f) sangue e derivados; g) exames complementares de diagnósticos e terapia; h) sala de operações equipada com material necessário a execução dos atos cirúrgicos PARAGRAFO PRIMEIRO — Nos casos de urgência comprovada, poderá a CONTRATADA efetuar o atendimento que se faça necessário, sem a apresentação da GUIA DE ATENDIMENTO, desde que o interessado faça a apresentação do CARTÃO DE CONTROLE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERE expedido pela Corporação, ficando a mesma (CONTRATADA), no prazo de até 48 horas, obrigada a requisitar a respectiva autorização ao órgão de saúde. PARAGRAFO SEGUNDO — Os serviços médico-hospitalares, aqui contratados, serão de exclusiva execução dos médicos do Corpo Clínico da CONTRATADA e por aqueles credenciados pelo seu Conselho Diretor. PARAGRAFO TERCEIRO — Obriga-se também a CONTRATADA, quando solicitada pelo FUNDO, através do Centro Médico Social da PMDF, a emitir pareceres e laudos para produzirem efeitos jurídicos. CLAUSULA SEGUNDA — Os atendimentos serão feitos pela CONTRATADA, na HLS — 716 — Conjunto "A" - Plano Piloto - Brasília - Distrito Federal, diariamente, e os laudos médicos expedidos pela CONTRATADA remetidos, sigilosamente, diretamente ao Centro Médico Social da PMDF. CLAUSULA TERCEIRA — A CONTRATADA, deverá apresentar até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, as contas referentes aos serviços prestados no mês anterior, juntamente com uma das vias da GUIA DE ATENDIMENTO e o FUNDO, terá 10 dias úteis para examiná-las e efetuar o pagamento. PARAGRAFO UNICO — Examinadas as contas e verificado que o faturamento é irregular, o FUNDO procurará a CONTRATADA para a devida correção, não sendo levadas em consideração as notas cujos comprovantes (guias) de atendimento não tenham sido expedidas pelo FUNDO. CLAUSULA QUARTA — Para cobrança dos serviços prestados serão adotadas as tabelas em unidade de serviços (US) fixadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. CLAUSULA QUINTA — Todos os encargos sociais e trabalhistas, emprego de equipamentos, materiais e outros necessários à execução dos serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA. CLAUSULA SEXTA — Os recursos para fazer face as despesas com a execução deste Contrato procedem do Grupo 61.2.10.00 — Movimento Vinculado - 61.2.10.05 — Fundo de Saúde, conforme Nota de Empenho nº. 007/76—PMDF., por estimativa no valor de Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) emitida pelo FUNDO. PARAGRAFO UNICO — O objeto financeiro do presente Contrato poderá ser aditado supletivamente, caso verifique-se a sua insuficiência, integrando-se dessa forma ao presente Contrato. CLAUSULA SÉTIMA — O presente Contrato entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal" e expirará em 31 de dezembro de 1976. PARAGRAFO PRIMEIRO — O presente Contrato poderá ser renovado de comum acordo entre as partes. PARAGRAFO SEGUNDO — O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo desde que uma das partes avise a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. CLAUSULA OITAVA — A CONTRATADA suportará o ônus da publicação do presente Contrato no órgão Oficial "Distrito Federal". CLAUSULA NONA — Fica eleito o Foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato. E por estarem assim justos e de acordo, e para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

Aníbal Pacheco de Sousa (Pelo Fundo), Egino Sarto (Pela CONTRATADA), Cléside José da Silva Ramos - 1ª. Testemunha, 2ª. Testemunha (ilegível).

CONTRATO Nº. PS/001/76-TCB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA—TCB— E A SOCIEDADE DE ABREUGRAFIA DE BRASILIA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular, de um lado a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LIMITADA-TCB- no ato representada por seu Diretor Superintendente Dr. DAMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domicilado nesta Capital Federal, doravante denominada CONTRATANTE, e do aoutro lado a SOCIEDADE DE ABEUGRAFIA DE BRASILIA, aqui representada por seu Diretor Dr. SOLON DE MELLO E SILVA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar este contrato, na forma das cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA
O Objeto do presente contrato é a prestação de serviços de raios X do tórax em 70 mm (abreugrafia) e atestados médicos, pela CONTRATADA, aos servidores da CONTRATANTE, que se identificarão mediante identidade funcional.
Parágrafo Unico- O s efeitos dos serviços ora contratados são unicamente os de que trata o art. 167 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLAUSULA SEGUNDA
A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços constantes da cláusula primeira, na Garagem da CONTRATANTE, no Setor de Garagens Oficiais, e/ou na Estação Rodoviária, em dias proviamentes marcados pela CONTRATANTE.

CLAUSULA TERCEIRA
Os resultados dos exames deverão ser entregues no Serviço de Pessoal da CONTRATANTE, em 10 (dez) dias, no máximo, de sua regularização.

CLAUSULA QUARTA
O valor unitário dos serviços de raios X do tórax é de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) e os atestados médicos é de 10,00 (dez cruzeiros), cada, conforme proposta constante do processo nº. 1.628/70-TCB, que fica fazendo parte integrante do presente contrato.
Parágrafo Uncio- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor constante da fatura, 20 (vinte) dias após seu recebimento, que deverá ser acompanhada de relação nominal dos servidores que se utilizaram dos serviços da CONTRATANTE.

CLAUSULA QUINTA
O presente contrato terá vigência de 01 (hum) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser rescindido por qualquer das partes, mediante prévio aviso, via epistolar, de no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

CLAUSULA SEXTA
Elege-se o Fofo de Brasília, Distrito Federal, para dirimir dúvidas provenientes do presente contrato.
E, por estarem assim jutos e acertados firmam o presente contra em 06 (seis) vias de um só teor e forma para o mesmo efeito de Lei.
Brasília-DF., 27 de fevereiro de 1976
DALMO PIMENTAL DOS SANTOS
SOLON DE MELLO E SILVA
TESTEMUNAS: (ilegível)

TERMO DE TRANSAÇAO

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERAL-

DO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 29.027/75, e do outro lado, a senhorita DEILA IMBROISI, brasileira, solteira, Func. Pública, CIC Nº. 064229006, residente à Q. 706 — BL. "L", casa 54 nesta capital, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇAO, tendo por objeto resolver em termo definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado na Pista Taguatinga Plano Piloto, próximo à Aguas Claras ocorrido no dia 01 de janeiro de 1976, de acordo com as seguintes cláusulas, e condições: CLAUSULA PRIMEIRA- A senhorita Deila Imbroisi, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ 5.198,45 (cinco mil cento e noventa e oito cruzeiros e quarenta e cinco centavos) já acrescida dos juros legais, e a ressarcí-la integralmente, PARÁGRAFO UNICO — A importância mencionada nesta cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pela senhorita DEILA IMBROISI, em 20 (vinte) prestações mensais e sucessivas, representadas por 20 (vinte) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 259,97 (duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e noventa e sete centavos), e as dezenove restantes no valor de Cr$ 259,92 (duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e noventa e dois centavos), cada, vencendo a primeira no dia 30 de março de 1976, e a última no dia 30 de outubro de 1977. CLAUSULA SEGUNDA — O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLAUSULA TERCEIRA — Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em Dívida Ativa, e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLAUSULA QUARTA - A senhorita DEILA IMBROISI, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado, do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, no prazo de 30 (trinta) dias findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade, de sua livre escolha. CLAUSULA QUINTA — Correrão por conta da senhorita DEILA IMBROISI, as despesas decorrentes da publicação do prente Termo no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". CLAUSULA SEXTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; PELA PARTE (as.) DEILA IMBROISI; TESTEMUNHAS (as.) NANCY CARVARLHO DE LIMA e JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

CERTIDAO — Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº. 23, fls. 270/71, da 1ª. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, Brasília, 26/02/1976, MARCOS ANTONIO BARBOSA (Seção de Registro de Contratos e Convênios DAA/1ª. SPRG — Chefe), (T.R. nº. 092201 no valor de Cr$ 210,00), VISTO: Em, 27.02.76, EMMANUEL F. MENDES LYRIO (1º. Subprocurador-Geral do Distrito Federal).

COMODATO QUE FIRMAM O DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO — EMBRATUR, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÃO VOLANTE DE INTERESSE TURISTICO.

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete do Departamento de Turismo, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor CARLOS BLACK PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo Artigo 3.º, inciso IV, do Regimento do Departamento de Turismo, aprovado pelo Decreto n.º 1.745, de 13 de julho de 1971, do Governador, e, do outro a EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO — EMBRATUR, empresa pública sediada no Rio de Janeiro, RJ, à Praça Mauá, n.º 7 11.º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o n.º 33.741.794, aqui representada pelo Senhor SAID FARHAT, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominadas respectivamente, comodatário e comodante, resolvem com fulcro no Artigo 1.248 e seguintes do Código Civil, firmar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas: **CLAUSULA PRIMEIRA** — Por este instrumento, o COMODANTE dá em comodato ao COMODATÁRIO, através do seu Departamento de Turismo, um trailler Turiscar modelo Rubi Luxo, ano 1973, chassis n.º 00064, branco com faixa laranja equipado com pára-choque, escada escamoteável, refrigerador a gás e elétrico de 12/110 volts, porta dupla, freio hidráulico, automático com retromatic, luz externa, luzes de leitura e com engate instalado, de sua propriedade para a realização de exposição volante de interese turístico. **CLAUSULA SEGUNDA** — O treiller é entregue em perfeitas condições de utilização, obrigando-se o COMODATARIO a: I) mantê-lo no mais perfeito estado de conservação e funcionamento, com todos os seus pertences, acessórios e instalações, para assim o restituir ao Comodante quando findo o Comodato, correndo por sua conta exclusiva todas as despesas necessárias para esse fim e quaisquer outras não aqui mencionadas, mas necessárias à utilização do "treiller"; II) não transferir este contrato, ceder ou emprestar, sob qualquer pretexto e de igual forma alterar destinação do "treiller" objeto deste Comodato. **CLAUSULA TERCEIRA** — O COMODATARIO obriga-se, ainda, a utilizar o treiller tão só em promoções de caráter turístico, por todo o território nacional respondendo por perdas e danos por qualquer desvio de finalidade, nos termos do Artigo 1.251 do Código Civil. **CLAUSULA QUARTA** — O COMODATARIO se compromete a promover o seguro-incêndio, contra roubos e furtos, danos de qualquer espécie e, ainda, contra terceiros. **CLAUSUA QUINTA** — Todas as despesas incidentes sobre o presente contrato, bem como tributos, são de inteira responsabilidade do COMODATARIO. **CLAUSULA SEXTA** — A fiscalização do uso do treiller poderá ser feita a qualquer tempo, na duração deste ajuste, e, em se verificando que corre risco o bem cedido, poderá o COMODATARIO ser notificado a eliminá-lo prontamente. **CLAUSULA SÉTIMA** — O presente Comodto poderá ser rescindido por mútuo consentimento das partes, mediante o aviso prévio de 30 (trinta) dias, ou em decorrência do inadimplemento por parte dos contratantes, cabendo nesse caso, ao prejudicado com a rescisão, indenização pelos prejuízos sofridos em razão da dissolução deste Comodato. **CLAUSULA OITAVA** —O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada de sua publicação no "Distrito Federal", às expensas do COMODATARIO, podendo ser prorrogado por mútuo acordo de vontades. **CLAUSULA NONA** - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para frmeza e valiade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1.ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo COMODATARIO: (as.) CARLOS BLACK PEREIRA: Pelo COMODANTE: (as.) SAID FARHAT: Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) NANCY CARVALHO LIMA

CERTIDÃO — Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 22, fls. 482/83 da 1.ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal BRASILIA, 26/02/76 MARCOS ANTONIO BARBOSA — Seção de Registro de Contratos e Convênios — DAA/1.ª SPRG — Chefe. VISTO — Em, 27/2/76 — EMMANUEL F. MENDES LYRIO — 1.º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL PAI E O FUNDO DE SAUDE DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Aos quinze (15) dias, do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), presentes, de um lado o PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL — PAI, doravante chamado simplesmente CONTRATADO, neste ato representado pelo seu Diretor, Dr. Irineu Belluco, CPF nº 000.409.671 e CRM nº 584, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta Capital, e, do outro lado, o FUNDO DE SAUDE DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, instituido pela Lei nº 5.619 de 03 de novembro de 1970 e regulamentado pelo Decreto nº 2.643 de 06 de junho de 1974, doravante chamado simplesmente FUNDO, neste ato representado pelo Tenente Coronel PM Aníbal Pacheco de Sousa, RG nº 141.271, brasileiro, casado, Diretor de Intendência, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Senhor Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, expressamente exarado no Processo nº 003/76, resolvem firmar o presente Contrato de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA — A CONTRATADA, dentro de suas atribuições assume o compromisso de, mediante a apresentação da Guia de Atendimento (em duas vias) expedida pelo Centro Médico Social da Polícia Militar do Distrito Federal, executar os serviços de assistência médido-hospitalar e afins, como sejam: Atendimentos ambulatoriais e de emergência, internação em instalações adequadas, alimentação, inclusive dietas, serviços de enfermagem de rotina, medicação prescrita pelos médicos e exames complementares de diagnósticos, Laboratório de Patologia Clínica, Banco de Sangue e Centro Radiológico e demais materiais necessários à consecução de atos operatórios, curativos e etc., nos dependentes dos policiais militares desta Corporação. PARÁGRAFO PRIMEIRO — Nos casos de urgência comprovada, poderá a CONTRATADA, efetuar o atendimento que se fizer necessário, sem apresentação da Guia de Atendimento, desde que o responsável se comprometa a fazê-lo no prazo de quarenta e oito horas e para tal assine um termo de responsabilidade, assumindo o FUNDO, o ônus de seu tratamento, caso não seja feita a referida comprovação. PARÁGRAFO SEGUNDO — Os atendimentos serão feitos pela CONTRATADA na Avenida W/3 - Sul, Quadra 716 ou excepcionalmente na QC —12 Bl. J - Lotes 1/7 - 1º andar - Taguatinga-DF, e os laudos médicos expedidos pela CONTRATADA remetidos, sigilosamente, diretamente ao Centro Médico Social da PMDF. CLÁUSULA SEGUNDA — A CONTRATADA, deverá apresentar até o dia 10 (dez) do mês subsequente as contas referentes aos serviços executados no mês anterior, e o FUNDO DE SAUDE terá 10 (dez) dias úteis para examiná-las e efetuar o pagamento. PARÁGRAFO UNICO — Examinadas as contas e verificado que o faturamento é irregular, o FUNDO procurará a CONTRATADA para a devida correção, não sendo levados em consideração as notas cujos comprovantes (guias) não tenham sido expedidas pelo FUNDO. CLÁUSULA TERCEIRA — Para cobrança dos serviços prestados será adotada a tabela anexa, nas proporções nela consideradas, tendo como valor de referência a unidade de serviço (US), fixado pela Secretaria de Assistência Médico Social do MPAS, para honorários médicos; e, a tabela fixada pelo BRASINDICE para os medicamentos que possam fazer parte integrante do presente CONTRATO. CLÁUSULA QUARTA: — Os recursos para fazer face as despesas com a execução deste contrato procedem do Grupo: 61.2. - 10.00 - Movimento Vinculado - 61.2.10.05 - Fundo de Saúde, conforme Nota de Empenho por estimativa nº 005/76-PMDF, no valor de Cr$ 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros), emitido pelo FUNDO. PARÁGRAFO UNICO — O objeto financeiro do presente Contrato, poderá ser aditado supletivamente, caso verifique-se a sua insuficiência, integrando-se dessa forma ao presente Contrato. CLÁUSULA QUINTA — Este Contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Órgão Oficial do GDF - "Distrito Federal" e expirará em 31 de dezembro de 1976, ficando automaticamente renovado caso as partes contratantes não se pronunciem em contrário. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo desde que uma das partes avise a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. PARÁGRAFO SEGUNDO — A CONTRATADA, suportará o ônus da publicação do presente Contrato no Órgão Oficial "Distrito Federal. CLAUSULA SEXTA — Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato. E, por estarem assim justos e de acordo, e para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em 6 (seis) vias de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.
Pelo FUNDO Anibal Pacheco de Sousa; Pela CONTRATADA Irineu Belluco; 1ª. Testemunha: Cléside José da Silva Ramos 2ª. Testemunha: Rita A. Maril

TABELA DE PREÇOS ANEXA, A QUE SE REFERE A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO Nº ...../76, FIRMADO ENTRE O FUNDO DE SAUDE DA POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E O PRONTO ATENDIMENTO INFANTIL — P.A.I.

1 - CONSULTAS
Consultas ambulatorial ... 18 us
2 - INTERNAÇÃO
2.1 - Alojamentos
a) diária de Enfermaria 23 us
b) Diária em Box individual.... 30us
c) Diária em Apartamento comum .... 60 us
d) Diária em Apartamento Suite.... 120us

2.2 - Honorários Médicos
Visita médica diária ao internado ..... 20 us

2.3. - Serviços Complementares.
a) Nebulização.... 06us
b) Nebulização mais aspiração ... 08 us
c) Curativos ... 10 us
d) - Pequenos atos cirúrgicos com anestesia local, (como soturas, abertura de abcessos, retirada de corpos estranhos, extirpação de unha, etc).... 40us
e) - Exames diversos - tabela de INPS
f) - Preço de medicamentos - Guia Farmacêutico BRASINDICE.
Brasília-DF, 15 de janeiro de 1976.
ANIBAL PACHECO DE SOUSA- Contratante; IRINEU BELLUCO—Contratada. testemunhas: Cléside José da Silva Ramos; Rita A. Maril

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº- 002/76-SSP, DE 09 DE MARÇO DE 1976.

CONCORRÊNCIA PARA EXPLORAÇÃO, SOB MODALIDADE DE PERMISSÃO, DE PUBLICIDADE E PROGRAMAS DE UTILIDADE PUBLICA EM SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV E SONORIZAÇÃO NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o que consta do processo nº 150.106/74, torna público que será realizada no dia 22 de abril de 1976, na sala da Superintendência da Estação Rodoviária de Brasília-AERB, situada na Estação Rodoviária de Brasília, CONCORRÊNCIA para exploração de publicidade e programas de utilidade pública, sob a forma de permissão, em sistema de Circuito Fechado de TV e Sonorização instalados naquela Estação Rodoviária. Esclarecendo que a Comissão de Licitação estará, no local e dia acima referidos, recebendo os envelopes de propostas no horário de 15:00 horas, quando todos os concorrentes deverão estar na sala de julgamento e, em seguida, iniciarão as atividades de julgamento, tudo conforme especifica o presente Edital.

1. DO OBJETO DA CONCORRÊNCIA

1.1 - O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através de sua SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS, pretende dar para exploração os sistemas de Som e Circuito Fechado de TV, de sua propriedade e instalados na Estação Rodoviária de Brasília, objetivando transmissão de programas variados, publicidade e informações de utilidade pública e lazer.

1.2 - Os estúdios de Som e Circuito Fechado de TV situam-se no mezanino da Estação Rodoviária de Brasília.
1.3 - Os equipamentos de Som e Circuito Fechado de TV são os abaixo descritos:
a) EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO:
— 1 pré-misturador Master marca Supersom, modelo LP/MT 6
— 10 módulos amplificadores de potência marca Supersom, modelo LP/AT—100 - 100 Watts.

— 1 Painel de monitoração marca Supersom, modelo LP/MAV.
— 1 Gravador/Reprodutor de audio em fita magnética, marca TEAC, modelo A 1250- S.

— 1 Toca-discos marca Philips, modelo 06—GA—160
— 1 Sintonizador de AM/FM marca Philips, modelo LBG - 3206/00
— 2 Bastidores metálicos marca Supersom, modelo LP/BS-A5
— 30 Colunas acústicas marca Supersom, modelo LP/C—606 - 35 Watts
— 46 Conjuntos acústicos marca Supersom, modelo LP/AF—8E
— 1 Microfone marca Piezo, modelo 10—EX—250.

b) EQUIPAMENTOS DE CCTV.

— 2 Cameras de CCTV marca RCA Modelo TC—1000
— 2 Lentes tipo 200M marca VICON Modelo V.12.5-75M
— 2 Suportes marca VICON Modelo PTH/IS
— 1 Camera de telecine marca RCA Modelo TC-1000
— 1 Adaptador de telecine marca GBC Modelo FC—1
— 4 Monitores de Video marca Philips Modelo LDM—9205/20.
— 1 Seletor de Video marca Philips Modelo EL—8200
— 1 Amplificador distribuidor de Video marca VICON Modelo VDA—1
— 1 Receptor Monitor de TV marca Philips Modelo LDM—9205/50
— 1 Projetor de slides marca Kodak, tipo B-2 Carrousel
— 17 Monitores de Video marca Philips, Modelo LDM—9204/20.

2 - CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DA EXPLORAÇÃO

2.1 - A permissão será outorgada, a título precário, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos prorrogáveis por igual período, a critério Administrativo, nos termos do art. 17, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 867, de 22 de novembro de 1968.

2.2 - Farão parte integrante do Contrato de Permissão o vigente Regulamento Geral da AERB e suas eventuais alterações.
2.3 - Os equipamentos serão entregues instalados e em perfeito funcionamento à permissionária, que executará os serviços de programação, operação, manutenção e reposição de peças durante a vigência do contrato.
2.4 - A permissionária se obrigará a transmitir, gratuitamente, programas variados e informações de caráter de utilidade pública e lazer durante 50% (cinquenta por cento) do tempo diario de funcionamento dos serviços que devera ser no mínimo de 6:00 às 24:00 horas para O Circuito Fechado de TV e durante as 24:00 horas do dia o sistema de Som.
2.5 - A programação diária, satisfeitas as exigências do Departamento de Censura Federal, deverá ser submetida à aprovação da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, que terá um prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas para se pronunciar.
2.6 - Todos os impostos e taxas, de qualquer natureza, que incidam ou venham incidir, inclusive direitos autorais, sobre a execução dos serviços objetos da presente concorrência, serão da inteira e exclusiva responsabilidade da permissionária.
2.7 - A Administração da Estação Rodoviária de Brasília ficará reservado o direito, consultada a conveniencia administrativa, de modificar a programaçao proposta, inclusive fazendo inserir na mesma mensagem de urgência, ditadas pelo interesse público.
2.8 - A permissionária deverá apresentar seus planos (organograma e fluxograma) de programação e manutenção, que serão aprovados pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília até dez dias antes do início da operação efetiva dos equipamentos.
2.9 - Se necessário, competirá a permissionária conseguir, junto ao DENTEL (Departamento Nacional de Telecomunicações) as autorizações necessárias ao funcionamento dos serviços objetos da presente licitação.
2.10 - A permissionária assistirá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para o início de suas atividades na AERB, após receber desta, em perfeitas condições de funcionamento, instalações e aparelhagem de Sistema de Som e Circuito Fechado de TV.

2.11 - A permissionária fará anexar aos planos de que trata o parágrafo 2.8 relação de técnicos, operadores e funcionários, prevista para manter o funcionamento do sistema.
2.12 - Competirá a permissionária o pagamento de Seguro total do material e equipamento do sistema de Som e Circuito Fechado de TV, no valor do preço de aquisição daquele equipamento.
2.13 - Relativamente à reposição de peças do equipamento de que fala o parágrafo 2.3 será sempre da responsabilidade da permissionária, exceção daquelas que comprovadamente apresentarem defeitos de fabricação, cobertas pela garantia do fabricante.

2.14 - Obrigar-se-á, a permissionária, sempre que pretender modificações no seu quadro de técnicos e operadores-do sistema de Som e Circuito Fechado de TV, comunicá-las e submetê-las à aprovação da AERB.
2.15 - A permissionária deverá operar as câmeras instaladas nas plataformas de maneira a permitir à Administração da Estação Rodoviária exercer, através de seu monitor, uma supervisão de caráter de segurança em todas as áreas cobertas pelas mesmas.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente Licitação todas e quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sociedades coletivas (limitadas ou autônomas), desde que satisfaçam plenamente as exigências deste Edital.

3.2 - Poderão ainda participar da presente licitação consórcios de Empresas desde que atendidas as exigências legais atinentes, constando do documento que assim as definam as responsabilidades de cada empresa consorciada.
3.3 - A Concorrência compreenderá duas partes distintas a saber: PRÉ-QUALIFICAÇÃO E PROPOSTA.

3.4 - Cada concorrente entregará à Comissão de Licitação 2 (dois) envelopes lacrados e rubricados nos respectivos fechos, pelo participante, contendo em sua parte frontal os dizeres:

ENVELOPE DE PRÉ—QUALIFICAÇÃO:

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS

PROPOSTA QUE FAZ A FIRMA:

PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE E PROGRAMAS DE UTILIDADE PÚBLICA EM CIRCUITO FECHADO DE TV E SONORIZACAO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, A QUE SE REFERE O EDITAL Nº 002/76—SSP.
OBS: O ENVELOPE Nº 2 TERÁ OS MESMOS DIZERES, SÓ MUDANDO O TITULO QUE SERÁ: —

ENVELOPE PROPOSTA.
3.5 - Quando o representante da empresa licitante for procurador, deverá apresentar o instrumento de procuração passado em Cartório, contendo poderes específicos para esse fim.

4. DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

4.1 - Para se habilitarem à concorrência deverão as firmas concorrentes entregar à Comissão de Licitação, no dia, hora e local já determinados, dentro do Envelope Nº 1 a seguinte documentação de Pré-Qualificação:

4.1.1 - Personalidade Jurídica

a) Contrato Social ou Estatutos, devidamente atualizados, mediante Certidão de Registro e Arquivamento, ou Certidão de Registro de Firma, expedidas pela Junta Comercial da sede da concorrente;
b) no caso de Sociedade Anônima, Ata de eleição da Diretoria em Exercício, devidamente publicada no órgão oficial e arquivada na Junta Comercial da sede da concorrente, além do previsto na alínea "a";
c) prevalecem para os consórcios as exigêneias das alíneas "a" e "b", aplicadas a espécie societária de cada Empresa integrante do consórcio.

4.1.2 - Capacidade Técnica

a) Declarações com referência de, pelo menos 2 (duas) firmas de renome ou de entidades públicas para as quais tenha a concorrente prestado serviços de publicidade, audio-visual ou similar, assim como operação e programação de equipamentos de Som e TV;
b) prova de capacidade técnica dos responsáveis, dirigentes, técnicos ou operadores da concorrente que irão operar o sistema, via de diplomas, certidões ou declarações.

4. 1. 3 - Idoneidade Financeira

a) Declarações com referências abonatórias firmadas, pelo menos, por 2 (dois) estabelecimentos bancários e expedidas no corrente exercício;
b) Certidões negativas de ações, execuções e protestos expedidas pelos Cartórios, Tabelionatos e Distribuidores da sede da concorrente;
c) Certidão Negativa de débitos para com o Governo do Distrito Federal, inclusive para as empresas que não tenham domicílio fiscal no D. F.

4.2 - A documentação acima poderá ser apresentada em fotocópias autenticadas, sem prejuízo da apresentação dos originais correspondentes, se assim o exigir a Comissão de Concorrência.

4. 3 - As certidões de que trata o item 4. 1. 3., alínea "b", não poderão ter mais de 90 (noventa) dias entre a data de sua emissão, e a do recebimento das propostas, devendo a Comissão rejeitar, de plano, qualquer delas que não guarde conformidade com o estabelecido neste Edital.

5. - DAS PROPOSTAS

5. 1 - Ultimada a fase preliminar, a Comissão de Concorrência promoverá a abertura e leitura do Envelope Nº. 2 (dois), de todas as concorrentes qualificadas na primeira fase, e tão-somente o dessas concorrentes, conservando-se fechados os envelopes das concorrentes não qualificadas.
5. 2 - O Envelope nº. 2 (dois) deverá conter, única e exclusivamente, a Proposta da Concorrente, em 3 (três) vias, datilografadas, de igual teor e forma, assinadas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e contendo todas as indicações numéricas em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo, para caso de dúvidas, os valores por extenso.
5. 3 - A proposta deverá conter, expressa e detalhadamente, o padrão de serviço a que se propõe executar, bem como a indicação do prazo máximo dentro do qual a concorrente se compromete a dar efetivo início ao serviço, prazo esse que nunca poderá ser superior a 15 (quinze) dias consecutivos, a partir da data em que for publicado o Termo de Permissão no "Distrito Federal", salvo se a empresa fornecedora e instaladora do sistema de Som e Circuito Fechado de TV não tenha ainda instalado e testado o equipamento.
5.4 - O valor da sua proposta de pagamento mensal pela utilização e exploração comercial do Sistema de Som e Circuito Fechado de TV, não poderá ser inferior ao valor que corresponder a 120 (cento e vinte) - Unidade Padrão de Capital (UPC), que será ajustado, automaticamente, de 12 (doze) em 12 (doze) meses.
5.5 - O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias.
5. 6 - Não serão tomadas em consideração as propostas:
5. 6. 1 - que estiverem em desacordo com as condições do presente Edital;
5. 6. 2 - cujos preços propostos não estiverem expressamente claros e declarados;
5. 6. 3 - que não incluam a declaração de que a firma proponente se encarregará do pagamento do prêmio de Seguro do Equipamento, bem como do pagamento de todas as taxas e impostos decorrentes da execução dos serviços explorados, inclusive direitos autorais relativos a reprodução de músicas, filmes, slides ou retransmissão de programas comerciais de Rádio ou Televisão.

6. DA CAUÇÃO

6. 1 - A fim de participar da presente concorrência, deverão as interessadas recolher, até três dias antes do dia anterior ao da abertura das Propostas, em caução, a importância de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), em moeda corrente brasileira ou em títulos de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ou Letras do Tesouro Nacional (ORTN ou LTN). O recolhimento deverá ser feito no Banco Regional de Brasília - Matriz, contra recibo e em conta própria.
6. 2 - Conhecidos os resultados da Concorrência e a ordem de classificação das licitantes, de acordo com o critério estabelecido neste Edital, as cauções serão devolvidas àqueles que não obtiveram a adjudicação, mediante requerimento ao Presidente da Comissão de Concorrência, exceção feita às cauções correspondentes à 1ª. (primeira) e 2ª. (segunda) licitantes classificadas, que permanecerão retidas, até que se verifique a outorga da permissão à concorrente vencedora, em declaração final e definitiva do órgão julgador, quando, então, poderá ser devolvida, mediante requerimento da interessada, a caução da licitante classificada em 2º. (segundo) lugar. A licitante classificada em 1º. (primeiro) lugar deverá ser notificada a complementar a caução prestada, com mais a importância em moeda brasileira ou em Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional ou Letra do Tesouro Nacional, no valor de Cr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), caução essa que ficará retida pelo Governo do Distrito Federal, como garantia da execução plena do contrato, até seu vencimento.

7. - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

7.1. - A concorrente fica obrigada a fazer prova, junto à AERB, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da homologação da Concorrência, do cumprimento da legislação civil, comercial, fiscal e trabalhista, bem como da previdenciária, compreendendo:

7. 1. 1 - prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;
7. 1. 2 - Cartão de Identificação de Contribuinte dos Sócios (sociedade limitada) ou dos Diretores (sociedade anônima);
7. 1. 3 - prova de quitação para com a Fazenda Federal em relação à empresa, cotista e diretores, fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
7. 1. 4 - prova de regularidade de situação, mediante Certificado expedido pelo INPS sob cuja jurisdição estiver o concorrente;
7. 1. 5 - prova de quitação com a Lei dos 2/3 (relação dos empregados) no corrente exercício, ou comprovação da isenção legal por ter a firma se constituído depois do prazo exigido para a entrega da relação;

7.1.6 - prova de quitação com a Contribuição Sindical da concorrente e de seus empregados, no exercício corrente;
7.1.7 - prova de quitação eleitoral, dos sócios ou diretores da empresa, quando de nacionalidade brasileira;
1.8 - prova de quitação com o Imposto sobre Serviços, relativamente à matriz e filiais, no corrente exercício;
7.1. 9 - prova de quitação fiscal por taxas, impostos e contribuições lançadas e devidas ao Governo do Distrito Federal;
7.1.10 - prova de realização de Seguro de Acidentes do Trabalho de seus empregados;
7.1.11 - prova para as concorrentes não sediadas em Brasília de terem, constituídos nesta Capital, domicílio fiscal, devidamente cadastrado, através de matriz, sucursal, filial ou escritório.
7.2 - A documentação acima referida é condição essencial para que o Governo do Distrito Federal autorize a celebração do Contrato e, caso a concorrente não satisfaça integralmente, no prazo fixado, ficará automaticamente desclassificada, com a perda total da vantagem, bem como da caução prestada e respectivo complemento.
7.3 - Ocorrendo o previsto no ítem anterior a Secretaria de Serviços Públicos poderá convocar a concorrente imediatamente classificada para apresentar a documentação mencionada, no prazo de 20 (vinte) dias consecutivos, sob pena de perda total do direito à adjudicação da permissão e da caução que tenha prestado.
7.4 - A documentação acima poderá ser apresentada em fotocópias devidamente autenticadas, sem prejuízo da eventual exibição dos originais correspondentes, se exigidos.
7.5 - É facultado, a qualquer tempo, à Secretaria de Serviços Públicos anular a Concorrência em todos os seus termos, caso assim o prefira, deixando de convocar a segunda colocada, tendo em vista a defesa dos interesses da Administração, a seu exclusivo critério.

8. - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - Para julgamento das propostas, levar-se-á em conta o valor mensal proposto em U.P.C; correspondente ao pagamento do uso do Sistema de Som e Circuito Fechado de TV, a qualidade dos serviços oferecidos, o curriculum da empresa e de seus dirigentes e Técnicos, sendo a adjudicação, em consequência, conferida à proposta que maiores vantagens e segurança apresentar;
8.2 - Em caso de empate entre duas ou mais porpostas, proceder-se-á no que couber, de conformidade com o art. 756, do Código de Contabilidade Pública.

9. - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A permissão será outorgada, a título precário, pelo prazo máximo de 4 (quatro) anos, prorrogáveis por igual período, a critério Administrativo, nos termos do art. 17, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 867, de 22 de novembro de 1968.

9.2 - O Termo de Permissão poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial, sem que caiba à permissionária direito a retenção, indenização de qualquer espécie, quando ocorrerem:
9.2.1 - por proposta da permissionária à direção da AERB, a critério desta, em prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias;
9.2.2 - falência ou dissolução da firma;
9.2.3 - transferência, no todo ou em parte, das obrigações contraídas, sem prévia e expressa aquiescência do Distrito Federal;
9.2.4 - inadimplência de qualquer das suas cláusulas;
9.2.5 - falta de pagamento da prestação mensal por 3 (três) meses consecutivos;
9.2.6 - por conveniência Administrativa na forma do art. 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, que trata da precariedade dos Termos de tal natureza.

9.3 - Nos casos previstos nos ítens 9.2.1 a 9.2.5 a permissionária perderá a caução depositada, independentemente de sujeitar-se a outras sanções administrativas aplicáveis.

9.4 - No caso do não cumprimento de obrigaçoes, a permissionária se sujeitará as seguintes penalidades:

9.4.1 - multa de 10 (dez por cento) sobre o valor da prestação mensal, caso sejam interrompidos, sem justificativa, por cada um período de 24 horas os serviços especificados e objetos do presente Edital.
9.4.2 - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação mensal (relativa também, como no item anterior, a locação do sistema de Som e Circuito Fechado de TV), caso a mesma não seja recolhida até o 10º (décimo) dia subsequente ao mês vencido.

10. - DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - Os interessados que tiverem dúvida na interpretação das cláusulas do presente Edital, poderão dirigir-se à Administração da Estação Rodoviária de Brasília -AERB - Mezanino da Estação Rodoviária de Brasília, no horário das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 16:00 horas, dos dias úteis.

10.2 - No caso de Pedido de Reconsideração ou Recurso, serão observadas as disposições contidas nos artigos 66 a 72, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971.

Brasília-DF, 09 de março de 1976.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
SHIS-SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA
AVISO
EC-03/76

A SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, comunica aos interessados, que fará realizar, no dia 19 de abril de 1976, às 15:00 horas, na sala nº 426, 4º pavimento do Edifício Sede da SHIS, localizado no S.C.S. Quadra 06, Bloco "A", Brasília, Distrito Federal, CONCORRÊNCIA PUBLICA para CONSTRUÇÃO DE 08 (OITO) BLOCOS DESTINADOS AO CENTRO DE REEDUCAÇÃO DO MENOR, na Cidade Satélite do Gama, Distrito Federal, em convênio com a Secretaria de Serviços Sociais - FUNABEM.

O Dossiê e demais informações poderão ser obtidos na Comissão de Licitações, sala nº 330, a partir do dia 18 de março de 1976, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 15 de março de 1976.
MARIA NILZE PARREIRA
Presidente da
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.E.C. - S.E.G.
ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

REF: TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/76-CL/ASRIA, PARA EXECUÇÃO SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DA CONSTRUÇÃO DE UMA (1) ESCOLA E AMPLIAÇÃO DE OUTRAS TRÊS (3), NO SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO ASRIA.

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 10:00 (dez) horas do dia 29 (vinte e nove) de março do corrente exercício, na sala do Senhor Administrador do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, situada à QE 24, Conjunto "D", Casa 02, Guará II, ASRIA.

O Edital, informações técnicas e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na Comissão de Licitação da Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, no horário normal de expediente, até o dia 26 do corrente.

Brasília-DF, 12 de março de 1976
Engº. JOÃO BATISTA MERLIN
Presidente da Comissão

SECRETARIA DO GOVERNO
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA-RA-III
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/76 - RA-III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados que às 15:00 (quinze) horas do dia 31 (trinta e hum) de março de 1976 (hum mil novecentos e setenta e seis), no Auditório desta Administração Regional de Taguatinga- D.F., serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação - Propostas para Construção de uma Escola Modulada, na QSE- 07 - A.E., desta Cidade Satélite.

No endereço acima mencionado acha-se à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços, bem como, quaisquer esclarecimentos necessários.

Taguatinga-DF, 10 de março de 1976
Engº MÁRCIO BATISTA SILVA
Presidente da Comissão

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço Público, de ordem do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício Brasília, 16º andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 18 de março de 1976, (quinta-feira) às 15:00 horas, ou Sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e constantes de pautas anteriores, publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s):

Recurso Voluntário nº: 185/75
Recorrrente: Vagner Alves de Carvalho
Recorrido: Secretaria de Viação e Obras
Juiz Relator: Ubaldo Ataíde Cavalcante

Recurso Voluntário nº: 398/74
Recorrente: Encol - S/A - Eng. Com. e Indústria
Recorrido: Departamento da Receira
Juiz Relator: Ubaldo Ataíde Cavalcante

Recurso Ex Officio nº: 03/76
Recorrente: SOBRENE — Soc. Brasileira de Engª e Empr. Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita
Juiz Relator: Adolfo Dias Lopes
(Republicado do DF. Nº 32, de 26.02.76, devido a incorreção do original)

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.
Em, 23 de fevereiro de 1.976.
RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA CLASSE 410 - SUL

TITULO I
CAPITULO UNICO

Da natureza, denominação, fins, sede e tempo de duração.

Art. 1º. - A "Associação de Pais e Mestres da Escola Classe 410—Sul, entidade civil, sem caráter lucrativo e com personalidade Jurídica própria, reger-se-á pelo presente estatuto.
Art. 2º - A Associação terá como objetivo essencial integrar a comunidade, o poder público, a escola e a família, buscando o desempenho mais eficiente do processo educativo.
Art. 4º. - A Associação terá por foro e sede a Escola Classe 410 - Sul, em Brasília, sito à Superquadra quatrocentos e Dez e será constituída de pais, alunos, professores e outros elementos da comunidade.
Art. 5º. - O tempo de duração da Associação será indeterminado.

TITULO III
CAPITULO I

Art. 10º. - São órgãos da Associação:
a) A Diretoria
b) A Assembléia Geral
c) O Conselho Fiscal

CAPITULO II
Art. 12º. - a Diretoria terá a seguinte composição:
Supervisor Geral — Diretor da Escola
Presidente — Pai de aluno ou responsável
Vice-Presidente — Pai de aluno ou responsável
1º. Secretário — Professor
2º. Secretário — Pai de aluno ou responsável
1º. Tesoureiro — Professor
2º. Tesoureiro — Pai de aluno ou responsável
Parágrafo Unico - O exercício dos cargos de direção não serão remunerados.
CAPITULO III
Do Patrimônio
Art. 29º. - O patrimônio da Associação será constituído de:
a) Cóntribuição dos sócios;
b) Subvenção e auxílios;
c) Doações e legados;
d) Bens e valores adquiridos e as rendas respectivas;
e) Rendas eventuais.

TITULO IV
CAPITULO UNICO
Art. 30 - a Associação somente poderá ser dissolvida:
a) Em decorrência de ato legal do poder competente;
b) Por decisão de 2/3 de seus associados, manifestada em Assembléia geral, especificamente convoca para tal fim.
Parágrafo Único: Em caso de dissolução, o Patrimônio da Associação reverterá à Fundação Educacional do Distrito Federal, mas permanecerá na escola para seu uso e fruto.
Art. 33 - Os sócios não respondem subsidiariamente, pelas obrigações da Associação.
Art. 34 - Este Estatuto poderá ser modificado em qualquer tempo, pela Assembléia Geral, no todo ou em parte, em 1ª. ou em 2ª. convocação.

Mirian dos Reis Coelho Rezende
Escola Classe 410 Sul
Diretora

CASA DE SAÚDE SANTA HELENA, S/A.
CGC Nº 00049791/0001 - 44
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da Casa de Saúde Santa Helena, S/A, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 14 de abril de 1976, às 20 (vinte) horas em 1ª convocação e às 21:00 (vinte e uma) horas em 2ª convocação na sede social à SHL/-Norte, Bloco J, Quadra 01, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1º) - Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal.
2º) - Relatório da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1975.
3º) - Assuntos de Interesse Social.

Acham-se à disposição dos Senhores acionistas na sede social os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto - Lei 2627 de 26 de setembro de 1940.

Brasília-DF, 13 de março de 1976

VALTENO ALVES RIBEIRO

Diretor Presidente

G.R. Nº 092205 - Cr$ 70,00

PREÇO DESTE EXEMPLAR : Cr$ 2,00